

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ASTRID SARMENTO COSAC

**ROTAS DE INGRESSO E A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES:
TRAJETÓRIAS, PERCEPÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO DE VEREADORAS
EM MINAS GERAIS**

JUIZ DE FORA

2016

ASTRID SARMENTO COSAC

**ROTAS DE INGRESSO E A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES:
TRAJETÓRIAS, PERCEPÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO DE VEREADORAS
EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Ciências Políticas na Linha de Pesquisa “Cultura, Democracia e Instituições”.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Mendes da Rocha

JUIZ DE FORA
2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

COSAC, ASTRID SARMENTO.

ROTAS DE INGRESSO E A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES : TRAJETÓRIAS, PERCEPÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO DE VEREADORAS EMMINAS GERAIS /ASTRID SARMENTO COSAC. -- 2016.

119 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Mendes da Rocha
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

1. Trajetória Política. 2. Participação. 3. Gênero. 4. Capital Político. I. Mendes da Rocha, Prof^a. Dr^a. Marta , orient II. Título.

Ata de defesa de Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFJF.

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2016, às 14:00 horas, no Anfiteatro do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos professores, Dra. Marta Mendes da Rocha, Dra. Patrícia Rangel e Dr. Raul Francisco Magalhães da Dissertação denominada "Rotas de ingresso e a atuação política das mulheres: trajetórias, percepções e comportamento político de vereadoras em Minas Gerais", da aluna Astrid Sarmiento Cosac, da linha de pesquisa "Cultura, Democracia e Instituições". A presidente da banca, Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha, abriu a sessão dando a todos o conhecimento das normas que regem a defesa da dissertação. A seguir a candidata passou à defesa de sua dissertação, apresentando uma exposição de 20 minutos. Após esta apresentação, a Banca arguiu a candidata sobre seu trabalho, tendo a mesma respondido às questões apresentadas. Em seguida, a Banca se reuniu para o julgamento da defesa, chegando ao seguinte resultado: A mestranda foi aprovada, fazendo jus ao título de Mestra em Ciências Sociais.

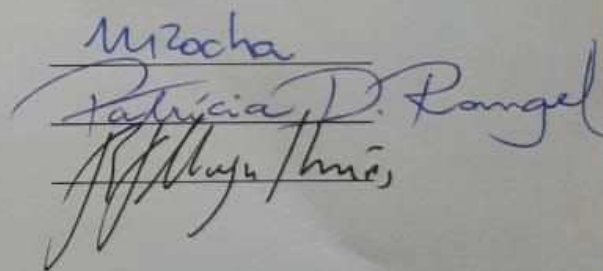
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão de defesa, lavrou-se a presente ata, que, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Juiz de Fora, 02 de março de 2016.

Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha

Profa. Dra. Patrícia Rangel

Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães



Marta Mendes da Rocha
Patrícia Rangel
Raul Francisco Magalhães

Dedico este trabalho à minha filha amada Agatha Antunes de Moraes Sarmiento,
razão de toda a minha luta!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por me dar forças para vencer todas as batalhas travadas no mundo social, pessoal, intelectual e familiar. Em segundo lugar, gostaria de aproveitar o momento para homenagear uma pessoa que tenho deixado um pouco de fora, acho que por excesso de amor ou por proteção: minha mãe, ou como costume chamá-la pelo nome Cristina Sarmiento, o que muitos estranham. Mãe, guerreira, prestativa, amiga e parceira, se não fosse por ela, esta etapa não seria possível! Principalmente, porque é ela quem cuida do meu bem mais valioso no mundo: minha filha Agatha. Esta merece o meu agradecimento sincero, um agradecimento enorme de quem tem somente oito anos de idade, mas que consegue entender o quanto a minha carreira acadêmica é importante para mim e para ela. Por sentar-se ao meu lado no computador e interessar-se pelo que faço, perguntando-me sobre o que seria metodologia ou qualquer outra coisa relacionada ao meu universo acadêmico, além de vibrar de emoção com a mãe sendo doutoranda. Obrigada, minha filha, por aceitar minha ausência e espero que minha trajetória sirva de exemplo para que um dia, eu possa assistir a sua defesa. Gostaria agora de agradecer a minha amiga, mestra, orientadora e chefe Prof^a. Dra. Marta Mendes da Rocha, pela dedicação, oportunidades, pela paciência com as minhas lutas paralelas, os meus abusos e atrasos. Agradeço a ela pela parceria criada e espero que esta dure por muitos anos. Obrigada às vereadoras que colaboraram para esta pesquisa. Agradeço a todos os meus amigos e amigas que fizeram esta dissertação tornar-se possível, principalmente, Ana Clara Costa, Jéssica Siviero e Luiza Mattheis (sem vocês, a realização deste trabalho não seria possível). Aos amigos, Ana Paula Evangelista (minha colega de doutorado agora), Ana Paula Souza, Álvaro Saluan, Caroline Mendonça, Vinícius Oliveira, Fábio Vicentin (Visentim, Vincentin...risos), Daniel Vignoli, Hugo Quintela (por ser meu confidente e me alimentar sempre (risos)). A todos aqueles que passaram por minha vida profissional e acadêmica, a minha turma de graduação, em especial ao Leonardo Azevedo, Aline, Elô, Hênio, Nádia, Rodrigo, Ju, Thalita, a minha turma de mestrado, aos queridos e queridas da Turma da Cantina, aos funcionários, professores e TAE's da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial aos docentes do meu amado ICH. Agradecimento ao meu eterno mestre, que despertou em mim o desejo de estudar Ciências Políticas, Raul F. Magalhães. À lindíssima Célia Arribas (nos sambas da vida), Cristina Dias (minha chefe

também), Marcelo Camurça (ainda vou lançar seu livro), Beth Pissolato, Rubem Barbosa, Dmitri Cerboncini (que tem seu lado doce), Chris Jalles (que fui monitora), Eduardo Condé, Raphael Bispo e Patrícia Rangel (por me tornar mais feminista) e a todos do nosso Departamento. Ao pessoal da Secretaria, sempre solícitos, ao pessoal do Xerox, da cantina, da limpeza, aos colegas do grupo de pesquisa. A todas as pessoas que, desde 2008, momento em que ingressei na Universidade, fizeram a minha vida ter mais sentido!

Aos meus amigos pessoais, de infância e familiares por me ouvirem e apoiarem: Tati, Pri, Luh, Gi, Alê, Pedro, Gláucia, Carol, Carolzinha, Camurça, Lucília, Joanna, Simone, Dani Sales, Jad e Rodrigo Guedes (Paquito). Aos camaradas do Partido, pelo trio José Augusto, Marcelo Dulci e Fernando Eliotério, por me darem a oportunidade de trabalhar junto à Escola de Governo e Cidadania e por sempre acreditarem no meu potencial. Aos Professores Dimas e Hélio por acreditarem em mim. Aos amigos Paulinho, Beth, Serginho e Marsicano pela parceria durante a última campanha. Agradeço a todas as pessoas queridas que contribuíram em algum momento na minha vida. Quero agradecer, especialmente, ao maior presente que a Ciências Sociais trouxe para mim, minha companheira, confidente e ariana mais linda, Raquel Gonçalves, por fazer parte da minha vida e ser sempre a minha consciência (depois dessa, vai ter que me dar um abraço!).

Agradeço aos novos amigos do Condomínio Jardim de Minas, que torceram e me incentivaram. Aos amigos do Facebook pelas vibrações positivas, aos meus familiares de Belo Horizonte, Lima Duarte, Brasília, aos colegas da Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG, aos parceiros da Associação de Pós-graduandos da UFJF – APG (especialmente ao Gustavo Paravizo), aos companheiros de trabalho da Comissão Própria de Avaliação da UFJF (especialmente aos Professores Vanderlí Fava de Oliveira e Danilo Pinto) e a todas as pessoas que de alguma forma passaram pela minha vida e que não caberia escrever nem em mil páginas. Obrigada de coração pelos incentivos.

E para reforçar mais um pouco, agradeço, mais uma vez e sempre, a minha orientadora Marta, por ser esta profissional impecável, séria, dedicada, respeitável, além de ser uma pessoa incrível. (Aos ciumentos de plantão, não é puxa-saquismo, é admiração!) e também a Raquel, por estar sempre ao meu lado!

Agradeço pelas oportunidades oferecidas pela Instituição que estudo, a UFJF, as agências de fomento FAPEMIG, CAPES (da qual sou bolsista), CNPq pelos financiamentos de pesquisas, eventos e projetos.

“Ninguém nasce mulher; torna-se mulher!”.
O Segundo Sexo obra de Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender as rotas de ingresso de vereadoras eleitas, em 2012, em Minas Gerais e como as diferentes trajetórias políticas delas podem impactar o comportamento político bem como suas percepções e atitudes em sua atuação enquanto legisladoras. Nesse sentido, foi analisada a influência do capital político masculino nestas rotas de ingresso. Desse modo, pretende-se nessa pesquisa, por meio de uma abordagem de *survey* online individual com uma amostra baseada no porte do município e no índice de pobreza, buscar uma compreensão sociopolítica das trajetórias dessas mulheres legisladoras. Assim, foram realizadas entrevistas junto às vereadoras de 36 municípios mineiros, com objetivo de investigar o impacto deste capital familiar através de três principais dimensões: 1) percepções e opiniões; 2) atitudes; e 3) comportamento: acesso a postos de poder, ambição e produção legislativa, assim como os temas da agenda destas vereadoras e o fato de possuírem experiência associativa prévia. Além disso, procurou-se explorar o perfil, o tipo de envolvimento associativo destas vereadoras, cargos públicos anteriores a sua eleição, assim como a importância do apoio político do capital familiar. Para tal entendimento, desenvolveu-se uma tipologia neste trabalho, relacionando vereadoras com capital político masculino, denominadas *herdeiras*, em contraponto com as vereadoras *independentes*, as quais não possuem vínculo familiar masculino. Os resultados obtidos corroboraram com as hipóteses postuladas e revelaram que mais estudos são necessários, para um maior entendimento sobre as rotas de ingresso, trajetória política, comportamento, percepções e atitudes das mulheres no Legislativo Municipal, na tentativa de compreender quais outros fatores podem estar presentes na interação com os demais atores dentro das Câmaras Municipais. Embora a pesquisa tenha apresentado resultados inéditos, faz-se necessário um aprofundamento maior sobre o tema.

Palavras-chave: Trajetória Política. Participação. Gênero. Capital Político.

ABSTRACT

This study aims to understand the women councilor ingress routes, elected in 2012 in Minas Gerais State, and how their different political trajectories can impact in the political behavior and their perceptions and attitudes in the role as women legislators. In this sense, it was analyzed the influence of male political capital in these routes of admission. Thus, it was intended in this research, through a single online survey approach with a sample based on the size of population and the poverty rate of their counties, to find a sociopolitical understanding of the trajectories of these women legislators. Then interviews were held with the women councilors of 36 counties of Minas Gerais State, in order to investigate the impact of family capital through three main dimensions: 1) perceptions and opinions; 2) attitudes; and 3) behavior: access to positions of power, greed and law-making, their agenda topics and their previous public positions. In addition, we sought to explore the profile, the type of associative involvement of these councilors, public positions before election, and the importance of political support of family capital. To such understanding, it was developed in this paper a typology relating councilors with male political capital – called heirs – in contrast to independent councilors, who have no male family ties. The results corroborate the postulated hypotheses and revealed that more studies are needed for a better understanding of the entry routes, political history, behavior, perceptions and attitudes of women in the Counties' Legislature, trying to understand what other factors may be present the interaction with the other actors within the Counties Chambers. Although research has shown unprecedented results, it is necessary further development in the subject.

Keywords: Trajectory Policy. Participation. Gender. Political Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Principais Barreiras à Eleição de Candidatas Femininas ao Legislativo brasileiro.....	25
------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Resultado das últimas eleições (2010) no Brasil.....	39
Gráfico 2 –	Mulheres em cargos políticos: Brasil, 2013.....	41
Gráfico 3 –	Mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados - Brasil (1990 a 2014).....	47
Gráfico 4 –	Candidatas Vereadoras eleitas nos principais partidos: 1996, 2000, 2004 e 2012.....	52
Gráfico 5 –	Número de Candidatas Vereadoras em Minas Gerais: 2004, 2008 e 2012.....	54
Gráfico 6 –	Número de Candidatas Vereadoras nos Estados – 2012.....	54
Gráfico 7 –	Anos principais de filiação partidária.....	78
Gráfico 8 –	Partidos a que já foram filiadas.....	79
Gráfico 9 –	Função à qual atribui mais importância como vereadora.....	88
Gráfico 10 –	Principal área de atuação como vereadora.....	89
Gráfico 11 –	Percepções sobre as barreiras de gênero no legislativo municipal.....	90
Gráfico 12 –	A quem representa como vereadora.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de mulheres eleitas para a Assembleia Estadual de Minas Gerais (2002 a 2014).....	45
Tabela 2 –	Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, no estado de Minas Gerais (2002 a 2014).....	46
Tabela 3 –	Mulheres candidatas/eleitas nas Câmaras Municipais, Brasil (2012)	49
Tabela 4 –	Percentual de vereadoras no nível Nacional e Municipal (2012).....	49
Tabela 5 –	Vereadoras (es) eleitas(os) por sexo (%) x regiões do Brasil (2012)	50
Tabela 6 –	Número de candidatos e eleitos para as eleições municipais de Minas Gerais (2000 a 2012)	51
Tabela 7 –	Número de Candidatos/Eleitos em Juiz de Fora/MG nas eleições municipais (2012).....	55
Tabela 8 –	Vereadoras(es) eleitas(os) por faixa etária (2012).....	56
Tabela 9 –	Candidatas(os) a vereadores (as) aptas(os), por nível de escolaridade (2012).....	56
Tabela 10 –	Dados dos municípios das vereadoras entrevistadas (2010).....	70
Tabela 11 –	Tipologia das vereadoras entrevistadas (2016).....	71
Tabela 12 –	Vereadoras eleitas em Minas Gerais por escolaridade (2012).....	72
Tabela 13 –	Principais ocupações das vereadoras eleitas em Minas Gerais por ocupação (2012).....	73
Tabela 14 –	Vereadoras eleitas em Minas Gerais por estado civil (2012).....	73
Tabela 15 –	Vereadoras eleitas em Minas Gerais por partido político (2012).....	75
Tabela 16 –	Parente que ocupa/ocupou algum cargo público e/ou eletivo (2016).....	80
Tabela 17 –	Cargo público x Parente com cargo público (2016)	82
Tabela 18 –	Desenvolvia atividades junto ao parente x Parente que ocupava cargo público (2016).....	83
Tabela 19 –	Envolvimento com grupos comunitários, associações e movimentos sociais x Apoio de parente que ocupava cargo público.....	84
Tabela 20 –	Envolvimento com Igrejas e/ou grupos religiosos x Parente que ocupava cargo público.....	85
Tabela 21 –	Envolvimento com algum movimento de mulheres x Parente que ocupava cargo público.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Principais pontos das Leis relativas às cotas para mulheres em listas partidárias na Lei Eleitoral (2014).....	107
Quadro 2 –	Vereadoras eleitas em Minas Gerais por ocupação (2012).....	108

LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS

SIGLA	NOME
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
DEM	DEMOCRATAS
PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PV	PARTIDO VERDE
PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
SD	SOLIDARIEDADE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. TRAJETÓRIA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: AS CONQUISTAS PERMEADAS DE ENTRAVES E BARREIRAS – ASPECTOS HISTÓRICOS	21
3. TRAJETÓRIA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: QUESTÕES E CONCEITOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	26
3.1. SOBRE A TRAJETÓRIA	27
3.2. SOBRE A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	28
4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DA ÚLTIMA DÉCADA – DEPUTADAS ESTADUAIS, FEDERAIS E VEREADORAS.....	39
4.1. A ANÁLISE	42
4.1.1. A política legislativa estadual.....	44
4.2. AS MULHERES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS	48
5. REPRESENTAÇÃO NOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS DE MINAS GERAIS: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	60
5.1. JUSTIFICATIVA, METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	65
6. PERFIL DAS VEREADORAS ELEITAS EM 2012 EM MINAS GERAIS.....	72
6.1. ANÁLISE DOS DADOS DAS VEREADORAS ENTREVISTADAS.....	76
6.1.1. Perfil das entrevistadas	77
6.1.2. Trajetória e carreira das entrevistadas	77
6.1.3. . A socialização política: o papel da herança familiar	79
6.1.4. Socialização Política: a participação cívica	81
6.1.5. Capital político feminino	87
6.1.6. Carreira e ambição política.....	89
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS	102
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO	102

ANEXO 2 – APÊNDICE	113
ANEXO 3 – MODELO DO LAYOUT DO QUESTIONÁRIO ONLINE	115

1. INTRODUÇÃO¹

Desde a antiguidade até os tempos modernos, uma série de pensadores tem discutido a distribuição do gênero nas esferas da vida social. Ao longo da história, verificam-se as lutas empreendidas pelo sexo feminino na busca de direitos iguais perante aos homens. São inúmeros os relatos dessas mulheres que romperam estigmas, padrões pré-estabelecidos de hierarquia sexual nos campos econômico, político e social. Clássicos da política, como Aristóteles, apontavam a mulher sob dominação masculina, procurando descrever as formas de subordinação feminina. A história da humanidade sempre foi marcada pela sobreposição do masculino sobre o feminino nas esferas da vida social. O homem era o responsável por prover o lar, o responsável pelas decisões privadas e públicas, o líder religioso nas doutrinas clássicas cristãs.

Cabe recordar também as perseguições, sofridas pelo sexo feminino durante a Santa Inquisição, na qual inúmeras mulheres eram torturadas e mortas, principalmente, aquelas que ousavam romper com os padrões morais pré-estabelecidos, especialmente no envolvimento com a esfera pública. No período do Renascimento, uma série de mulheres destacou-se no poder político, na figura clássica das princesas e das rainhas. Vale lembrar que a atual rainha Elizabeth ascendeu ao trono inglês, por exemplo, pelo fato de não haver naquele reino um herdeiro. Este fato desencadeou uma mudança no critério de sucessor de trono: agora quem sucederá o trono será por direito de nascimento e não por questão de gênero.

Já na modernidade, há destaque para a figura feminina, na Revolução Francesa que inspirou inúmeros movimentos sociais e políticos. Na tela “A Liberdade Guiando o Povo”, de Eugène Delacroix, na qual a Liberdade é apresentada na forma de uma mulher, e os preceitos da revolução passam a ser a base para a democracia moderna: liberdade, igualdade e fraternidade.

É válido mencionar, ainda, a visibilidade feminina que ocorreu, principalmente, durante as Revoluções Industriais na Inglaterra e na Europa. Tratava-se de mostrar como o gênero, historicamente milenar, anterior às classes sociais, se reconstrói, ou seja, é absorvido pela classe trabalhadora inglesa. Recentemente no cinema, o filme *As sufragistas*², demonstra como a inserção das mulheres, com direitos desiguais no âmbito das fábricas, foi um dos

¹Esta dissertação é um dos produtos da pesquisa "Representação política no nível municipal no Brasil", coordenada pela Professora Dra. Marta Mendes da Rocha no âmbito do Departamento e do Programa de Ciências Sociais da UFJF. A pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5fjzzHUYx-s>. Acesso janeiro de 2016.

escopos para a luta do direito ao voto. Segundo Thompson (1987)³, a noção de espaço masculino e feminino se reconstrói/constrói, juntamente, com uma nova maneira de articular relações de poder: as classes sociais. Logo depois, com a participação das mulheres nas fábricas bélicas americanas e europeias, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, criou-se uma maior proximidade em massa das mesmas e a efetivação de uma classe com ideários comuns, possibilitando maior articulação para a luta de direitos, o que é apontado no próprio filme.

No entanto, as transformações mais legítimas, em busca da equidade, começaram a acontecer durante o século XX, em decorrência da expansão urbana, das guerras, e mesmo das conquistas dos direitos sociais e políticos. Todas estas mudanças contribuíram para uma maior visibilidade do papel feminino na vida humana, e têm como pano de fundo o Movimento Feminista e a chegada das mulheres ao campo político, espaço de representatividade e de configuração de políticas públicas.

Apesar de muitas conquistas, ainda no século XXI, as mulheres se veem envoltas em uma série de barreiras sociais, econômicas e políticas, que sustentam práticas discriminatórias, de violência física e simbólica, até mesmo originando a segregação de gênero diante das oportunidades de acesso a uma série de espaços, tais como as instituições políticas, a exemplo do parlamento.

O processo de democratização, em várias partes do mundo, foi acompanhando da expectativa de que a expansão do direito de votar e ser votado levaria, também, à composição de órgãos representativos mais plurais e porosos, com uma multiplicidade de temas e questões. No entanto, o caminho percorrido para acesso a estes espaços pelo sexo feminino não foi igualitário ou inclusivo. As mulheres foram envoltas em um regime de patriarcado, no que remete à forma de organização social, em que as relações são regidas e conhecidas através do princípio de que todas as mulheres são e estão, hierarquicamente, subordinadas aos homens, seja ao pai, irmão e/ou marido.

Do ponto de vista histórico, principalmente na dimensão política, há uma sub-representação e mesmo ausência das mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisões. Indício deste fato é a relação dos temas, que interessam mais diretamente à mulher, estarem centrados na esfera das relações privadas. Deste modo, é consenso, nos trabalhos sobre as mulheres na política (AVELAR, 1996; KUSCHMIR, 2000; ARAÚJO, 2010; MIGUEL, 2013), a baixa participação feminina nas esferas de poder. Os dados eleitorais do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), bem como as informações disponíveis no site do Senado brasileiro demonstram que, mesmo com políticas afirmativas instituídas na última década, as mulheres ainda são sub-representadas na política. Portanto, o objeto de estudo deste trabalho volta-se para a temática da representação das mulheres nas esferas públicas de poder, principalmente no Poder Legislativo, por haver maior escassez bibliográfica de estudos sobre o tema, e tem como objetivo conhecer o perfil, as rotas de ingresso, a trajetória, o comportamento, as atitudes e as percepções daquelas que fazem parte desta esfera política. A pergunta que se faz é: como as rotas de ingresso e as trajetórias das mulheres impactam o seu comportamento depois de eleitas?

O tema desta pesquisa perpassa a participação e a representação política das mulheres, investigando as rotas de ingresso de 49 vereadoras, eleitas em 2012 nos municípios do sudeste do estado de Minas Gerais. Optou-se por analisar dados gerais, de todas as eleitas em 2012 e em anos antecedentes, presentes no site do TSE-MG, ainda que algumas dessas informações estivessem incompletas. Além disso, analisaram-se dados produzidos junto a uma amostra de 49 vereadoras mineiras, tomando como parâmetros pesquisas/estudos realizados nas instâncias do legislativo estadual e federal, especialmente os de Clara Araújo, Lúcia Avelar, Carlos Machado, Flávia Biroli, Luiz Miguel, dentre outros.

Para Avelar (1996), a necessidade de instrumentalizar as mulheres para as suas conquistas políticas sempre foi tarefa de homens e mulheres comprometidos com a efetiva extensão dos direitos humanos, embasados na igualdade. Os movimentos feministas foram os grandes motivadores no que diz respeito às discussões acerca das minorias no cenário de defesa dos direitos de igualdade, a fim de construir uma democracia mais representativa para todos os segmentos da sociedade.

O caso brasileiro possui suas peculiaridades quanto à representação e a participação das mulheres na política. Existem processos mais gerais que envolvem as democracias representativas contemporâneas, com dois atores centrais envolvidos nas competições legislativas, com candidatos e partidos. Esse debate, em torno da participação política de mulheres, remete, também, a uma questão anterior e mais ampla sobre os limites da democracia liberal representativa para incluir e dar voz aos diferentes grupos sociais. Deste modo, a sub-representação política do gênero feminino culminou com a criação da Lei de Cotas (Lei nº 9.054, de 1997) em que todos os partidos deveriam reservar um mínimo de 30% de vagas das listas para cada um dos sexos.

Santos e Avritzer (2005) argumentam, entretanto, que as instituições tradicionais da democracia representativa liberal, como o parlamento e partidos, operam a partir de uma série

de filtros que tornam mais difícil para alguns atores obter representação e incluir temas na agenda pública. As medidas político-institucionais adotadas em vários países, como as leis de cotas, não apenas para mulheres, mas para outras minorias, visam, justamente, minimizar estas limitações.

Os debates sobre a importância da participação feminina na esfera política ganharam corpo no Brasil, principalmente, com a emergência dos movimentos feministas que promoveram melhorias na participação das mulheres desde a década de 70 do século XX.

“[...] a inclusão das questões femininas na agenda internacional, principalmente quando a Organização das Nações Unidas (ONU) que elaborou a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres* (1979), e posteriores *Recomendações e Plataformas de Ação das Conferências Mundiais* de Nairóbi (1985) e Beijin (1995).” (RANGEL, 2012, p. 79).

Estes documentos foram importantes instrumentos jurídicos para assegurar a igualdade de direitos e a tentativa de dar fim às discriminações entre mulheres e homens. A Declaração e Plataforma de Ação da *IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*, realizada em Pequim, China, em 1995, é o documento mais recente e completo, tendo dentre seus objetivos centrais, o ‘empoderamento’ da mulher (GOMES, 2014).

Sobre as barreiras do ingresso das mulheres na política, sabe-se que foram construídas em várias dimensões, principalmente, quando envolve o jogo político de manutenção do poder masculino. Suas regras estão carregadas de traços tradicionais, patriarcais e masculinos que operam de forma a excluir as mulheres dos espaços institucionalizados da política, inclusive quando as regras das instituições políticas orientam a forma como as decisões são tomadas, definindo os atores com o poder de influenciar os resultados e a forma de interação entre eles (WEBER, 1999).

Os fatores apontados acima corroboram para a existência desta pesquisa, ou seja, mesmo com muita representação nas esferas educacionais, econômicas e sociais, questiona-se porque o número de mulheres não aumenta na mesma proporção na esfera política? Algumas barreiras e entraves para o acesso da mulher em qualquer espaço público foram legitimados, historicamente, por meio de desigualdades vivenciadas por elas no âmbito social, nos quais as mulheres sempre foram confinadas a espaços e papéis arbitrariamente atribuídos a elas, como por exemplo, dentro de casa, nos afazeres domésticos, através da tradicional divisão sexual do trabalho.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Amostra da PNAD), de 2012, mostra que elas estudam mais, também são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho. Além disso, são as principais responsáveis pela manutenção financeira de mais de 38% das famílias brasileiras. No entanto, também compõem a parcela mais empobrecida da população e ocupam os postos de trabalho mais precários, obtendo renda inferior à obtida pela parcela masculina. Apesar de receberem menos que os homens no mercado de trabalho, elas vêm, a cada ano, ocupando mais espaços. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/RAIS), de 2012, as mulheres ocupam atualmente 38% dos cargos na medicina, 43% na advocacia e na Justiça e 60% na área da arquitetura⁴. A dominação masculina pode ser vista através do controle da sexualidade feminina, socialmente construída e de difícil desconstrução na sociedade. Esta dominação, mesmo que simbólica, sempre controlou os corpos e a autonomia das mulheres. Para Céli Regina Jardim Pinto (2009):

“Não há dúvidas de que existe uma estreita relação entre a posição relativa que a mulher ocupa na estrutura de dominação e a sua presença na vida política. No caso específico do Brasil, esta estrutura de dominação tem duas características muito particulares que provocam efeitos profundos nas formas de participação da mulher na vida pública: uma desigualdade social abismal e uma hierarquia rígida em relação ao acesso a direitos” (PINTO, 2009, p. 22).

A partir desta questão, outro problema inserido no debate, diz respeito à própria natureza da representação exercida pelas mulheres. Os estudos feministas sustentam uma expectativa de que a maior presença das mulheres na política contribuiria para a ampliação e a renovação da agenda pública, com a inserção de temas até então delegados à esfera privada.

Com uma maior representação das mulheres nos parlamentos, haveria uma mudança qualitativa no processo e na dinâmica política? A inserção das mulheres neste espaço acarretaria uma agenda mais voltada para assuntos tocantes ao espaço feminino, tais como infância e juventude, saúde (aborto, pré-natal etc), educação e afins? Ao mapear essas questões, portanto, a pesquisa deve remeter ao debate em torno do significado da representação.

⁴Livreto organizado pelo Senado Federal. **Mais mulheres na Política**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em Janeiro de 2016.

É apresentada, no Capítulo 1 desta dissertação, uma discussão sobre a temática da trajetória de lutas e conquistas sociais e políticas, pontuando os entraves e barreiras enfrentados pelas mulheres, abordando os principais fatores históricos, bem como os movimentos sociais que aconteceram, a fim de garantir os direitos de oportunidade iguais às mulheres nas esferas públicas, mencionando o marco da Constituição de 1988 e sua importância para a ideia de representação política, assim como pontos sobre a Lei de Cotas no Brasil.

No Capítulo 2, analisam-se alguns dados do TSE no que diz respeito à presença e à ausência de candidatas no legislativo estadual e municipal na última década, além dos números e debates teóricos, embasados em pesquisas realizadas sobre as eleições e a participação das mulheres. Toma-se por base os trabalhos do Projeto proposto pelo Consórcio Bertha Lutz, ressaltando temas como a trajetória política, ideologia partidária, a hiperescolarização das mulheres eleitas, e alguns dados sobre as regiões e as vereadoras eleitas.

Já no Capítulo 3, é realizada uma análise comparativa entre as esferas nos diferentes níveis, quais sejam: federal, estadual e municipal, demonstrando a baixa participação/representação de mulheres nestas esferas, ou seja, a consonância entre os diferentes níveis no que tange ao quantitativo de mulheres. Tratar-se-á, também, da socialização política através da participação em atividades cívicas tais como a militância social, a herança familiar, a carreira e a ambição política como mecanismos de mobilidade dentro da esfera política a fim de concatenar com a pesquisa. Neste Capítulo, o objetivo será também de verificar a validade da tipologia criada nesta pesquisa, com base em Hanna Pitkin, além de verificar se os diferentes tipos de trajetórias correspondem a diferentes padrões de percepções e comportamento. Para isso, foram criadas duas grandes categorias centrais que se diferenciam pela presença/ausência de capital político masculino como principal fator para a vitória da vereadora, as *independentes* e as *herdeiras*. A tipologia e suas subdivisões serão mais detalhadas no Capítulo 4, no qual se apresenta a metodologia, as justificativas e os resultados da pesquisa com as vereadoras.

A proposta desta pesquisa foi verificar como as trajetórias políticas de vereadoras, *independentes* de ingresso ou *herdeiras* de capital político masculino, se relacionam de maneira diferente com os atores, além da forma como estas tipologias operam nas esferas políticas. Estes fatores levam a reflexão dos questionamentos relativos à rota de ingresso das mulheres na política. Será que diferentes formas de ingresso estão associadas a diferentes

percepções, atitudes e comportamentos? Quais dimensões estão relacionadas a esta trajetória?

2. TRAJETÓRIA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: AS CONQUISTAS PERMEADAS DE ENTRAVES E BARREIRAS – ASPECTOS HISTÓRICOS

Sabe-se que no Brasil Império, a população feminina não tinha acesso à esfera de trabalho legal, por isso não tinha remuneração comprovada (SOW, 2010, p.82). Isto se configurou como um fator de impedimento ao voto, haja vista que para ser eleitor exigia-se uma renda fixa, já em um segundo momento, a partir da Constituição de 1891, a restrição ocorreu através da exigência de alistamento militar, para direito ao voto, o que o tornou novamente inviável para as mulheres. Apesar de o serviço militar ser voluntário para as mulheres, a participação destas na atividade militar era ínfima, o que, conseqüentemente, se configurava como uma restrição ao voto feminino.

Assim, a luta pela igualdade de direitos civis é anterior à busca pela igualdade de direitos políticos. No século XIX, a mulher brasileira lutou pela conquista do acesso à educação superior, proibida para este grupo até o ano de 1879. No que tange aos direitos políticos, ao final do século XIX, registra-se também a demanda de algumas mulheres pelo direito ao voto, demanda que ia de encontro à percepção vigente à época de incompatibilidade da natureza feminina com as atividades políticas (VAZ, 2008).

Ao olhar para os avanços da cidadania política de nosso país, como aponta José Murilo de Carvalho (2002), nota-se que a não inserção das mulheres na esfera política e econômica se deu em decorrência da forte presença de traços tradicionais, patriarcais, clientelistas e personalistas masculinos existentes na figura do Senhor de Engenho, do Barão, do Coronel, dos Militares. São essas manifestações, desqualificadoras da capacidade das mulheres, assim como as barreiras impeditivas de sua participação mais efetiva nos espaços de poder, que precisavam ser desconstruídas socialmente do cotidiano das pessoas.

Assim, de acordo com Sow (2010), a Proclamação da República, em 1889, não gerou mudanças no que tange à participação da mulher na vida política, sendo que a Constituição de 1890 excluiu do sufrágio, analfabetos, mulheres, mendigos, soldados e religiosos. O primeiro projeto de lei relacionado ao Sufrágio feminino ocorreu em 1917, apresentado à Câmara dos Deputados, pelo deputado Maurício de Lacerda, justificando a comprovada capacidade da mulher em diferentes ramos (VAZ, 2008).

Contudo, foi oficialmente a partir de meados do século XX, quando as mulheres brasileiras já tinham conquistas efetivas na educação e no mercado de trabalho, que os direitos políticos passaram a ser pauta de embates. Em 1932, Getúlio Vargas promulga o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, aprovando, além do voto secreto, o voto feminino. É

interessante notar, porém, que neste momento foram autorizadas a votar as mulheres casadas, e elas deviam ser autorizadas pelo marido. As solteiras e viúvas deveriam comprovar renda própria para obter tal direito (VAZ, 2008).

De acordo com Sow (2010), a proposta das feministas Bertha Luz e Carlota Pereira de Queiroz na elaboração da Constituição de 1933 incluía questões relacionadas ao cotidiano das mulheres, tais como: maior tempo para licença maternidade, proteção à infância, igualdade salarial entre homens e mulheres, acesso irrestrito de mulheres a cargos públicos, além de questões relacionadas ao bem estar social da população como um todo, como, por exemplo, a assistência social.

No período autoritário do Estado Novo, de 1937 a 1945, observa-se um retrocesso no que diz respeito à realização deste direito, todavia, caracterizou não apenas os direitos das mulheres, mas os direitos políticos como um todo. O crescimento dos movimentos sociais, emergentes no final da década de 60, como o movimento estudantil, criou condições para a criação de um novo movimento feminista na sociedade brasileira. No início da década de 70, com o golpe da ditadura militar, as mulheres, em especial as intelectuais e acadêmicas, passaram a se reunir a fim de discutir diversas questões sociais, de produção de conhecimentos tais como literatura e política (VAZ, 2008). E no ano de 1975, foi promulgado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi o feminismo, emergido no final dos anos 60, que trouxe o questionamento radical da forma como as relações sociais eram estruturadas. As análises feministas, a partir daí, têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontado caminhos e meios para sua superação. Segundo Bourdieu (2003), o feminismo rompeu com as evidências que sustentavam a naturalização das desigualdades entre os sexos.

Vale lembrar, ainda, que no Brasil, o movimento feminista, pós anos 60, que se organizou ainda sob o regime militar, esteve, desde a sua origem, envolvido no processo de redemocratização do país. Nesse contexto, o movimento feminista situou-se, historicamente, no campo da esquerda. Isso significa que sua perspectiva de luta sempre foi a da transformação social.

Com o processo de redemocratização iniciado, o movimento feminista ganha uma nova roupagem, a partir da década de 80, surgindo grupos temáticos, tais como aqueles que tratavam da violência contra a mulher ou da saúde da mulher, além do desenvolvimento do feminismo no espaço acadêmico.

Em meados da década de 80, criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, que permaneceu apenas até 1989. Este Conselho voltava-

se para as demandas do movimento feminista, tais como: luta por creches, sexualidade e direito reprodutivo. Além disso, teve uma importante atuação na Assembleia Nacional Constituinte, por meio da elaboração da “Carta das Mulheres”, a qual representou um documento completo acerca das demandas do movimento (VAZ, 2008; SOW, 2010).

Historicamente, podem-se pontuar três momentos de grande relevância para a participação da mulher na política no Brasil. O primeiro deles trata da conquista do direito ao voto, ocorrido em 1932, fruto de um intenso movimento das mulheres iniciado em 1919, conhecido como movimento sufragista. O segundo refere-se ao movimento feminista iniciado na década de 70, através do qual a mulher luta por direitos mais amplos, inclusive voltados para a democratização do país. E o terceiro, a Constituição de 1988, na qual conquistam-se diversos direitos, inclusive na esfera política institucional. A Constituição de 1988 é reconhecida como o momento da conquista da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres.

A transição democrática, a ampliação de vagas no setor universitário e a inserção da mulher em cargos públicos têm direcionado o envolvimento do sexo feminino com a política no geral. Nos anos 90, emerge a Bancada Feminina do Congresso, grupo suprapartidário, com atuação consensual na maioria dos temas relacionados aos direitos das mulheres. Ao lado disso, a violência sexual e doméstica continuava a vigorar como atributo da relação familiar, o que ainda transforma a intimidade em um lugar de vulnerabilidade para grande parte das mulheres.

Foi em 1995, que a deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, apresentou um projeto de lei propondo a adoção de cota mínima de 30% para a candidatura de mulheres no legislativo (VAZ, 2008). No entanto, somente em setembro de 1997, foi aprovada a Lei de Cotas que passou a compor a nova legislação eleitoral, sendo aprovada uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Essa cota significaria a necessidade de preenchimento de vagas de candidaturas nos partidos políticos por mulheres (VAZ, 2008).

Lúcia Avelar (1996) afirma, ainda, que a maior expansão da participação feminina em cargos do Executivo e do Legislativo passa a ocorrer depois de 2002⁵, quando surgem mudanças políticas no cenário nacional, como a ascensão de forças de centro-esquerda. Há, ainda, maior abertura de partidos médios e pequenos, sobretudo de esquerda, para a inserção das mulheres. A Lei nº 12.034/09, conhecida como minirreforma eleitoral, possui significativa

⁵ No VIII Congresso Nacional da CUT – CONCUT, em 2003, cria a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT, consolidando os dezessete anos de organização das mulheres no âmbito sindical, através da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – CNMT. Mais informações ver **Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil 5 Anos Após Beijing**, publicado em 2000 pela AMB.

importância na busca da equidade de gênero na política brasileira, pois estabeleceu algumas medidas, que deveriam ser adotadas pelos partidos, no sentido de ampliar a participação da mulher nos cargos políticos. Dentre elas, destacam-se a reserva de 10% do tempo de propaganda gratuita eleitoral para candidatas mulheres e a destinação de 5% do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política feminina.

No entanto, esses mesmos dados mostram que, no que tange à vitória nas eleições, as mulheres permanecem sub-representadas, constituindo apenas 13,3% do total de vereadores eleitos no Brasil. Ademais, quando se analisa as candidaturas ao cargo de Prefeito, tem-se que nas Eleições de 2012, as mulheres representaram apenas 13,4% das candidaturas. Além disso, a “lei de cotas” não contempla o Poder Executivo, tendo em vista que está limitada a cargos escolhidos por sistema proporcional, ou seja, vereadores e deputados estadual e federal. Assim, Sow (2010, p.92) afirma que “a despeito dos avanços jurídicos, os dados da realidade brasileira mostram que existe uma enorme distância entre as conquistas legais e as práticas sociais”.

Bourdieu (2003) afirma que as mudanças visíveis que afetaram a condição feminina ao longo do tempo mascaram a permanência de estruturas invisíveis, as quais só podem ser esclarecidas por um pensamento relacional, capaz de contrapor a divisão de trabalho e poderes, e os diferentes setores em que estão situados homens e mulheres.

Marlise Matos (2009) aponta, em seus estudos, as principais barreiras à eleição de candidatas femininas ao legislativo, sendo classificadas em três níveis: o primeiro é o nível micro que abarca a barreira da ambição política; o segundo é o nível sociológico que envolve as barreiras das estruturas do sistema político-partidário somado a barreira da elegibilidade; e, por fim, o nível político-filosófico que tange a reeleição e a permanência na esfera política.

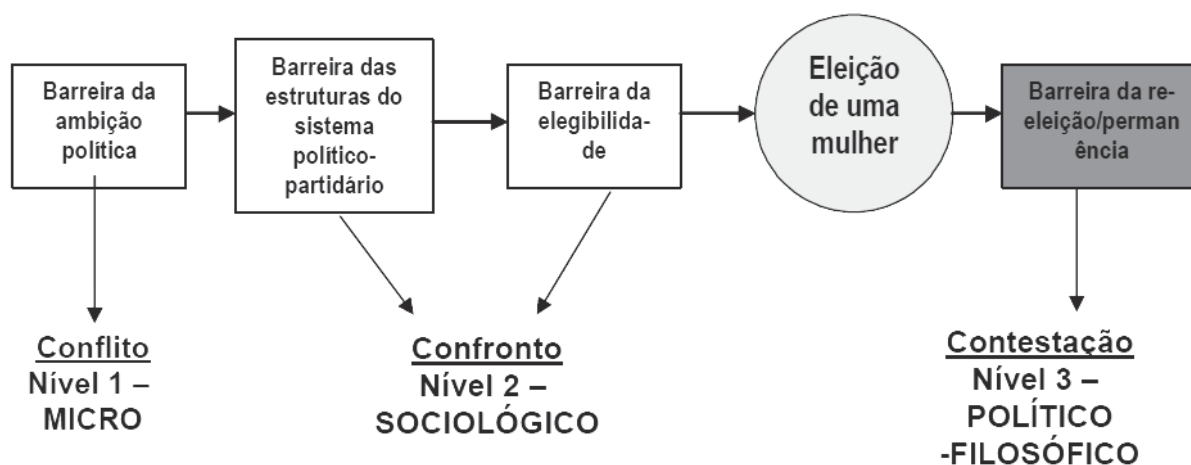
Segundo a autora, no primeiro nível (micro), é possível identificar os principais elementos da determinação individual/subjetiva que levam estas mulheres a concorrer ou ambicionar um cargo eletivo. Nele é possível verificar um conjunto de fatores que refletem a situação constatada de limitação da autonomia feminina para se lançar à “aventura” de um cargo eletivo no país. Cabe destacar que neste nível, o ativismo político prévio, ainda que seja um potencial recurso para a candidatura, nem sempre é convertido em capital eletivo. Soma-se a ele a presença do capital político familiar, o qual ameniza enfrentamentos, mas não os elimina totalmente (MATOS, 2010, p. 5).

No segundo nível, o da interação sócio-política, a autora identificou “assimetrias significativas na distribuição do poder e também dificuldades das próprias mulheres em

participar ativamente das tomadas de decisões em vários âmbitos” (idem, p. 5), tais como: associar a vida doméstica a outros cargos com a carreira política, ter ativismo associativo e recursos para financiar as campanhas. Para as mulheres, há uma tensão entre o tempo de “agir” do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida, a qual deve ser cuidada e reproduzida. A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera social para a política.

Por fim, no terceiro nível, Matos (2010) demonstra as dificuldades no plano formal e institucional, o que a autora chama de jogo político-partidário brasileiro, ou seja, “são obstáculos que remontam ao contexto institucional/formal, inerentes à luta e à competição política, e não mais no âmbito das práticas e interações sociopolíticas cotidianas, mas das regras construídas para, por e no jogo político” (idem, p. 6). Neste sentido, a autora destaca a fragilidade dos partidos políticos diante de personalidades onipresentes. Soma-se a estes obstáculos a falta de senso de responsabilidade dos eleitores em relação ao próprio voto.

Figura 1 - Principais Barreiras à Eleição de Candidatas Femininas ao Legislativo brasileiro



Fonte: Matos (2009)

Assim, a ambição política das mulheres é prejudicada pela avaliação que elas próprias fazem acerca de suas possibilidades de competir a um cargo político. Todavia, por outro lado, os movimentos sociais, as conferências internacionais e os Fóruns Sociais Mundiais (FSM's) e mesmo as poucas mulheres, presentes tanto no Executivo quanto no Legislativo, têm favorecido o surgimento de redes, de novos sujeitos políticos e valores sociais que reforçam processos igualitários e democráticos, constituindo-se em importantes espaços de construção, debate e pressão social entre a sociedade civil e o Estado.

3. TRAJETÓRIA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: QUESTÕES E CONCEITOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Para que seja tratado acerca dos temas relativos à pesquisa, no campo dos estudos da representação e da participação política das mulheres, torna-se necessária a busca literária por questões como trajetória política, socialização política, acesso ao poder, ambição, recrutamento e formas de ingresso na política.

Para trabalhar com as questões relacionadas acima, centrais para esta pesquisa, foram utilizados textos extraídos, em sua maioria, de um grande estudo que levou em consideração a trajetória de candidatos e candidatas. Tal estudo ocorreu por meio de um edital público, o qual visou pesquisar a participação feminina nas eleições gerais de 2010. Este edital foi lançado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, convidando núcleos, fundações e institutos de pesquisa públicos e privados para apresentarem propostas para a implementação de um projeto de pesquisa sobre “a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010”.

O vencedor da concorrência foi o Projeto proposto pelo Consórcio Bertha Lutz (CBL). O objetivo central do projeto foi pesquisar a participação das mulheres no processo eleitoral, buscando a perspectiva de gênero, com a intenção de identificar e compreender o perfil do conjunto dos candidatos de ambos os sexos, através dos dados do TSE. Buscou-se compreender as diversas percepções do eleitorado sobre valores tradicionais da formação política brasileira, predisposições e atitudes em relação à participação e associativismo, crenças e valores em relação à democracia em si; a capacidade de influência, por meio das trajetórias das/os candidatas/os, dos diversos tipos de recursos e capitais; a engenharia eleitoral dos partidos voltada para disputa (recrutamento), definição de suas candidaturas, considerando o novo critério de preenchimento das cotas. Um dos maiores resultados da pesquisa da CBL foi a publicação do livro “*As mulheres nas eleições de 2010*”, obra que abarca alguns dos artigos utilizados neste primeiro levantamento bibliográfico (ALVES, PINTO, JORDÃO, 2012).

Neste levantamento, percebe-se que estes trabalhos tiveram como conclusão que mulheres e homens, quando se apresentam como candidatos para disputar diferentes cargos eletivos, não são páginas em branco, isto é, suas trajetórias pessoais, sociais, intelectuais se fazem importantes. Os autores perceberam que estas questões influenciam, de diferentes formas as trajetórias, quando correlacionadas ao patrimônio financeiro, nível de educação,

experiência profissional e política. Entende-se o termo “patrimônio” do candidato como a escolarização, herança da sua origem social e sua trajetória pessoal. Os autores encontraram, numa análise preliminar, que estes fatores têm um profundo impacto sobre o sucesso eleitoral. Eles concluíram em seu trabalho que herdar ou acumular riquezas não são garantias de sucesso nas urnas, no entanto, aumentam em cinco vezes as chances de se eleger. Além disso, ressaltam, ainda, que a instrução não possui o mesmo impacto sobre o sucesso eleitoral, porém, quem possui curso superior tem aumentado em 50% suas chances de êxito nas eleições.

Vale destacar a conclusão apresentada por Miguel e Queiroz (2006), em um dos textos do livro, os quais apontam a existência de uma “hiperqualificação feminina”, no que se refere ao nível médio de escolaridade das mulheres no ensino superior, pois é maior que a dos homens. Para os referidos autores, isso pode ser justificado pela preocupação das candidatas em se ‘hiperqualificar’ para alcançarem maiores chances eleitorais em relação aos homens. As mulheres, ao se lançarem em disputas por posições de poder e prestígio, compensariam interditos conjunturais e estruturais por meio de uma qualificação superior à dos homens. Muitos estudos atestaram essa tese e observa-se que, no atual cenário político, poucas são as mulheres com envergadura eleitoral que não possuem nível superior (MIGUEL, QUEIROZ, 2006).

3.1. SOBRE A TRAJETÓRIA

Para além da escolarização, Speck e Sacchet (2010) investigam se mulheres e homens entram na disputa política com certas especificidades sociais, se há desigualdades na disputa pelo voto entre eles, e também buscam medir as características demográficas (perfil) destes. Os autores pretendem verificar se a inserção das mulheres na estrutura socioeconômica e ocupacional pode ser particularmente importante para identificar sua condição de ingresso na política. Para tanto, eles pontuam dimensões como: grau de instrução, ocupação e bens (patrimônio), identificando candidatos que se destacaram e apresentaram melhor desempenho na disputa eleitoral. Ao apresentar estas dimensões, eles demonstram que existe relação entre capital social e político e o sucesso eleitoral nas urnas.

Outro ponto crucial no trabalho de Speck e Sacchet (2010) é o fato da ocupação em cargo político anterior, no momento da disputa, ser decisivo para o sucesso nas urnas, o que comprovaria a importância da trajetória política. Os candidatos com mais chances eleitorais estão relacionados à categoria de políticos em cargos eletivos que disputam um novo

mandato, evidenciando assim, o possível impacto do envolvimento político anterior na trajetória política dos atores. Os autores detectaram que estes têm uma chance cinco vezes acima da média de todos os demais candidatos. Portanto, o impacto da experiência como político tem o mesmo peso que o capital político sobre as eleições.

3.2. SOBRE A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Ao pensar-se nas chances eleitorais, a influência dos partidos nas candidaturas se torna de fundamental importância, principalmente, no que tange às regras do Sistema Eleitoral e das instituições envolvidas para a construção da trajetória das futuras candidatas. Araújo (2005) procura entender os motivos pelos quais as características do sistema partidário brasileiro dificultariam o ingresso das mulheres nos espaços de representação política. A autora apresenta a existência de uma distinção entre o modo de militância de homens e mulheres, bem como a dualidade entre tempo de militância e legenda. Em relação à militância das mulheres, a autora observa o lugar das mulheres nos partidos e nos cargos do Executivo e conclui que a existência de espaços nos partidos poderia ser resultado não da mobilização de grupos de mulheres almejando ingressar na política, mas ser apenas uma espécie de efeito de contágio com os partidos, visando ganhos políticos advindos da criação das regras no seu interior em relação à Lei de Cotas e suas prescrições (vide Anexo 2, p.114)

Tratando ainda das regras, Araújo (2005) traz à tona o resultado de alguns estudos que afirmam que os sistemas proporcionais são mais favoráveis às mulheres, no sentido de que esse sistema fornece maiores chances de acesso deste grupo aos cargos legislativos. Já nos sistemas majoritários, as chances das mulheres ascenderem na política são, consideravelmente menores, e já se anunciam desde as decisões preliminares dos dirigentes partidários quanto à escolha dos candidatos que deverão representar o partido na corrida eleitoral.

O trabalho de Clara Araújo (2007) tem como objetivo entender o porquê da baixa elegibilidade de mulheres pela via de variáveis como número de candidaturas e eleições de fato. A autora ressalta a falta de estudos que entendam a baixa representação de mulheres no Legislativo por meio de uma perspectiva partidária organizacional, e não apenas como efeito de aspectos específicos do nosso sistema eleitoral, seja o formato da lista, seja a excessiva fragmentação do sistema partidário. Nesse sentido, a decisão de estudar estratégias partidárias leva a um entendimento dos critérios que regem o recrutamento de mulheres.

No artigo de Irllys Barreira e Danyelle Nilin Gonçalves (2010), no livro *Mulheres na Política em 2010*⁶, sobre a “presença” e “ausência” de candidatas no espaço político, as autoras mapearam a representação de dirigentes partidários, chamando a atenção para a motivação dos partidos em recrutarem candidatos com grande potencial, além do apoio a candidatos de maior densidade eleitoral. Para explicar este padrão de ‘oferta e demanda’, as autoras utilizam o conceito de Bourdieu (2003), ‘campo da política’, enquanto mercado que gira em torno de concorrência por lugares e posições, em que o discurso de dirigentes partidários enfrenta o desafio de pautar suas práticas no âmbito da legitimidade (ampliação de requisitos democráticos e maior inserção de mulheres) e legalidade (preenchimento das cotas), sem abdicar da luta pelo monopólio do poder.

Se as mulheres são evocadas em discursos e propagandas dos partidos, como prova de reconhecimento de um capital simbólico significativo, é a disputa por espaços de poder no âmbito da política que tenciona a vigência de práticas afirmativas de gênero. Raciocinando com algumas categorias weberianas, de acordo com os conceitos de uma “ética da convicção”, formulada por partidos com ideologias mais práticas e básicas, e em uma “ética da responsabilidade” (WEBER, 1999), baseada no conhecimento dos efeitos das práticas sociais sobre a consolidação partidária, tenderia a entrar em acordo com uma proposta, pautada nos princípios do mercado de concorrência (oferta e demanda; ausência e presença).

É a preocupação com vários fatores envolvidos na lógica da manutenção e a expansão de resultados eleitorais que condiciona a possibilidade de implementação de estratégias afirmativas, mesmo havendo compromissos ideológicos. Em relação a essa colocação simbólica do posicionamento da mulher no mercado, destacam-se duas participantes da pesquisa, realizada pelas autoras através do Consórcio Bertha Lutz, na qual foram realizadas entrevistas e enquetes com representantes de 12 partidos, no Ceará, e 14, no Rio de Janeiro. Os critérios de amostragem baseados na representatividade de eleitos na Câmara Federal apresentaram uma perspectiva semelhante quando duas entrevistadas foram perguntadas sobre o sentimento das mulheres que pretendem se candidatar a algum partido com o objetivo de serem eleitas. Uma das entrevistadas, que era presidente da secretaria de mulheres do PSB, relatou que “O jogo é muito masculino, é inescrupuloso, muito pragmático”. Na mesma direção, posiciona-se uma participante do núcleo “Rosa de Luxemburgo”, do PSOL, referindo-se às dificuldades de inserção das mulheres no espaço político: “As mulheres não se colocam e as que se colocam às vezes se masculinizam”.

⁶ Mais informações disponíveis em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/02/20/o-direito-de-voto-feminino-e-as-mulheres-nas-eleicoes-2010-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso Janeiro de 2016.

Norris (1987) e Matland (1999) veem o recrutamento e as chances eleitorais de mulheres na política de forma intimamente ligada à sua trajetória política. Para ambos os autores, existem *dois grandes fatores* que influenciam mulheres de formas diferentes no momento de recrutar candidaturas. Seriam eles: a) o contexto cultural no qual o sistema político opera, que predispõe percepções positivas ou negativas, tanto do indivíduo quanto ao ambiente político, de forma a delimitar possibilidades de se representar o sucesso ou fracasso da futura candidatura; b) concorrer a cargos eletivos não seria um comportamento socialmente esperado de mulheres, principalmente no Brasil, devido às várias barreiras e discriminações que elas enfrentam, sejam de forma direta ou indireta, no que se refere a concorrer a cargos políticos. Sobre estas *barreiras*, os autores afirmam que elas se resumem em *três grandes eixos*: 1) barreira da ambição política; 2) barreira das estruturas do sistema político-partidário; 3) barreira da elegibilidade (recrutamento); e o terceiro fator seria o histórico fato da esfera política se tratar de um campo privilegiado de dominação masculina. (NORRIS, 1987; MATLAND, 1999).

Facilitadores de acesso destas candidaturas femininas foram levantados no Projeto de pesquisa de Marlise Matos (2006), com base na pesquisa de Céli Pinto, (1994b) e eles remetem às duas principais formas de ingresso das mulheres na política, uma através de laços ou vínculos familiares, outra por ativismo político prévio (com militância partidária ou sindical ou com destaque específico para a atuação profissional). Para as autoras, estas seriam as principais rotas de “entradas” ou ingresso para as mulheres brasileiras na política. Além disso, a “liderança pessoal, associativismo, vida pública e envolvimento com grupos de interesse como fatores tendenciosos a serem relevantes e ser associados também a aspectos como padrões de ingresso” (ARAÚJO & BORGES, 2013, p.84).

Em um estudo comparativo entre Brasil e Argentina, Araújo (2010) realiza uma análise da relação entre as trajetórias individuais de deputadas e deputados, com o objetivo de captar as razões de ingresso na política, o papel dos partidos como mediadores dessas trajetórias e como esses pontos se transformam em capital político. Verifica-se que tanto a Lei de Cotas quanto o capital político dessas mulheres, propiciam sua inserção, contribuindo para a construção de suas trajetórias, e demonstrando os diferentes tipos de ingresso no universo político.

No caso argentino, a autora apresenta a forte referência aos líderes dirigentes e à corrente interna a qual a(o) candidata(o) pertence, apresentando peso considerável na seleção de candidaturas. Considerando-se o conjunto dos partidos, certamente tal referência não se aplica ao Brasil, como apresenta a autora, ao dizer que parte das candidaturas femininas bem-

sucedidas advém de laços de parentesco. Isto ocorreria mais sistematicamente nos partidos de perfil de centro-direita/centro, enquanto a menção às necessidades e decisões de grupos sociais se faz mais presente entre partidos de esquerda/centro-esquerda. Na Argentina, a indicação dos nomes das mulheres é parte das negociações internas dos partidos e entre suas diversas correntes.

Araújo e Borges (2013) analisaram, em seu trabalho, dimensões como trajetórias políticas e eleitorais, estratégias, recursos e dificuldades de campanha, relativas à candidatura de deputadas em 2010. A análise de perfis de eleitos e não eleitos, com o objetivo de identificar como o gênero perpassa e apresenta-se em possíveis variáveis intervenientes nesses perfis, apontou que existem várias dimensões nas quais a categoria gênero impacta de maneira direta ou indireta, principalmente, antes do processo eleitoral. Ao final eles concluem: “que os perfis de eleitos, homens ou mulheres, são semelhantes, mas, considerando que os homens são amplamente majoritários entre os eleitos, pode-se dizer que tais perfis são fruto de uma estrutura ainda marcada por desigualdades e por valores diferenciados por gênero” (ARAÚJO & BORGES, 2013, p.1).

Sobre o conceito de “socialização política”, Avelar (1996) afirma que este termo pode ser referenciado como uma “socialização diferenciada das mulheres” que vem do aprendizado dos papéis ligados ao sexo, embutidos sob os valores de uma “cultura feminina”, ao gerar uma socialização diferencial, pois se sabe que o termo “valor” implica em escolhas a partir de um conjunto organizado de referências, as quais vão sendo incorporadas aos constructos da personalidade dos indivíduos. “Estes valores também são concepções que diferenciam os atores no que tange aos significados de suas ações” (AVELAR, 1996, p.73), e se transformam em preferências que foram adquiridas e se manifestam nas atitudes e opiniões políticas.

Diretamente ligado às percepções, socialização e sofisticação política, Avelar (1996) relaciona estes pontos ao comportamento político, afirmando que os valores podem atuar como sistemas de interesses que criam uma disposição individual para certos comportamentos orientados para determinados temas ou direções. Neste trabalho, a autora citando Adorno, menciona sobre o autoritarismo na dimensão da construção da personalidade, apontando para o modo como os valores presentes no indivíduo operam na socialização, levando estes atores a terem certas preferências nas escolhas políticas.

Em relação às escolhas dos indivíduos e à sua socialização política, outra dimensão deste trabalho sobre “acesso a postos de poder e posições de liderança” enfatiza o fato de que mesmo quando as mulheres conseguem chegar ao parlamento, elas enfrentam dificuldades para alcançar postos-chave dentro das instituições ou na relação com os representantes do

Executivo. Trata-se aqui do que Karina Kuschnir (2000) denomina como “acesso”, um capital importante nas relações com o Poder Executivo. Kuschnir (2000) realizou uma original investigação antropológica sobre o mundo da política no estado do Rio de Janeiro, situando os políticos como mediadores fundamentais da sociedade brasileira. A autora (2000) analisou histórias de vida, através de observação participante e pesquisa de arquivos, mapeando as redes de relações, os sistemas de trocas, unindo concepções e práticas políticas. Os pontos principais percebidos pela autora foram o *acesso ao poder* e a categorização do *perfil da filha do deputado* pesquisado, classificada como *herdeira* política do pai, bem como a influência que a forma de ingresso e o apoio masculino do pai tiveram para a sua vitória, tornando-se uma das deputadas eleitas mais votada da história brasileira.

Sobre a herança familiar, Araújo & Borges (2013) e Avelar (1996) apresentam a importância do ‘familismo’ como item indicativo de como o parentesco pode operar como um capital político positivo para recrutamento e ingresso dos homens, mas principalmente das mulheres na política. Os autores detectaram que familiares e parentes são os mais citados por ambos os sexos como apoios não institucionais, mas predominantemente citados por mulheres (ARAÚJO & BORGES, 2013, p. 89). Já Lucia Avelar (1996) enfatiza que as mulheres organizam-se mais pelas vias institucionais do que pela política informal, ponto que pode ser um indicativo para uma política mais igualitária e programática.

Tratando do âmbito institucional, no que tangem as regras formais e informais, Araújo (2010) destaca a relação entre as trajetórias individuais de deputadas e deputados, isto é, a forma e as razões de ingresso na política, o papel dos partidos políticos como mediadores dessas trajetórias, e como esses aspectos se transformam em capitais políticos eleitorais, além da percepção de como essas trajetórias se relacionam com as chances oferecidas pela inclusão das cotas. A Argentina é tomada como um contraponto positivo ao caso brasileiro, dado o fato de sua experiência ser considerada paradigmática devido a fatores históricos e ao sistema eleitoral de lista fechada com alternância de gênero (na América do Sul, somente a Argentina funciona com lista fechada e alternância de candidatos entre homens e mulheres). Quando este país adotou a cota de 30% para candidaturas femininas nas listas partidárias, o número de mulheres que obtiveram cadeiras no parlamento argentino aumentou consideravelmente. Evidentemente, o sistema de lista fechada apresenta resultados bastante diferentes no caso de países nos quais os partidos políticos ou não implementam uma política de cotas ou explicitamente tratam de maneira desigual as candidatas. Portanto, o sistema de lista fechada atua como uma condição necessária, mas não suficiente. Seu sucesso na ampliação do número

de mulheres no parlamento depende da ação simultânea de outros fatores (ARAÚJO & ALVES, 2007).

No que remete mais diretamente aos partidos políticos, Araújo (2010) relata que estes permanecem como ‘*locus*’ central que organiza a representação política nas democracias representativas. A autora apresenta dados os quais comprovam que a mobilização coletiva e o tipo de militância dentro dos partidos são executados por diferentes formas pelos atores. Para a autora, os partidos argentinos tendem a ser considerados “pela literatura como atores institucionais decisivos e canais fundamentais para a extensão dos direitos políticos e sociais” (ARAÚJO, 2010, p. 573).

Em suas análises sobre a trajetória dos partidos políticos brasileiros, Araújo (2010) aponta para um caminho distinto, marcado por escassa institucionalização e envolvimento popular. De acordo com as entrevistas realizadas pela autora, percebe-se a existência de um grande vínculo conjugal ou paterno das entrevistadas com prefeitos, governadores e pessoas que figuram em outros cargos relevantes. Porém, somente algumas detinham esse tipo de vínculo, tendo as outras estabelecido seus próprios vínculos políticos, independentemente do capital familiar. Dentro dos cargos citados pelas entrevistadas, alguns eram legislativos em nível estadual ou municipal no Brasil, enquanto na Argentina o partido ocupa o “lugar de militância por excelência, em que a memória do envolvimento político se confunde com razões de participação, estímulos e experiências” (ARAÚJO, 2010, p.573).

Quando se fala em motivação, estímulos e experiências, lida-se com sentimentos que possivelmente remetam a duas dimensões. Para Araújo (2010) estas dimensões estão relacionadas entre si e seriam, assim como em outros trabalhos, o *comportamento político* e a *ambição*. A autora aponta que as entrevistadas, ao serem questionadas sobre o ‘sentido’ e a ‘motivação’ que as levaram a ingressar na política, levaram em consideração a ‘agência’ e sua capacidade de escolha. A agência como o lugar de atuação institucional ou organizacional que pode ser circunstancial e a motivação, que pode vir, por exemplo, via apoio partidário ou motivação pessoal. Em outras palavras, aquilo que a autora define como a ‘política como uma circunstância’ que pode ser relacionado com o comportamento, como a esfera de atuação desta mulher e a ‘política como um projeto’, esta já estaria relacionada com a ambição. Deve-se ressaltar que ambos os ‘conceitos’ possuem viés weberiano, quando Weber (1999) apresenta o “político por circunstância” (sentido e comportamento) e o “político por vocação” (motivação e ambição).

Influenciada por estas reflexões, a autora tratou das implicações que isso poderia ter para a construção de um caminho viável de acesso à política para as mulheres. Sobre ambição,

ela percebeu que o ‘poder’ não se apresentou como um desejo marcante ou como um projeto que as candidatas aspiravam. Principalmente no caso do Brasil, onde quase todas as parlamentares entrevistadas responderam terem sido alçadas à condição de candidatas por ‘circunstâncias’; ao passo que parlamentares homens assumem, de modo mais claro e direto, que ‘queria ser candidato’, ‘queria ser político’, ou seja, percebeu-se uma ‘agência’ mais efetiva sobre seu destino, ao tratar a política como um projeto de carreira, vocação e ambição pelos cargos e pela manutenção do poder político (ARAÚJO, 2010, p. 580).

Através de dados sobre o percentual de mulheres que buscam a reeleição ou pretendem dar continuidade à sua carreira por meio da eleição a outros cargos no Executivo ou no Legislativo, ou ocupar cargos não eletivos, conclui-se que este é inferior ao percentual de homens. Importantes informações sobre esta temática foram retiradas do Projeto de Marlise Matos (2006, 2009, 2010), o qual mostra que a ambição está relacionada a fatores motivacionais, como impulso, ambição propriamente dita e/ou interesses variados. Verificou-se que as candidatas são constrangidas pela estrutura das oportunidades eleitorais, isto é, através das chances de obter um cargo eletivo no jogo político, levando-se em consideração também o capital político das aspirantes, diretamente relacionados a tempo, dinheiro, experiência e relações políticas. Para Maisel & Stone (1997), mesmo para os candidatos com alto grau de ambição política, percebendo esses que suas chances eleitorais (seja para serem candidatos partidários ou mesmo para serem efetivamente eleitos) seriam baixas, boa parte acaba desistindo de concorrer.

“A determinação individual a concorrer está limitada à percepção das reais condições de abertura do sistema político para novas candidaturas, ou seja, ao quão amigável o ambiente político se colocaria àquela candidatura em questão, bem como pela estimativa dos recursos que poderiam ser gerados para ajudar na disputa” (MATOS, 2006, p. 20).

A ideologia partidária é uma variável amplamente discutida na literatura em todas as áreas da Ciência Política, vista por várias correntes como fator que causa forte influência sobre o comportamento político dos atores. Clara Araújo (2010) afirma que a ideologia partidária impacta diretamente nas experiências dos atores políticos, por meio dos relatos em que a autora detectou uma clivagem ideológica nos diferentes tipos de participação. A autora percebeu que as entrevistadas, que se autodenominavam participantes de movimentos sociais, foram predominantemente deputadas pertencentes aos partidos mais à esquerda do espectro ideológico. A interferência da ideologia partidária também está presente na sua conclusão quando fala sobre as entrevistadas que possuíam um comportamento militante e tinham

envolvimento político anterior, ao enxergarem o partido como um “espaço ideológico” detentor de maior “significado para aqueles informantes pertencentes às agremiações de esquerda” (ARAÚJO, 2010, p.575).

Sobre a relação entre ideologia partidária e capital político, Araújo (2010) apresenta resultados da relação de parentesco entre as candidatas pertencentes a partidos definidos como mais de centro-direita/centro, enquanto a menção às necessidades, decisões e participação em movimentos e/ou grupos sociais se faz mais presente entre partidos de esquerda ou de centro-esquerda. Os “partidos definidos como mais de centro/centro-direita têm formação claramente mais ‘familista’, ou seja, com mais influência de lealdades e controles familiares e pessoais” (ARAÚJO, 2010, p.579). Ainda sobre a herança familiar, o texto sobre o êxito das mulheres nas eleições municipais de Miguel & Queiroz (2006), apresenta hipóteses relacionadas à política tradicional e a herança dos clãs familiares, sendo mais perceptíveis entre as mulheres na vereança do que entre os homens.

Dentro da literatura, há indicativos relacionados ao parentesco, também no trabalho de Clara Araújo (2013), no qual a autora apresenta resultados referentes à forte relação das entrevistadas que disseram ter algum parentesco com políticos homens, maridos e pai, sobretudo, mas também com irmãos. Como por exemplo, uma deputada que entrou na política para substituir o irmão que era candidato e havia falecido num acidente de carro, caracterizando assim a tipologia *herdeira*, termo utilizado no trabalho de Karina Kuschnir (2000), categorizando o capital político herdado pela filha, oriundo do pai, fator fundamental para sua vitória e facilitador do seu acesso ao poder e manutenção do poder no ‘clã familiar’.

Ainda sobre este tema, Araújo (2010) detectou uma relação mais forte de parentesco no Brasil do que na Argentina. A autora percebeu que esta relação vinha dos esposos, em seguida dos pais (mãe e pai), e em geral do pai, e muitos destes ocupavam cargos no legislativo ou no executivo. Como explicitado no trecho a seguir:

“O parentesco tem sido considerado uma rota importante de acesso feminino à política institucional. Há evidências de que esse caminho não é particular às mulheres. Homens também herdam capitais políticos, sobretudo de seus pais, mas também de irmãos, tios ou avôs. Tratar-se-ia, muito mais, da expressão do caráter pessoalizado e pouco democratizado da política. Mas **as mulheres tenderiam a entrar mais por essa rota, fato que expressaria, também, a sua dificuldade de formar outros capitais**, a sua menor inserção em canais sociais geradores de recursos políticos, bem como as dificuldades estruturais que marcam suas possibilidades de realizar projetos políticos.” (ARAÚJO 2010, p. 572).

Ana Alice Costa (1998) em seu trabalho “As donas do Poder”, realizado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, trata das mulheres da elite política na Bahia e retoma a ideia de herança política relacionando-a ao regionalismo, e apresenta o estado do Nordeste como o mais expressivo no número de mulheres eleitas. Para ela, isso poderia significar uma contradição com a condição de atraso socioeconômico, assim como uma predominância de estruturas patriarcais de poder que caracterizam historicamente a região. Considera-se assim, que essa contradição é somente aparente, tendo em vista acreditar que os dados refletem exatamente a força da estrutura de dominação patriarcal existente tanto no Nordeste quanto no Brasil. Costa (1998) fala sobre como as mulheres, nessa região, formam parte da estratégia de conservação e manutenção desse poder patriarcal e oligárquico. Elas são chamadas a participar na estrutura do poder local (tanto no âmbito federal como estadual), para garantir a continuidade de controle do poder. São chamadas sempre que os interesses do grupo familiar ao qual pertencem estão em risco. Para as mulheres, a atividade política é somente mais uma tarefa a ser cumprida dentro da família e só uma atividade a mais dentre as que tradicionalmente fazem parte dos seus afazeres cotidianos. Não é coincidência que um número significativo delas jamais teve algum tipo de experiência política e/ou profissional anterior às candidaturas (COSTA, 1998).

Miguel e Queiroz (2006) em seu trabalho acerca das diferenças regionais e o êxito das mulheres nas eleições municipais corroboram com a hipótese da existência de uma relação entre um maior número de mulheres eleitas no estado do Nordeste com a manutenção do patriarcado na esfera política através do apoio dos clãs familiares.

Pinto (1994) relata que existiriam duas grandes formas das mulheres chegarem à política no Brasil, a saber: 1) um grupo formado por mulheres que ingressaram na política por laços/vínculos familiares de pais e maridos; 2) outro grupo composto por mulheres com militância partidária ou sindical; ou com destaque específico para suas atuações e atividades profissionais. Desta forma, as mulheres aptas para competir eleitoralmente a cargos públicos no Brasil, ou estariam apoiadas pelos sistemas clientelistas, patrimonialistas, “familistas” e tradicionais que predominam, ainda hoje, na política brasileira, mais frequentemente no nível municipal; ou por serem portadoras de trajetórias prévias de participação política, ativismo e luta por direitos, sendo apoiadas, portanto, por suas organizações de base e suas formas de ingresso na política (MATOS, 2006).

À luz de todos estes dados, conceitos e questões pode-se concluir que os fatores relativos à trajetória, comportamento, atitudes, socialização política, acesso ao poder e capital político exercem algum impacto na atuação política das mulheres que conseguem se eleger.

Outra questão, importante neste campo, refere-se à existência ou não de uma maior preocupação das mulheres em defenderem temas relativos ao universo das mulheres, produzindo uma agenda voltada para ‘temas femininos’, relativos à família e mais vinculados a avanços no âmbito coletivo que individual, além de temas ligados mais à vida local que à nacional. Ponto defendido no trecho da obra clássica de Lúcia Avelar (1996):

“Na maioria dos casos, a presença das mulheres na política vem de sua participação nos movimentos urbanos e sindicais e movimentos de mulheres (...) quando ascendem ao poder, voltam-se às suas raízes e formulam e implementam políticas voltadas às questões sócias, conforme suas bases de poder. Só as mulheres podem levar à frente políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança e lançar-se com tanta decisão para a defesa de verbas para escolas e creches. Em um país marcado por uma enorme dívida social, isto significa modernidade política. Questões como violência doméstica, agressão, ausência de controle reprodutivo, abortos clandestinos, discriminação e assédio sexual nos locais de trabalho, dependência econômica, todas são hoje veiculadas por causa da entrada das mulheres na vida política” (AVELAR, 1996, p.70).

Para Marlise Matos (2006), a inserção de feministas nos ambientes universitários e nos partidos políticos é uma das formas mais eficazes de amenizar estes problemas, aumentando a atuação política destas mulheres, desenvolvendo grupos temáticos que discutam, principalmente no Brasil, temas da violência contra a mulher e da saúde da mulher (direitos sexuais e direitos reprodutivos). Para Avelar (1996), o fato das mulheres realizarem pesquisas acadêmicas sobre a questão de inclusão da mulher no mundo da política e quanto à sua participação pode gerar mudanças na democracia. Para a autora, além destes fatos, as mulheres podem contribuir para uma possível diferença na política, trazendo para a vida pública experiências distintas e outras perspectivas, ampliando o campo das temáticas tratadas na esfera política, simplesmente porque homens e mulheres se diferenciam no que tange as suas prioridades.

A mesma obra trabalha com um dos principais pontos que diferenciam homens e mulheres quanto à “sensibilização” aos temas citados, quais sejam: a participação em movimentos sociais, criação de políticas sociais com temática voltada para a esfera feminina, familiar, alargamento dos direitos sociais, existência de solidariedade nas lutas, as diferenças existentes nas redes de relações das mulheres e dos homens, além da inclusão de temas advindos de suas experiências de vida, o que para a autora cria uma maior sensibilidade com estes temas sociais. Desta forma, ocorreria um alargamento do campo de direitos humanos, civis e políticos tornando estes mais igualitários. Ao mesmo tempo, contribuiria para aperfeiçoar a democracia tornando-a mais representativa, além de produzir uma agenda mais

voltada para os interesses das mulheres (AVELAR, 1996). Um dos pontos de análise desta pesquisa é se a maior participação das mulheres nos órgãos de representação legislativa realmente pode melhorar a representação para seus pares. E se esta efetiva representação melhora a qualidade da agenda e, conseqüentemente, o desenvolvimento da democracia. Avelar (1996) perpassa estes pontos ao afirmar que as mulheres fazem diferença na política ao trazerem para a vida pública experiências distintas e outras perspectivas, ampliando o campo das temáticas tratadas na esfera política. Este fato contribui para outra discussão que sugere que mulheres podem representar melhor os interesses das mulheres nos espaços deliberativos de poder.

Na tentativa em responder algumas destas hipóteses, Miguel e Queiroz (2006) concluíram que as causas do relativo êxito das mulheres em disputas municipais exigem explicações mais complexas que a simples análise dos resultados eleitorais, tendo em vista que nem a utilização de outros dados agregados foram capazes de fornecer tais resultados. Faz-se necessária, assim, a observação das fontes do capital político das vereadoras e prefeitas eleitas, relacionando-as com os padrões de associativismo e a estrutura dos partidos políticos em cada local.

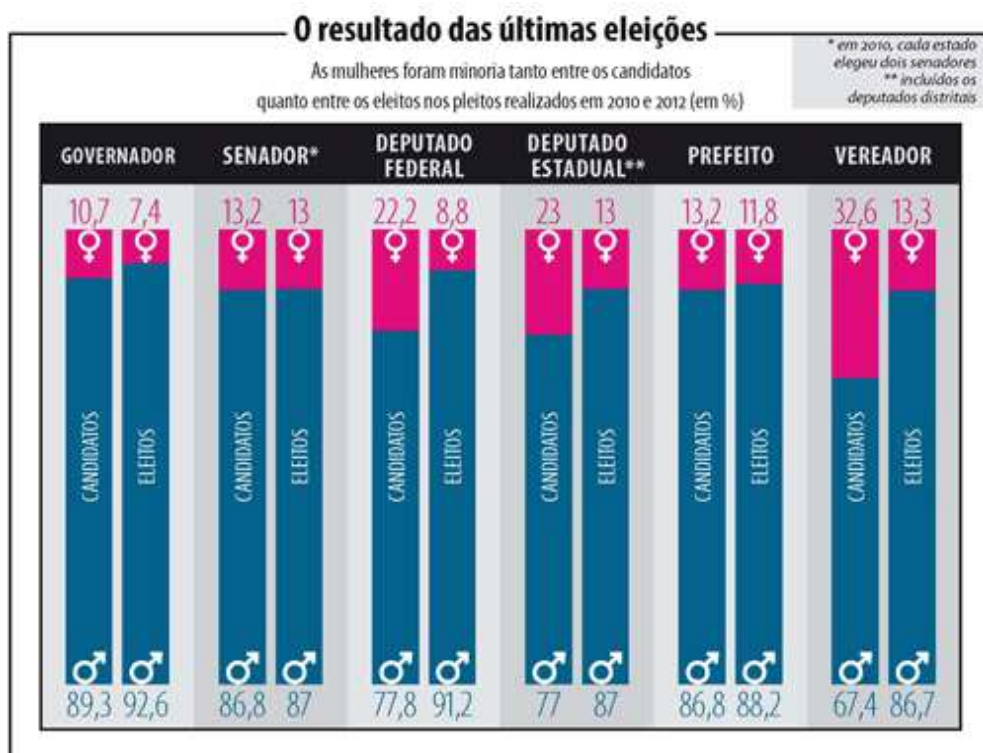
Tendo discutido as principais questões e achados da literatura dedicada à participação e à representação das mulheres no Brasil, e as principais dimensões e conceitos que serão utilizados neste trabalho, o próximo capítulo apresentará o desenho da pesquisa que se pretende realizar.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DA ÚLTIMA DÉCADA – DEPUTADAS ESTADUAIS, FEDERAIS E VEREADORAS

No Brasil, a primeira mulher eleita foi Alzira Soriano de Souza, prefeita do Município de Lages, Rio Grande do Norte, em eleição realizada em 1928, posteriormente anulada por infringir a Constituição Federal. E em 1933 uma única mulher, dentre 214 homens, foi eleita para a Assembleia Constituinte, Carlota Pereira de Queiroz. Roseana Sarney tornou-se a primeira governadora eleita de um estado (Maranhão) em 1994, reelegendo-se em 1998. Dilma Rousseff ocupa atualmente o cargo de primeira presidente do país (IBGE, 2011).

No entanto, a representação da mulher na Câmara dos Deputados ficou abaixo de 2% até o ano de 1982. Em 1998, este percentual era de 5,3% e em 2006 alcançou 12% de deputadas. Atualmente, tem-se 12,3% de mulheres ocupando o parlamento brasileiro, sendo que 8,6% como deputadas e 16,0% como senadoras, de acordo com dados da União Interparlamentar. O gráfico abaixo apresenta a evolução da inserção feminina no Legislativo nas últimas eleições:

Gráfico 1 – Resultado das últimas eleições no Brasil (2010).



Fonte: Jornal Senado. Adaptado do TSE (WESTIN, 2013).

O Gráfico acima demonstra que no Brasil a presença feminina em cargos eletivos é muito inexpressiva. Em qualquer instituição que se escolha, as mulheres são franca minoria — das prefeituras aos tribunais, das Assembleias Estaduais ao Congresso. Nas eleições de 2012, 13,3% da elite parlamentar municipal eleita foram mulheres. Em Florianópolis e Palmas, nenhuma mulher se elegeu. Os números não espelham a sociedade. As mulheres são 51% da população brasileira e 52% do eleitorado (WESTIN, 2013).

A discussão sobre a democracia representativa está permeada por uma problemática fundamental: a democracia representativa, tal como tem sido vivenciada no mundo contemporâneo, tem possibilidade de responder aos anseios de democratização contidos nas sociedades contemporâneas? Matos (2010, p. 7) revela, de maneira prática, tal dificuldade a partir da seguinte fala:

“A situação brasileira é de um carreirismo político baixo, individualista e frequentemente extra legislativo, onde as lideranças partidárias nacionais possuem pouco controle sobre as carreiras legislativas, sendo então que os partidos políticos, do ponto de vista eleitoral, demonstram uma condição de fragilidade diante de personalidades onipresentes. A auto seleção (associada ao apoio dos ‘caciques’ partidários) é o critério que costuma presidir o processo de nomeação das candidaturas dentro de todos os partidos. E neste contexto as mulheres estão inseridas, mais uma vez, adversamente: elas são consideradas como os ‘tampões’ para as cotas, as candidaturas não são legitimadas e, de fato, tratadas como efetivamente competitivas por parte significativa do *staff* partidário”.

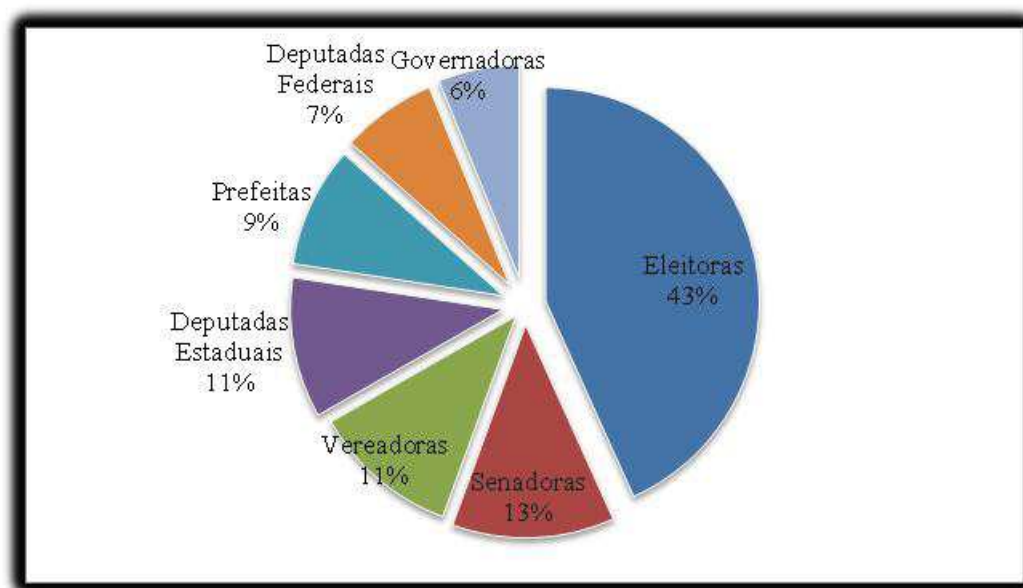
Não há dúvida de que na última década a visibilidade da mulher no campo da política experimentou um avanço considerável: houve aumento do número de mulheres eleitas para cargos legislativos e executivos; o movimento via CNDM – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres – teve decisiva atuação no processo constituinte de 1987-88, conseguindo ganhos de alto significado; os direitos das mulheres passaram a ser tema de quase todos os discursos políticos eleitorais. De acordo com Céli Pinto (1994, p.8), até meados da década de 90, “nenhum destes ganhos parece ter sido forte o suficiente para alargar as bases do movimento ou propiciar a incorporação das questões levantadas pelo movimento na agenda política”. Observa-se que só com a criação de uma bancada feminina no Senado com pautas voltadas para o contexto feminino foram colocadas em voga ali dentro.

Céli Pinto (1994, p.9) pontua, ainda, que em países como o Brasil, em que a única forma de participação ao nível da política institucional se dá pela representação nos legislativos ou por cargos alcançados em eleições majoritárias, o acesso a cargos eletivos por mulheres encontra barreiras de difícil transposição, já pontuados nos capítulos anteriores deste

trabalho. Segundo Marlise Matos (2010, p. 8) há em nosso país, “elites políticas tradicionais e estas não costumam se organizar através de alinhamentos propriamente nacionais e ideológicos, mas por intermédio de interesses acentuadamente corporativos, patrimoniais e conservadores estaduais e também regionais e locais (...)”. Logo, finaliza a autora, não se pode esquecer a inserção em uma conjuntura política de débil democracia representativa, em que os esforços são para consolidar o modelo e não para criar soluções alternativas.

Neste capítulo, apresentam-se os dados numéricos das candidaturas nas últimas eleições para deputado estadual e para vereadores, avaliando a evolução nas últimas décadas. Vale salientar que nem todos os anos de eleição constam informações completas ou disponíveis no site do TSE, por isto optamos por recorrer a outras fontes para complementar estas informações, mas por outro lado algumas informações permaneceram vagas.

Gráfico 2 – Mulheres em cargos políticos: Brasil (2013).



Fonte: Adaptado de CFEMEA⁷

Avelar (1996, p.7) também apresenta dados do UPI para o ano de 1992, e conclui que mesmo “quarenta anos depois da adoção da Convenção dos Direitos Políticos da Mulher e de vários esforços e progressos inegáveis, a vida política e parlamentar continua dominada pelos homens”. Desta forma, “o conceito de democracia só assumirá significado verdadeiro e dinâmico quando as políticas e legislações nacionais forem decididas conjuntamente por

⁷Dados gentilmente cedidos pela Prof^a. Dr^a. Patrícia Rangel do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Onde o feminismo, os direitos humanos, a democracia e a igualdade racial são os marcos políticos e teóricos do centro.

homens e mulheres com equidade na defesa dos interesses e atitudes de um e de outros (AVELAR, 1996, p.8)”.

4.1. A ANÁLISE

Nesta seção objetiva-se descrever a quantidade de vereadoras que se candidataram e foram eleitas, considerando os principais partidos brasileiros em Minas Gerais, desde 1996 até a última eleição ocorrida em 2012, a fim de obter-se um panorama comparativo. Pretende-se ainda comparar estes números com as candidaturas na Assembleia Estadual, verificando os desafios que as mulheres precisam enfrentar para estarem mais presentes na esfera política. Ainda, na descrição destes dados, obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral, somado a informações em nível nacional, contidas no site da CFEMEA, comparam-se estes números em nível regional e nacional a fim de melhor qualificar a posição de estado Minas Gerais na inserção do gênero feminino na política legislativa.

Outro ponto a destacar, antes de se descrever os dados, é que no Brasil as eleições legislativas são feitas por um sistema de coligações, qualificado como um sistema proporcional de lista aberta, enquanto o sistema majoritário só prevalece no Executivo. Uma das principais críticas feitas ao sistema eleitoral brasileiro, também, apontados por Figueiredo e Limongi (2002) e Marlise Matos (2010) é a personalização da escolha, e, conseqüentemente o enfraquecimento dos laços dos eleitores com os partidos. Todavia, o autor aponta que de fato há “a fragilidade dos partidos e o peso dos atributos do candidato na escolha para deputado”, só que ainda hoje no Brasil, a identificação partidária é uma das variáveis mais importantes que afeta a decisão do voto nas eleições para o Congresso.

Assim sendo, para que as mulheres alcancem maior visibilidade política, precisam se personificar dentro da política. Tal fato vai ao encontro desta presente pesquisa com as vereadoras mineiras. Todas elas tiveram uma forte trajetória política nos municípios em que foram eleitas, mais do que a herança familiar em si. Vindas do setor público, atuando em áreas da educação e da saúde, preocuparam-se sempre com a assistência de seu público eleitor, construindo assim uma “personalidade” na política. Observa-se assim uma relação significativa entre tipo de sistema eleitoral e presença feminina na representação legislativa (ARAÚJO, 2006).

Em 1995, foi aprovada a Lei 9.100, garantindo que 20% no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres para as Câmaras Legislativas municipais. Em 1997, as cotas foram estendidas aos demais cargos

proporcionais, que passam a ser de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada um dos sexos (PINHEIRO, 2007, p. 67 e 71). Diante do pouco impacto das cotas no aumento da representação de mulheres na política, uma minirreforma eleitoral, aprovada em 2009, mudou a redação da Lei 9.504/1997. Alterou-se o verbo “reservar”, trocando-o por “preencher”, em referência às vagas em disputa nos partidos, definindo a obrigatoriedade no cumprimento das cotas (GOMES, 2014, p. 12). Conforme citado, para a minirreforma eleitoral foi criada uma *Comissão Tripartite* durante a discussão no Congresso Nacional, que foi fundamental para a inclusão de artigos que beneficiassem diretamente as mulheres brasileiras, aperfeiçoando os mecanismos de inclusão das mulheres na política: alterando o artigo que regulamentava as cotas.

O artigo revisado pela minirreforma, *art. 10, §3º, da Lei 9.504/97* estabeleceu que:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

* Ver art. 29, IV, da CF/88.

* Ver art. 22, caput, da Res. TSE nº 22.717/2008.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

* Ver art. 22, § 2º, da Res. TSE nº 22.717/2008.

As principais inovações propostas pelo Anteprojeto relatado no Relatório Final da *Comissão Tripartite* foram a ampliação da *Reserva do Fundo Partidário* destinado à promoção da participação política das mulheres para no mínimo 30%; aumento da *Reserva de Tempo* da propaganda partidária gratuita para a promoção da participação política das mulheres para pelo menos 50%; adoção do financiamento público exclusivo de campanha. Para a maior eficácia da aplicação da lei, Clara Araújo (2007) conclui que seriam necessárias quatro condições para corroborar com a aplicabilidade desta lei, seriam elas: (1) Sansões; (2) Envolvimento de movimentos de mulheres organizados e fortes; (3) Lista fechada com alternância de sexo (como na Argentina); e (4) Distritos de alta magnitude. (ARAÚJO, 2007).

Para o Tribunal Superior Eleitoral – TSE – cabe aos partidos políticos cuidar para que, dentre seus quadros, haja homens e mulheres em número adequado. Os partidos e os diretórios deles acabam sendo os únicos responsáveis por fiscalizar a efetividade da lei. No entanto, não há efetivo cumprimento da regra, uma vez que os partidos têm controle sobre tempo de programa na TV, distribuição de verbas para a campanha, entre outros.

4.1.1. A política legislativa estadual

Atualmente, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais possui 77 deputados estaduais. Destes, apenas cinco são mulheres. A análise das eleições para deputado estadual em Minas, desde 1994, aponta um índice muito baixo de representação feminina neste espaço.

Estudo da organização Transparência Brasil revela que Minas Gerais e Goiás são os estados brasileiros com menor representação feminina nas Assembleias Legislativas, com apenas 5%. Em Minas as representantes na Assembleia são as deputadas estaduais Luzia Ferreira (PPS), Liza Prado (PROS), Maria Tereza Lara (PT) e Rosângela Reis (PROS) ⁸.

Mesmo que o número de candidaturas tenha aumentado em alguns partidos, prevalece sempre a mesma dinâmica na escolha das deputadas e pouca rotatividade entre as mesmas na última década. Ao acessar o site da Assembleia, que contém parte das informações acerca da trajetória dos deputados nas últimas legislaturas, optou-se por analisar, brevemente, o perfil das mulheres eleitas na 15^a; 16^a e 17^a legislatura, um total de 12 mulheres, e ainda vale ressaltar que algumas delas se mantiveram no cargo, já que foram reeleitas. Este modelo de análise serviu de base para o questionário a ser aplicado junto às vereadoras mineiras (amostra de 49 entrevistadas), descrito no próximo capítulo desta dissertação.

Verificou-se que das 12 deputadas analisadas, todas possuem mais de 50 anos de idade e uma trajetória política relevante. Algumas já foram vereadoras, outras prefeitas, atuaram como militantes em movimentos sindicais, em movimentos estudantis, mais de 80% delas trabalhavam no setor público, principalmente na saúde e em cargos de secretariado e é notória a influência da herança familiar na vida pública destas deputadas, a maioria tem pai/irmão ou maridos atuando ou que já atuaram na política legislativa estadual. O que enfatiza a ideia de que o capital político seja via cargo de importância ou vínculo familiar direto ou indireto na política. Como demonstrado no trabalho de Karina Kuschnir (2000), em que esta trata do perfil da *herdeira* política, porém, nesta pesquisa criou-se a tipologia *independente*, e em alguns casos também pode-se dizer que estas deputadas são *mistas*, ou seja, possuem os dois perfis associados, como será apresentado no Capítulo 5, no que tange às vereadoras.

Araújo (2010) analisa a eficácia do caminho mais curto para o acesso das mulheres ao legislativo. A autora considera a relação entre as trajetórias individuais de deputadas e deputados e as formas e razões de ingresso na política, o papel dos partidos políticos como

⁸ Informação disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/pratica-da-politica-no-brasil-ainda-n-o-inclui-mulheres-1.249186>. Acesso em Janeiro de 2016.

mediadores dessas trajetórias e como esses aspectos se transformam em capital político eleitoral.

Dos temas pautados na Câmara, assuntos voltados aos interesses femininos aparecem com significância. Pode-se citar como exemplos desse fato, Rosângela Reis (antes PV e agora PROS) já no 3º mandato, que foi vice-presidente da Comissão Especial de Violência contra a Mulher e Maria Tereza Lara (PT), a qual debate temas ligados à inclusão de deficientes e também sobre a inserção da mulher na política. No entanto, o que chama atenção é a não representatividade de mulheres do Sul e da Zona da Mata de Minas na Assembleia, que são regiões economicamente importantes para o Estado. Destas mulheres, a maioria delas é de municípios da região Metropolitana, há representantes do Triângulo e do Vale do Jequitinhonha, e são filiadas a partidos mais de centro e de direita do que da esquerda propriamente.

Quanto à evolução, houve uma queda no número de deputadas de 2002 (eram 10 eleitas) para 2006. Considerando a legislatura de 2006 (15ª) pode-se observar que a quantidade de candidatas do sexo feminino eram apenas 100 mulheres, sendo 5 eleitas, enquanto o sexo masculino tinha mais de 80% dos candidatos (753 candidatos). Em 2010, há um aumento razoável do número de candidaturas por parte das mulheres, chegando a 140 candidatas, mas apenas 4 são eleitas. Em 2014, quando de fato o número de candidaturas chega a 30%, cumprindo a proposta da lei de cotas, mais uma vez o número de candidatas eleitas permanece muito baixo, ou seja, apenas 5, metade do número de 10 anos atrás.

Tabela 1 – Número de mulheres eleitas para a Assembleia Estadual de Minas Gerais (2002 a 2014)

Ano	Sexo	Qt. Candidatos	Eleitos
2002	Masculino	656	67
	Feminino	87	10
	Total Geral	743	77
2006	Masculino	753	72
	Feminino	100	5
	Total Geral	853	77
2010	Masculino	802	73
	Feminino	140	4
	Total Geral	942	77
2014	Masculino	814	72
	Feminino	385	5
	Total Geral	1199	77

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

No que tange as candidaturas em Minas Gerais para a Câmara dos Deputados, nota-se que antes havia apenas uma mulher eleita (2002), depois ampliando este número para duas eleitas, já nas próximas eleições houve um revezamento desta quantidade como consta na tabela abaixo:

Tabela 2 – Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, no estado de Minas Gerais (2002 – 2014)

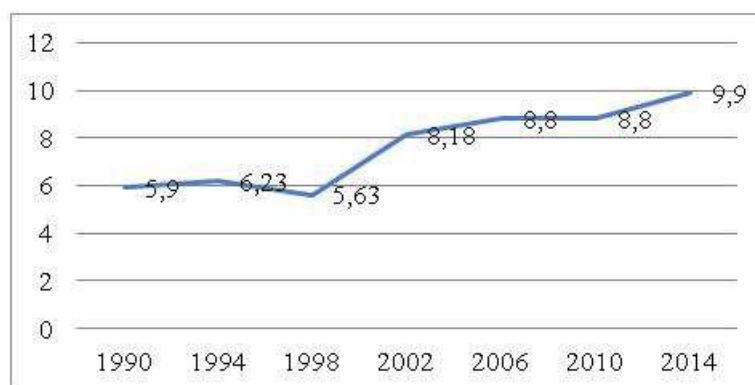
Ano	Sexo	Qt. Candidatos	Eleitos
2002	Masculino	387	52
	Feminino	41	1
	Total Geral	428	53
2006	Masculino	474	51
	Feminino	54	2
	Total Geral	528	53
2010	Masculino	456	52
	Feminino	68	1
	Total Geral	524	53
2014	Masculino	479	51
	Feminino	219	2
	Total Geral	698	53

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

A Tabela demonstra também que o número de candidatas aumentou significativamente, se em 2002 havia 41 candidatas, passou-se a ter, em 2014, mais que o quádruplo deste número, ou seja, 219 candidatas. Todavia, o que intriga é exatamente o fato de o número de eleitas não mudar, permanecendo apenas duas mulheres no cargo de deputada federal, sendo que estas são as mesmas eleitas em legislaturas anteriores. Uma das hipóteses para explicar esse fato está na estrutura da Lei de Cotas: os partidos precisam garantir o número de candidatas e não de eleitas, desta forma, algumas mulheres são convidadas a se candidatarem pelos partidos para cumprir as regras, mas não recebem o mesmo tempo de fala na campanha eleitoral na TV, nem verba suficiente para o período de campanha. Outro ponto, também discutido por Mansbridge (1999), é o fato de que nem sempre mulheres se sentem representadas por mulheres. Além de a mulher ter que ganhar respeitabilidade na esfera política durante anos para se eleger, como podemos ver em casos como os das deputadas federais Jô Magalhães (PC do B) e Margarida Salomão (PT), que depois de consagradas na política, se personalizam e conseguiram ser reeleitas, diferente de mulheres com rotas de ingresso recentes.

Por outro lado, ao analisar o cenário nacional, pode-se considerar que houve avanços no número de mulheres dentro da Câmara dos Deputados, se forem considerados os últimos 25 anos. Se nos anos 90 havia uma margem de 6% de deputadas federais no Congresso Nacional, este número já chega a quase 10 % em 2014, mas este aumento é muito pouco haja vista os números altos de candidatas por estado que se têm na última década para esta função.

Gráfico 3 – Mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, Brasil (1990 a 2014).



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As Deputadas federais eleitas são filiadas ao PT e ao PC do B, em Minas Gerais, desde 2002. Segundo Clara Araújo, para as assembleias legislativas do Brasil, os principais partidos, desde 1994, são o PT, PMDB, PSDB, PDT e PFL (atual DEM). Vale destacar que os novos partidos têm ganhado espaço, dentre eles o PROS e o PV. E na Câmara dos Deputados também são os mesmos partidos, levando em consideração as alianças e coligações com partidos menores, a saber o PC do B, o PPB, o PR (antigo PL), o PPB, dentre outros.

Nas eleições de 2006, foram eleitas 4 senadoras, 45 deputadas federais, 119 deputadas estaduais e 3 deputadas distritais. Divulgados na sexta-feira, 13/10, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os números comprovam que a participação masculina no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas continua preponderante. Nas Assembleias Legislativas e na Câmara Distrital (Distrito Federal), as 122 deputadas eleitas representam 11,52% do total de 1.059 cadeiras. E, na Câmara dos Deputados, as 45 eleitas correspondem a 8,77% das 513 cadeiras⁹.

No que tange às eleições para senador, em 1998, verificou-se no país apenas duas mulheres eleitas, sendo uma do antigo PFL e outra do PT. Enquanto que, em 2002, este

⁹ Mulheres eleitas deputadas estaduais em 2006 representam 11,52% das 1.059 cadeiras das assembleias legislativas. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=282451>. Acesso em Janeiro de 2016.

quadro muda, sendo 8 senadoras eleitas e 5 delas filiadas ao PT, outra ao PSDB, uma ao PPS e novamente outra ao antigo PFL. Em 2006, este número cai e os partidos também se modificam, tendo 3 senadoras eleitas pelo PFL e uma eleita pelo PSDB. Já em 2010 há 7 senadoras eleitas, mas desta vez há espaços para novos partidos, uma do PC do B, uma do PSDB, uma do PP, outra do PSB e duas do PT. Por fim, em 2014, nota-se que dos 27 senadores eleitos, apenas 5 eram mulheres, sendo três do PMDB, uma do PT e outra do DEM (antigo PFL). Vale ressaltar que neste período de análise, nenhuma destas senadoras representava o estado de Minas Gerais.

Portanto, menos de 10% das vagas da Câmara dos Deputados e pouco mais de 15% das do Senado são ocupadas por mulheres, o que mais uma vez não representa o universo das mulheres eleitoras. A chamada bancada feminina no Senado brasileiro foi responsável por grandes conquistas na inserção das mulheres na política e no que tange às mudanças nos direitos das mulheres, o que pode suscitar a ideia de que mulheres na política podem sim produzir agendas mais voltadas para o fortalecimento de ações para o ingresso de mulheres e campanhas igualitárias.

O parlamento, por meio das propostas desta Bancada, tem produzido avanços significativos na legislação e a Lei Maria da Penha, de 2006, representa um marco nessa luta. O combate às desigualdades salariais, a proteção da mulher no mercado de trabalho, a melhoria nas condições de saúde sexual e a ampliação dos direitos das empregadas domésticas, estão entre os principais compromissos da bancada feminina.

4.2. AS MULHERES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Segundo o Senado Federal e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), o número de cadeiras em cada município varia de acordo com o tamanho da população: o mínimo de vereadoras é nove (para municípios com população de até 15 mil habitantes) e o máximo, 55 (municípios com mais de oito milhões de habitantes). No aspecto geral, o Legislativo municipal foi o espaço em que houve maior incremento de mulheres candidatas em todo o período analisado. Comparando as eleições de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012, observa-se uma linha ascendente quase perfeita (à exceção da estagnação do percentual de candidatas entre 2004 e 2008).

Tabela 3 – Mulheres candidatas/eleitas nas Câmaras Municipais, Brasil (1996-2012).

Ano	Percentual de Candidatas	Percentual de Eleitas
1996	11%	10,9%
2000	19,1%	11,6%
2004	22,1%	12,6%
2008	22,1%	12,5%
2012	32,6%	13,4%

Fonte: Adaptado de CFEMEA¹⁰.

A Tabela 3 demonstra que o número de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais teve um ligeiro aumento, mas em relação à quantidade de mulheres que vêm se candidatando o percentual é muito abaixo do que a Lei de Cotas propõe, menos de 15% de representatividade. Observa-se que de 1996 para 2000 houve um aumento significativo nas candidaturas, quase dobrou, porém com a aplicabilidade da Lei de Cotas em 1997, não se constatou efeito de mudança nos índices, seja de candidatura, seja de eleitas. Ainda assim, o número permanece estável nas próximas eleições, com um aumento pouco significativo, de aproximadamente 1%. Somente em 2012, é que há um aumento maior, se comparado com 2000, quando o sistema de cotas já estava instituído, havendo 30% de candidaturas, mas apenas 13% de eleitas.

Tabela 4 – Percentual de vereadoras no nível Nacional e Municipal (2012).

Região	Masculino (N)	Masculino (%)	Feminino (N)	Masculino (%)
Brasil	49.636	86,67%	7.636	13,33%
Minas Gerais	7.497	88,85%	941	11,15%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Minas Gerais foi o estado que mais lançou mulheres para as câmaras municipais, as candidaturas proporcionais femininas mais do que dobraram entre os pleitos: em 2008 elas somavam 10.544, e quatro anos depois saltaram para 21.760, um aumento de 106%. Em 2008, 8,9% das concorrentes se elegeram para as câmaras municipais no Brasil; em 2012, apenas

¹⁰ Dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Disponível também no relatório: **Mulheres nas eleições (1996 a 2012): série histórica.** Disponível em: http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/mulheres_nas_eleicoes_1996_2012_serie_historica.pdf. Acesso em Janeiro de 2016.

5,7%. Da mesma forma, em Minas, 7,8% das candidatas conquistaram uma cadeira em 2008, contra apenas 4,3% em 2012.

Tabela 5 – Vereadoras (es) eleitas(os) por sexo (%) x regiões do Brasil (2012).

Região	Masculino (%)	Feminino (%)	Total
Sul	86,93	13,07	100% (11587)
Sudeste	89,05	10,95	100% (17394)
Centro-Oeste	87,60	12,40	100% (4685)
Nordeste	84,42	15,58	100% (18066)
Norte	85,25	14,75	100% (4752)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Percebe-se que a região Nordeste é a que mais elege mulheres no país, este fato também é apresentado no texto *“Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”* (MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2012, p. 732). No que se referem às regiões do país, os autores analisam os dados e mostram que as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentam maior proporção de deputados federais com vínculos políticos familiares. As únicas constantes são a maior presença das famílias políticas entre os eleitos do Nordeste e a tendência ao crescimento dessa característica em todas as regiões. Corroborando, assim, com ideia desta pesquisa de que o capital político fortalece a eleição de mulheres, assim como a de homens. O vínculo familiar aumenta as chances eleitorais.

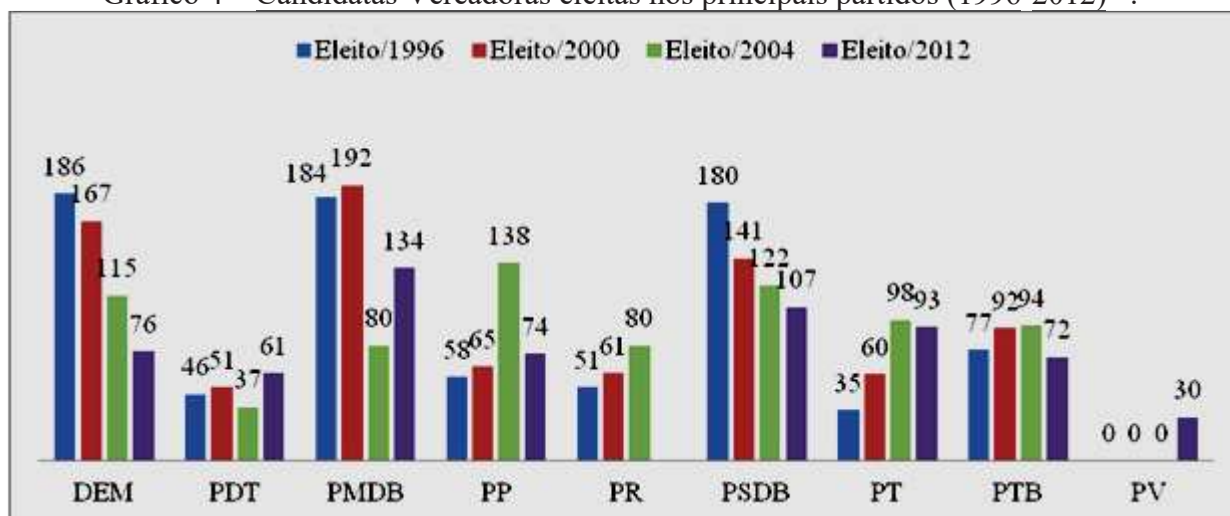
Tabela 6 – Número de candidatos e eleitos para as eleições municipais de Minas Gerais (2000 a 2012).

Ano	Sexo	Qt. Candidatos	Eleito
2000	Masculino	43.572	9.766
	Feminino	7.336	861
	Total Geral	50.908	10.627
2004	Masculino	44.667	6.998
	Feminino	11.811	855
	Total Geral	56.478	12.666
2008	Masculino	41.525	7.030
	Feminino	10.544	831
	Total Geral	52.069	7.861
2012	Masculino	45.000	7.498
	Feminino	21.760	941
	Total Geral	66.760	8.438

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao comparar os dados de 2000, 2004 e 2008 com os de 2012 de Minas Gerais acerca das eleições municipais, observa-se que houve um pequeno aumento do total geral de candidatos de 2000 para 2008 e um grande aumento na quantidade total de candidatos de 2008 para 2012. Todavia, este aumento concentra-se nos percentuais masculinos de candidatura e eleitos, havendo assim pouco aumento no quantitativo de mulheres eleitas. Nota-se que de 2000 para 2004 houve uma pequena queda no número de vereadoras eleitas. Ocorreu sim, um aumento significativo de mulheres que se candidataram. Em 2000, havia 14,4% de candidatas mulheres, em 2008 eram 20,2% e em 2012 este número foi para 32,5%. Contudo, este índice de candidatas não equivaleria ao percentual de eleitas que em 2000 eram 8%, em 2008 eram 10,5% e em 2012 foi de 11,14%.

Tais dados demonstram que só em 2012 a Lei de Cotas foi cumprida de fato. No entanto, no que diz respeito às eleitas de fato, os índices demonstram que a representatividade feminina ainda precisa avançar muito. Pressupõe-se que os partidos asseguram as candidaturas das mulheres a fim de garantir os recursos públicos para campanha, caso contrário, além de ficarem sem o recurso também são punidos por não fazerem valer a lei. Neste sentido, buscou-se analisar as candidaturas e as eleitas de acordo com a filiação partidária ao longo das últimas quatro eleições municipais.

Gráfico 4 – Candidatas Vereadoras eleitas nos principais partidos (1996-2012)¹¹.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados demonstram que partidos de direita como o DEM, antigo PFL, têm apresentado uma significativa queda no número de representantes do legislativo municipal, principalmente no que diz respeito às mulheres. O mesmo ocorre com o PSDB, ainda que de forma mais amena. Há uma queda brusca das eleições de 1996 para as eleições de 2000 nos resultados do PMDB, mas acredita-se que a coligação com o PT tenha fortalecido ambos os partidos nas decisões eleitorais, não só em nível nacional, mas regional. Dentro do PR tem crescido, gradualmente, a representatividade das vereadoras mineiras eleitas e atualmente o PV ganhou muitas representantes femininas no legislativo municipal.

Mais uma vez os dados nacionais se assemelham aos municipais, em que a clivagem por posição “ideológica” também segue o padrão esperado. Quando analisadas e somadas às três últimas eleições, “os deputados e deputadas federais que concorreram por partidos considerados de direita e de centro aparecem com uma proporção maior de casos com vínculo familiar na política do que os de esquerda, sendo 50,5% dos eleitos pelos partidos de centro e 43,3% dos partidos de direita, contra 30,3% dos de esquerda.” (MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2012, p. 733).

É interessante destacar que a escolha do período de 1996 a 2012 justifica-se por abranger a institucionalização da Lei de Cotas e uma série de reformulações partidárias, inclusive de coligações políticas, culminando com novos nomes e ideais nos partidos, além da

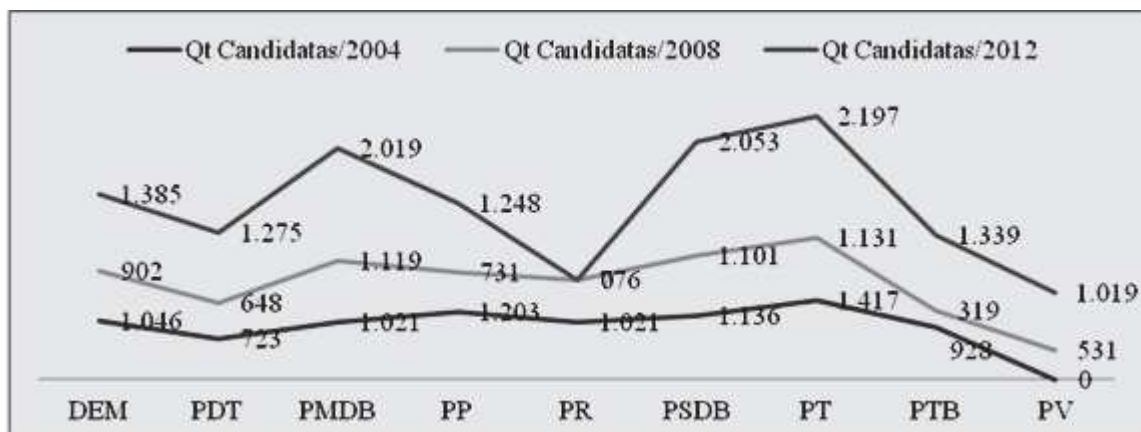
¹¹ Os dados do TSE referente a 2008 não constam informações acerca de vereadores eleitos por partidos e a distribuição por sexo. Apenas o nome de cada vereador eleito em cada cidade de Minas Gerais e seu respectivo partido. Para mais informações consultar: http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm. Acesso em Janeiro de 2016.

emergência de novos partidos como o Partido Verde que tem ganhado destaque eleitoral no cenário nacional. É durante este período que o atual governo do Partido dos Trabalhadores chega ao poder executivo nacional e passa a somar mais visibilidade eleitoral e representar o ideário de uma série de grupos minoritários, instituindo as políticas afirmativas no âmbito político, universitário e no mercado de trabalho. Perceber-se-á que estas mudanças vão refletir diretamente nas eleições do legislativo municipal e estadual. Não obstante, vale destacar que há clivagens partidárias constituídas historicamente, um exemplo claro disto é como o PMDB tem forte representatividade tanto em lançar, quanto em eleger vereadoras nos municípios mineiros, mesmo após 20 anos de transição democrática, período em que o partido se fortaleceu politicamente e ganhou visibilidade por opor-se à ditadura. Outros partidos, com agendas mais liberais e de direita, que foram reformulados e ganharam nova sigla não deixaram de ter representatividade nas eleições e continuam a lançar muitos candidatos, dentre eles podemos citar o antigo PFL, atual DEM, o PL, atual PP, e o PPB, atual PR.

Nota-se que o DEM teve uma forte queda no número de candidatas em 2008, considerando os anos anteriores. Por outro lado, o PT obtém em 2008 quase o dobro de mulheres candidatas em relação a 1996. Neste mesmo período, o PV lança mais candidatas que o PTB. Já em 2012, todos os partidos aumentam significativamente o número de candidatas a vereadoras, mas este número não implica diretamente na eleição. Observou-se que o PMDB quase duplica o número de candidatos de 2004 para 2012, o mesmo se dá com o PSDB, e o PT, que também aumentam significativamente esta quantidade.

Segundo Marlise Matos (2010, p. 7), com base nos dados coletados em sua pesquisa, é possível afirmar que, de um modo generalizado, as estruturas partidárias no Brasil são ainda muito frágeis, sendo o sistema partidário brasileiro de baixa institucionalização e pouca fundamentação em critérios racionais/legais. A situação brasileira é de um carreirismo político individualista e frequentemente extra legislativo, em que as lideranças partidárias nacionais possuem pouco controle sobre as carreiras legislativas, sendo então que os partidos políticos, do ponto de vista eleitoral, demonstram uma condição de fragilidade diante de personalidades onipresentes.

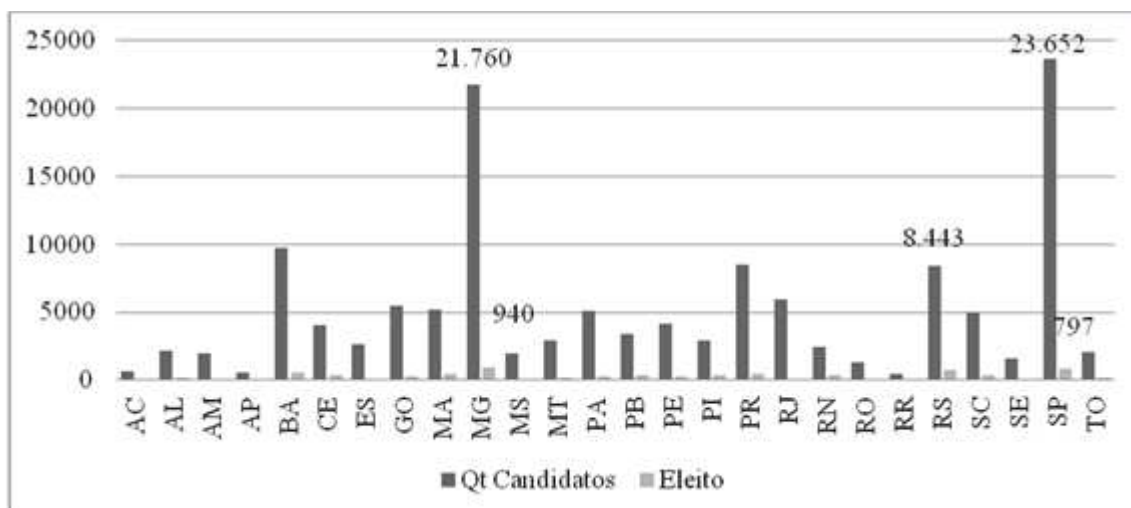
Gráfico 5 – Número de Candidatas Vereadoras em Minas Gerais (2004, 2008 e 2012).



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016) a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao comparar Minas Gerais com os demais estados da federação, no que diz respeito ao número de candidatas, nota-se que o Estado só fica atrás de São Paulo, nas eleições de 2012, e fica em primeiro lugar no número de eleitas em relação aos demais estados.

Gráfico 6 – Número de Candidatas Vereadoras nos Estados (2012).



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016) a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já em relação ao município de Juiz de Fora, uma das cidades de maior porte populacional de Minas Gerais, a situação é crítica, no que tange a presença de mulheres no legislativo municipal. Apenas uma vereadora foi eleita na última eleição, mesmo tendo apresentado 138 candidatas.

Tabela 7 – Número de Candidatos/Eleitos em Juiz de Fora/MG nas eleições municipais (2012).

2012	Cargo	Sexo	Qt. Candidatos	Eleitos
JUIZ DE FORA	Vereador	Masculino	298	18
	Vereador	Feminino	136	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016) a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já no que diz respeito à capital, Belo Horizonte, observa-se o mesmo fato ocorrido em Juiz de Fora, apenas uma mulher eleita em 2012.

A Câmara Municipal teve na última eleição o pior padrão de representação de mulheres desde a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, que ampliou as garantias e liberdades individuais. Em 1988 e em 1992, foram três as cadeiras conquistadas por mulheres. Em 1996 e em 2000, elas passaram a seis. Em 2004, a representação feminina atingiu o pico nos últimos 24 anos: sete eleitas. A partir daí, o declínio: em 2008 foram cinco. E embora o número de candidaturas femininas tenha crescido 71,4% entre 2008 e 2012 – de 199 para 341 concorrentes –, o sucesso eleitoral feminino neste pleito despencou para apenas uma eleita¹².

No que diz respeito ao perfil da faixa etária das vereadoras eleitas em Minas Gerais na última eleição de 2012, verifica-se que 74% delas estão entre os 35 e 59 anos de idade. Com estes dados, pode-se verificar que os dados nacionais estão em consonância com os estaduais, colaborando com as análises desta pesquisa, que utiliza o estado de Minas Gerais como objeto de análise.

¹² Cai o número de vereadoras eleitas no Brasil. Em 2012. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/10/14/interna_politica,323344/cai-o-numero-de-mulheres-eleitas-vereadoras-no-brasil.shtml . Acesso em Janeiro de 2016.

Tabela 8 – Vereadoras(es) eleitas(os), por faixa etária (2012).

Idade	Brasil		Minas Gerais	
	Nº	%	Nº	%
Inferior a 18 anos	6	0,01%	1	0,01%
18 a 20 anos	257	0,45%	20	0,24%
21 a 24 anos	1.062	1,85%	145	1,72%
25 a 34 anos	10.632	18,56%	1.489	17,65%
35 a 44 anos	19.806	34,58%	2.828	33,52%
45 a 59 anos	22.063	38,52%	3.396	40,25%
60 a 69 anos	3.057	5,34%	505	5,98%
70 a 79 anos	352	0,61%	51	0,60%
Superior a 79 anos	37	0,06%	3	0,04%
Total	57.272	100,00%	8.438	100,00%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016) a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados da Tabela 8 estão de acordo com a faixa etária das respondentes, o destaque em negrito é para sinalizar este fato. Porém, as faixas utilizadas foram diferentes.

Tabela 9 – Candidatas(os) a vereadores (as), aptas(os), por nível de escolaridade (2012).

Escolaridade	Brasil		Minas Gerais	
	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	80	0,02%	0	0%
Lê e escreve	13.302	3,20%	2.489	4%
Ensino Fundamental incompleto	72.897	17,56%	16.750	25%
Ensino Fundamental completo	60.549	14,58%	10.628	16%
Ensino Médio incompleto	21.826	5,26%	3.812	6%
Ensino Médio completo	149.760	36,07%	20.330	31%
Superior incompleto	19.321	4,65%	2.276	3%
Superior completo	77.444	18,65%	9.990	15%
Total	415.179	100,00%	66.275	100,00%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016) a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sabe-se também que a vereança, geralmente é a primeira etapa da carreira política. Desta forma, tomando as vereadoras como unidade de análise, os dados de opinião adquirem ainda maior importância, uma vez que o processo decisório nas câmaras municipais, sobretudo nos municípios de pequeno e médio porte, embora seja estruturado em torno de regras, apresenta menor grau de institucionalização. Isto é, nestes contextos, pode-se observar com mais intensidade as regras informais com importantes impactos sobre os resultados

políticos, regras estas que podem ser mais facilmente apreendidas por meio de pesquisas junto aos atores, diretamente envolvidos no jogo. Analisando-se a escolaridade das respondentes, verifica-se o mesmo padrão, vereadoras com nível superior e pós-graduação.

Para Araújo (2010, p. 579), em relação às instituições políticas “levanta-se a hipótese de que certos contornos da política brasileira são decisivos para definir a disposição das mulheres para a disputa, bem como as bases para estas se elegerem. E estes transcendem o aspecto específico dos valores de gênero.” Em 2013, no Brasil, a Procuradoria da Mulher do Senado Federal, em conjunto com a da Câmara e com a Coordenadoria de Direitos da Mulher, na tentativa de aumentar a representação feminina nas eleições e nos partidos políticos a partir das eleições de 2014, lançou a campanha "Mulher, tome partido!". Segundo a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Procuradora da Mulher do Senado, o objetivo era criar condições para que as mulheres sentissem a força e a necessidade de permanecerem atuando nos espaços de poder.

Por estes motivos, é importante investigar por que as mulheres, mesmo ingressando nos espaços políticos, ainda são minoria, uma vez que, conforme comprovado anteriormente, elas constituem maioria nos demais espaços. Para isso, acredita-se que a trajetória de ingresso destas mulheres tem impacto na maneira como atuam na política, assim como no desejo de continuar atuando nos espaços públicos.

Fica evidente com a análise destes dados, que é necessário rever o sistema de eleição do executivo e do legislativo brasileiro a fim de que se desconstrua uma série de atributos patrimonialistas, patriarcalistas e personalistas, os quais prejudicam a eficácia da esfera política brasileira. Logo, na reforma do sistema eleitoral é fundamental considerar quais são os seus efeitos negativos na escolha eleitoral e o quanto isto tem prejudicado a efetivação de uma democracia igualitária e mais equânime em nosso país. Também é necessária uma reformulação no sistema de financiamento das campanhas e maior diversidade no recrutamento e no ingresso de mulheres dentro da “elite” política. Vários aspectos limitam a eficácia da Lei de Cotas, ainda que após sua aprovação tenha ocorrido ampliação do universo dos concorrentes. A principal delas diz respeito ao fato de até hoje não haver nenhuma obrigatoriedade dos eleitos estarem dentro das cotas, e não somente os candidatos há apenas uma sanção no que diz respeito ao fundo partidário de campanha, como disponível no Quadro 1 do Apêndice 2 (página 109). Também se faz notório que:

“[...] a adoção das cotas amplia os votos para a legenda do partido, já que mesmo 10 ou 20 votos de candidatas somam para o quociente eleitoral. Por fim, é importante registrar que a adoção das cotas não foi acompanhada de nenhuma medida de apoio financeiro, (...) constituindo um dos principais entraves para a ampliação do número de mulheres disputando eleições” (ARAÚJO, 2006, p. 130).

Araújo & Alves (2007), em outro trabalho, objetivaram entender o porquê de mais uma vez, as cotas não produzirem efeitos significativos sobre a eleição de mulheres brasileiras após a implementação da lei. Para tanto, realizaram uma análise institucional sobre gênero e representação política que enfatiza a origem multicausal da sub-representação feminina. Para os autores, estudos comparados sugerem que algumas características institucionais podem ser mais favoráveis às mulheres, enquanto outros aspectos levantados pela literatura são mais consensuais, ficando claro em outros trabalhos que as evidências não são consistentes ou não permitem identificar um fio condutor de associação.

Por meio de uma análise multivariada, Araújo & Alves (2007) testaram variáveis referentes às candidatas à Câmara dos Deputados em 2002, como escolaridade e renda, além de variáveis relativas ao Estado em que elas disputavam o cargo, como número de cadeiras disponível e fatores socioeconômicos, como o IDH. O corte ideológico pareceu claro, sendo as legendas à esquerda do espectro, mais receptivas do que os partidos mais de direita, dicotomia que também será levada em consideração neste trabalho. Ressalta-se que os testes indicaram que as candidatas foram mais bem-sucedidas nas grandes siglas de centro, leia-se PSDB e PMDB, do que nos pequenos partidos à direita do espectro ideológico.

É consenso nos trabalhos sobre as mulheres na política, que além da importância de saber mais sobre a maneira de fazer política das mulheres, é importante detectar algumas possíveis causas para a baixa participação feminina e tentar descobrir se há diferença na representação das mulheres nas esferas públicas de poder, principalmente em relação à natureza da produção legislativa. Deste modo, este capítulo apresentou a análise da bibliografia sobre mulheres na elite política, com a obra clássica de Lúcia Avelar (1996) e Clara Araújo (2006), que estudam a ausência das mulheres na elite política brasileira. As autoras apresentam a sua motivação de realizarem suas pesquisas pelo fato de haver, nas últimas décadas, um crescente aumento da representação política das mulheres nos diferentes canais de acesso ao poder, com cargos eletivos do executivo e legislativo (local, estadual ou federal), além de cargos nas diferentes estruturas burocrático-administrativas, ministeriais, judiciais, sindicais e partidárias.

Embasando-se nos estudos analisados e nos dados contidos no TSE, considerando a importância da participação feminina na política, torna central nessa dissertação a discussão do tema da participação política das mulheres, e mais especificamente as trajetórias, percepções e comportamento das vereadoras eleitas em 2012 nos municípios do estado de Minas Gerais. Busca-se, ainda, mapear o acesso ao poder, o comportamento político, a natureza da produção legislativa, a sensibilização a temas da agenda feminina, a ambição e, principalmente, o capital político relacionado com a sua vitória nas eleições municipais. É o que será tratado no próximo capítulo.

5. REPRESENTAÇÃO NOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS DE MINAS GERAIS: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Observou-se, anteriormente, que Hanna Pitkin (1967) constrói quatro interpretações possíveis sobre a representação: a) representação formalística; b) representação descritiva; c) representação simbólica; e d) representação substantiva ou representação como um ato de 'agir por'. Na perspectiva da representação descritiva, a autora diz que os espaços representativos funcionariam como microcosmos da população e haveria uma correspondência estreita entre as características do representante e as do representado.

Para este trabalho, a interpretação mais relevante será a “representação descritiva”, conhecida também como espelho ou microcós mica. Nesse tipo de representação, o representante não atua por seus representados, mas os substitui. O argumento positivo da representação descritiva seria o de que a exclusão de qualquer grupo poderia distorcer decisões e conteúdo das políticas públicas. Por isso, poderia se pensar que com mais mulheres na CM, mais demandas das mulheres estariam representadas. No entanto, não se pode aferir esta atuação diferenciada sem uma análise profunda da Produção Legislativa. Em outro trabalho, na mesma temática, Teresa Sacchet (2012) debate sobre representação política, representação especial de grupos e política de cotas com o objetivo de destacar os seus argumentos principais. O argumento da autora seria por maior inclusão de membros de grupos sociais não hegemônicos em processos político-decisórios, através de mecanismos como as cotas, podendo ser justificado desde uma perspectiva normativa. Ela discute os conceitos de representação política, interesses, identidades e perspectivas de grupos e analisa os principais argumentos a favor das cotas e contra elas. O artigo foca a representação política das mulheres. Assim como Pitkin quando fala sobre a representação descritiva “como um mapa não é uma representação fiel da realidade, ou um espelho não reflete uma imagem de forma pura, também um representante, por mais que se assemelhe àqueles que pensa representar, não pode ser considerado uma amostra do seu grupo” (PITKIN, 1967). A autora afirma que o argumento central em favor da representação descritiva é a capacidade do representante de prover informação sobre algo, ou alguém, que não está presente. Esta ideia orientou a hipótese de que as vereadoras apresentariam uma agenda mais sensível a temas femininos, por conhecer e deter as informações sobre aquele grupo, principalmente se a sua trajetória está relacionada a este comportamento.

Para Pitkin (1967), ser um bom representante seria o mesmo que dar informação correta sobre o representado, interferindo diretamente na *natureza da produção legislativa*

(Dimensão 3). No entanto, se não houver informação a ser dada, não existe a possibilidade da representação. Talvez, isso poderia justificar a falta de políticas voltadas para o universo feminino? Uma maior representação poderia gerar uma atuação diferenciada? Este debate mereceria em uma pesquisa mais ampla com acesso à produção legislativa das vereadoras envolvidas.

Como afirmado no final do primeiro capítulo, a questão que orienta essa investigação é se diferentes trajetórias e formas de ingresso das mulheres na política estão associadas a diferentes formas de atuação política. Para investigar a questão, foram analisadas as trajetórias e a atuação política de uma amostra de vereadoras eleitas no estado de Minas Gerais no ano de 2012. Uma das hipóteses é a de que as vereadoras investigadas podem ser agrupadas em duas grandes categorias em função da importância do capital político herdado de homens da família (considerando um grau de parentesco mais direto de pais, maridos e irmãos) para a sua vitória. A variável independente da pesquisa é o “tipo de trajetória” e as duas grandes categorias da variável são as “*herdeiras*” e as “*independentes*”.

As vereadoras classificadas como “*herdeiras*” se caracterizam por ter marido, pai ou irmão que atuavam na política quando elas se candidataram (ocupando ou tendo ocupado cargos políticos (eletivos ou não) no momento de sua candidatura) e pela participação/apoio das figuras masculinas à sua candidatura/campanha ter sido o fator mais importante para a sua vitória. Além disso, elas não possuem experiência associativa prévia.

As vereadoras classificadas como “*independentes*” se caracterizam por não terem marido, pai ou irmão que se dedicou ou se dedicava à política quando elas se candidataram (ou, no caso de possuírem, o apoio das figuras masculinas não foi o fator mais importante para a sua vitória).

Além das duas grandes categorias centrais, que se diferenciam pela presença/ausência de capital político masculino como principal fator para a vitória da vereadora, foram incluídas no modelo três subtipos do tipo *independente*. As vereadoras “*puras*”, as “*religiosas*” e as “*servidoras*”. Nenhuma delas contou com o apoio de pais, maridos e/ou irmãos como principal fator para a sua vitória eleitoral. As *puras* caracterizam-se pela experiência associativa prévia de tipo político em sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, grêmios estudantis, associações, conselhos, etc. As “*religiosas*” caracterizam-se por experiência associativa prévia de tipo religioso e pela posição de liderança em Igrejas e grupos religiosos como principal capital mobilizado na campanha eleitoral. E as “*servidoras*” caracterizam-se pela experiência prévia em cargos públicos de prestação de serviços, valorizados pela comunidade como professoras, diretoras de escolas, secretárias municipais,

cargos públicos na área da saúde e educação, como a atendente do posto de saúde simpática e solícita, experiências que teriam sido convertidas em capital social para a sua campanha.

No caso das *herdeiras*, durante a pesquisa, foram encontrados dois subtipos, as “puras” que têm marido, pai ou irmão que atuavam na política quando elas se candidataram (ocupando ou tendo ocupado cargos políticos (eletivos ou não) no momento de sua candidatura) e pela participação/apoio das figuras masculinas à sua candidatura/campanha ter sido o fator mais importante para a sua vitória. Além disso, elas não possuem experiência associativa prévia.

Também se observou que as “*puras com baixo grau de parentesco*” (primo, cunhado, tio e avô). Com as respostas das vereadoras detectou-se mais um subtipo, nomeado nesta pesquisa como “*mistas com vínculo familiar feminino*” (mãe, tia e prima), além de possuírem experiência associativa prévia (vide Tabela 11, p. 74). Além desta nova tipologia, criada nesta pesquisa, denominada “mistas”, a qual as vereadoras possuem capital político masculino, porém possuem experiência associativa prévia. O conceito da tipologia *herdeira* seguiu a sugestão dos trabalhos de Clara Araújo (2013), que realizou entrevistas com candidatas a cargos legislativos no Brasil e concluiu que existe uma forte relação das entrevistadas que disseram ter algum parentesco com políticos homens: maridos e pai, sobretudo, mas também com irmãos. O que também está presente no trabalho de Karina Kuschnir (2000), que realizou um estudo etnográfico com uma família de políticos, no qual o pai era o portador do capital político que ajudou sua filha a se eleger.

Importante observar que a variável independente, “tipo de trajetória”, remete ao momento *anterior à entrada na política* e à trajetória pessoal, social e ocupacional da vereadora, características que deram origem a um perfil específico. Sabe-se que toda tipologia é uma simplificação da realidade, desta forma, o objetivo da pesquisa é justamente verificar a validade dessa classificação e se os diferentes tipos de trajetórias correspondem a diferentes padrões de atuação política. Estes remetem a outro momento, que será *posterior à entrada na política*.

Outra hipótese da pesquisa era a de que diferentes tipos de trajetórias estão diretamente associados a diferentes formas de atuação política consubstanciada em percepções, opiniões, atitudes e comportamentos das vereadoras eleitas. A “atuação política” é, portanto, a variável dependente, que será desagregada em três dimensões de análise, que serão detalhadas a seguir.

O objetivo da pesquisa foi justamente verificar a validade dessa tipologia e se os diferentes tipos de trajetórias correspondem a diferentes padrões de percepções e

comportamento. Também se deve salientar que Miguel e Queiroz (2006) concluíram em seu artigo que as causas do êxito relativo às mulheres em disputas municipais exigem provavelmente, explicações mais complexas, que a simples análise dos resultados eleitorais e que outros dados agregados não foram capazes de fornecer. Para eles, seria necessário observar as fontes do *capital político das vereadoras* e prefeitas eleitas, relacionando-as com os padrões de associativismo e a estrutura dos partidos políticos em cada local. A seguir, detalha-se cada uma das dimensões investigadas. Todas estas dimensões estão presentes nos diferentes blocos do *survey* utilizado para a pesquisa (Anexo 1, p.108).

- **Dimensão 1 - Percepções e opiniões:** Uma das hipóteses era a de que as vereadoras “*independentes*”, em comparação com as “*herdeiras*”, demonstrem maior sensibilidade a temas da agenda pública mais diretamente associados às mulheres, tais como: família, violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos, aborto, políticas públicas voltadas para a vida da mulher, infância e juventude, creches, direitos civis relacionados ao casamento, divórcio, pensão alimentícia, dentre outros. Analisando-se os dados das respondentes, encontrou-se 8 das 22 vereadoras *independentes* que responderam acreditar que os temas mais importantes a serem tratados no universo de problemas do seu município seriam aqueles sensíveis à agenda feminina, 4 delas apontaram como prioridade a violência contra as mulheres, além de falta de creches e violação dos direitos da criança e do adolescente. A hipótese subjacente é de que a maior participação das mulheres na política e sua presença nos espaços de decisão só é conducente à renovação da agenda pública e à valorização de temas que interessam mais particularmente às mulheres sob determinadas condições de ingresso. Nesse sentido, as *herdeiras* – devido às características de sua socialização política, à herança de capital político masculino e à ausência de experiência associativa – contribuiriam mais para a reprodução de determinados padrões de representação do que para a sua alteração. Esta hipótese pode ser defendida quando, ao analisar as respostas, percebe-se que somente 4 das 27 *herdeiras* incluíram em suas prioridades de compromisso temas mais sensíveis a agenda de políticas e ações voltadas à família, filhos e violência doméstica.
- **Dimensão 2 – Atitudes:** A hipótese era a de que as vereadoras “*independentes*”, comparativamente às “*herdeiras*”, apresentassem um padrão mais universalista e menos particularista em suas atitudes, assim como suas relações com as regras formais e informais das instituições políticas. Novamente, pretende-se aqui, testar a hipótese de que o ingresso na política a partir do capital político herdado dos homens da família seja mais um fator de

reprodução de certas concepções e práticas políticas do que de sua renovação. Sobre esta hipótese pode-se refletir sobre os seguintes dados: das 22 independentes encontradas somente 6 acreditam que sua principal atuação como vereadora seja atender aos eleitores. Já entre as *herdeiras puras* (com diferentes graus de parentesco), 3 das 5 responderam que sua atuação principal é o atendimento aos eleitores. Este pode ser um indicativo de uma atuação diferenciada das vereadoras classificadas como independentes.

- **Dimensão 3 - Comportamento: acesso a postos de poder, ambição e produção legislativa.**

Em relação ao comportamento pretendia-se investigar três questões:

- **3.1. Acesso a postos de poder e posições de liderança:** A hipótese era a de que as vereadoras *herdeiras*, comparativamente às *independentes*, teriam maior acesso a postos de poder no interior do Legislativo como cargo na Mesa Diretora, liderança de partido e presidência de comissões. Estas teriam, ainda, maior facilidade de acesso aos representantes do alto escalão do Executivo, o que se explicaria pelo capital masculino, herdado dos homens da família. O termo acesso é utilizado aqui na acepção de Kuschnir (2000), como facilidade de acessar atores e órgãos da administração municipal, o que seria fundamental para os parlamentares serem capazes de atender as bases eleitorais e ampliar suas chances de reeleição. Analisando as respostas, vimos, contudo, que a hipótese não se sustenta e ocorre exatamente o oposto. Do total de 49 vereadoras, 27 disseram ocupar cargo na Mesa Diretora; destas 27, 13 eram *independentes*, 10 eram *mistas* e somente 4 eram *herdeiras*. Quando perguntadas sobre já terem ocupado cargos de liderança dentro da Câmara Municipal, 23 das 49 vereadoras responderam que “Sim”, 11 vereadoras eram *independentes*, 10 *mistas*, contra somente 2 *herdeiras*. O que em alguma medida, vai à contramão da ideia inicial de que o capital político masculino facilitaria o acesso, lembrando que esta pesquisa não pode fazer uma referência geral, devido ao baixo número de respostas. Uma possibilidade seria das *independentes* e *mistas* serem mais engajadas e possuírem um perfil de mais participação e militância, e desta forma, terem mais acesso a postos de poder.

- **3.2. Ambição:** Em relação a essa dimensão, a hipótese seria a de que entre as *herdeiras*, em comparação com as *independentes*, fosse menor o número de vereadoras que pretendiam dar continuidade à carreira, apesar de contarem com o capital político dos

homens da família. Isso porque, como mostra Kuschnir (2000), a entrada da vereadora *herdeira* na política pode ser resultado mais de uma estratégia familiar, como um elo de continuidade da tradição política da família, do que uma ambição pessoal da mulher. No mesmo sentido, argumenta Araújo (2010) ao dissertar sobre a “política de circunstância”. Algo diferente ocorreria com a *independente* que, por ingressar na política por vontade própria e/ou em função de algum projeto político, teria maior tendência a dar continuidade à carreira. Analisando as respostas das vereadoras pode-se perceber que quando perguntadas sobre o que fariam ao final do mandato, 39 das 49 responderam que pretendiam “candidatar-se a outro cargo” ou “candidatar-se novamente a vereadora”. Destas 39 que desejam dar continuidade à carreira, 33 são *independentes* ou *mistas*. Este resultado corrobora a hipótese da pesquisa.

- **3.3. Produção legislativa:** A hipótese seria a de que em sua atuação legislativa, a *independente*, em comparação com a *herdeira*, daria maior prioridade a temas associados a uma agenda feminina como os já citados. Ao invés de analisar a produção legislativa de cada vereadora, pretendia-se perguntar a ela quais foram os principais projetos de lei apresentados durante o mandato e as áreas e assuntos que mais mereceram a sua atenção. Quando perguntadas sobre a elaboração de Projetos de Lei voltados especificamente para os interesses das mulheres, apenas 10 apresentaram projetos desta natureza, sendo 7 vereadoras *independentes* e 3 *mistas*. As herdeiras não apresentaram projetos de lei, especificamente voltados para os interesses das mulheres.

No nível individual, outros atributos, para além do tipo de trajetória, podem impactar a atuação política das vereadoras, são eles: estado civil, idade, escolaridade, partido político, mandato (veteranas x novatas), ocupação e se a vereadora possui ou não filhos. A literatura sugere, entretanto, que o próprio tipo de trajetória possa estar associado a algumas dessas variáveis (AVELAR, 1996). Por exemplo, mulheres jovens, solteiras, sem filhos seriam mais propensas a trilhar uma carreira de tipo *independente*, tendo maior possibilidade de se envolver em empreendimentos coletivos e de se dedicar por mais tempo e com mais continuidade à política, comparativamente às mulheres casadas, com filhos e mais velhas.

5.1. JUSTIFICATIVA, METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

A investigação foi conduzida por meio de um *survey* com uma amostra de vereadoras, eleitas em 2012 no estado de Minas Gerais. Optou-se por entrevistar as vereadoras e não

senadoras ou deputadas, devido à escassez de estudos sobre representação feminina no nível municipal. Este se faz importante tendo em vista as prerrogativas municipais na execução e na gestão de políticas públicas, fato que colabora para detectar o comportamento e as percepções das vereadoras no que concerne aos assuntos voltados para ao universo feminino, além das câmaras municipais serem palco privilegiado de inovações participativas. Deve-se também levar em consideração a sobrevivência de uma visão estereotipada sobre a representação em municípios pequenos, como comportamento clientelista, assistencialista, política tradicional, fortes relações pessoais, ‘familismo’, mais relações informais e maior atraso político.

A pequena produção bibliográfica sobre o tema e o baixo nível de conhecimento sobre o perfil das vereadoras deixam em aberto questões sobre as percepções, no que tange à produção de uma agenda voltada para a mulher, à forma de socialização política, ao ingresso na carreira, às ambições políticas, aos tipos e canais de interação que mantém com os demais atores políticos e sociais, ao seu comportamento, sua ideologia partidária, o grau de associativismo e à sua participação em movimentos sociais e/ou espaços democráticos e deliberativos (como conselhos e ONGs). Através da elaboração de estudos, espera-se conhecer mais acerca da trajetória de ingresso das mulheres na política, identificando se elas estão vinculadas a clãs familiares, seu perfil socioeconômico e suas percepções sobre o jogo político.

A amostra não permitirá fazer inferências para o conjunto das vereadoras do país e nem do Estado. Por isso, as estimativas das incidências dos cinco padrões de representação (ou tipos de vereadoras) devem ser consideradas apenas como indicativas. Entretanto, há importantes semelhanças sociodemográficas, dentre os municípios mineiros e brasileiros e quanto ao perfil das vereadoras eleitas em Minas e no Brasil. Desse modo, a pesquisa pode contribuir para gerar *insights* e hipóteses a serem testadas futuramente para um maior número de casos.

Segundo dados do IBGE de 2010, 90% dos municípios brasileiros tinham até 50 mil habitantes. Em MG não é muito diferente, os municípios nessa faixa populacional representam 92,2% do total. No que se refere às mulheres eleitas para o cargo de vereadora em 2012, o cenário de Minas Gerais também não é muito diferente do observado no Brasil e nas regiões. Nas eleições municipais de 2012, as mulheres representavam 13,3% dos eleitos para o cargo de vereador no Brasil. Nas regiões brasileiras esse percentual variou de 10,95% no Sudeste a 15,58% no Nordeste. Em Minas Gerais, do total de 8.438 vereadores eleitos em 2012, 941 ou 11,1% eram mulheres, percentual não muito distante do observado na região Sudeste ou no Brasil como um todo.

A pesquisa foi realizada por meio de um *survey* devido, principalmente, ao fato destacado por Power e Zucco Jr. (2011): grande parte dos progressos feitos na Ciência Política brasileira nos últimos anos derivou de pesquisas baseadas em indicadores objetivos de comportamento legislativo, a opinião dos parlamentares foi negligenciada nesse processo, com poucas exceções recentes.

Os *surveys* com parlamentares produzem evidências importantes que, combinadas a outras técnicas de pesquisa podem ampliar a compreensão sobre o processo político e decisório na esfera política. Além disso, em contextos de pouca institucionalização que correspondem à maioria das câmaras municipais, principalmente de municípios de médio e pequeno porte, os dados de opinião adquirem maior relevância, pois permitem captar aspectos que não poderiam ser captados simplesmente por meio da análise das regras e da estrutura formal, como regimentos e normas (POWER & ZUCCO JR. 2011).

Para a produção do instrumento de pesquisa – questionário estruturado – foi realizada, em um primeiro momento, uma breve pesquisa exploratória através dos dados e de um trabalho de Etnografia nas Câmaras realizada pelo Grupo de Pesquisa “*Representação política no nível municipal no Brasil*” na tentativa de captar algumas informações, tendo em vista a escassez de estudos sobre a participação política das mulheres no nível municipal. A construção desse questionário caracterizou a segunda etapa da pesquisa. A amostra desta pesquisa foi fruto do trabalho desenvolvido no citado grupo de pesquisa. Ao longo de 3 anos, desenvolveu-se pesquisas, seminários, workshops, cursos, palestras e pesquisas coordenadas pela Pr^{fa}. Dr^a. Marta Mendes da Rocha do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O número de habitantes foi variável-chave já que “este fator pode ter importantes implicações sobre o comportamento dos representantes, o número e os tipos de atores, interesses e demandas que clamam por representação, a complexidade dos problemas e questões tratadas no Legislativo e o grau de contato e as formas de interação entre representantes e representados. Uma hipótese razoável é a de que à medida que aumenta o tamanho da população e do eleitorado, os contatos diretos, face-a-face, entre vereadores e eleitores tornem-se menos frequentes e a interação passe a se dar mais pela mediação de instituições (como os partidos políticos e grupos organizados) e canais formais” (ROCHA, RODRIGUES-SILVEIRA, 2014).

O Grupo de Pesquisa definiu três categorias para porte/tamanho do município seguindo, em parte, os critérios do IBGE e considerando os dados do Censo de 2010¹³:

- Pequeno porte: até 20 mil habitantes
- Médio porte: de 20 mil a 100 mil habitantes
- Grande porte: de 100 a 500 mil habitantes

A segunda variável, referente ao grau de desenvolvimento e pobreza, também é um aspecto importante e consensual na literatura quando se trabalha com análise das interações entre representantes e representados. Sabe-se que nos estudos sobre o clientelismo, por exemplo, o grau de pobreza é um aspecto fundamental para compreender a extensão das relações clientelistas ou quando estas dão lugar a uma distribuição de recursos em moldes mais universalistas e programáticos.

Por razões de custo, a amostra do Grupo foi restringida ao estado de Minas Gerais. Devido à sua grande extensão geográfica e diversidade sociodemográfica e econômica o estado permitindo escolher municípios de diferentes perfis populacionais, sociais e econômicos.

Desta forma, seriam nove as categorias utilizando estas variáveis de estratificação. Porém na prática, não encontramos, no universo dos municípios mineiros, “grande com mais de 20% de pobres”. Apenas dois municípios se encaixavam no perfil “médio com mais de 40% de pobres” e foram agrupados no extrato “médio com mais de 20% de pobres” para fins de seleção da amostra¹⁴.

Ao fim, o grupo de pesquisa optou por trabalhar com seis categorias de municípios:

1. Pequeno-rico: até 20 mil habitantes e menos de 20% de pobres;
2. Pequeno-pobreza média: até 20 mil habitantes e mais de 20 até 40% de pobres;
3. Pequeno-pobre: até 20 mil habitantes e mais de 40% de pobres;
4. Médio-rico: mais de 20 até 100 mil habitantes e menos de 20% de pobres;
5. Médio-pobreza média: mais de 20 até 100 mil habitantes e mais de 20 até 40% de pobres;
6. Grande-rico: mais de 100 mil habitantes e menos de 20% de pobres.

Apesar de não se tratar de uma amostra representativa, a amostra selecionada continha municípios em todas as dez regiões do estado de Minas Gerais. Em princípio, selecionamos

¹³ O IBGE prevê duas categorias para pequeno porte. Pequeno porte 1 com até 20 mil habitantes e Pequeno porte 2 com mais de 20 mil até 50 mil habitantes. OS municípios de Médio porte são os que possuem mais de 50 mil até 100 mil habitantes.

¹⁴ Isso ocorre devido à alta associação existente no Brasil entre tamanho do município, urbanização, riqueza e outros indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

uma amostra com 81 municípios, mas somente em 36 municípios havia mulheres ocupando as cadeiras no Legislativo Municipal. A seleção dos municípios não observou o critério regional, mas a amostra final, em alguma medida, converge com a distribuição dos municípios nas macrorregiões de planejamento do estado. Definida a amostra dos municípios, o universo de vereadores foi de 489 eleitos em 2012, entre os quais, 84 eram mulheres. Alguns dos contatos de telefone e e-mail foram entregues através dos pesquisadores de campo, que aplicaram os questionários da pesquisa citada nas CM. Além das dificuldades de se produzir dados próprios, os funcionários da CM não repassavam com facilidade os e-mails pessoais ou contatos telefônicos das vereadoras.

Os questionários foram enviados para 74 vereadoras por e-mail, mas somente 5 responderam. Dessa forma foi necessário o contato via telefone, na tentativa de convencer as vereadoras a responderem ao questionário online. A estratégia utilizada foi a de aplicar, através da ligação telefônica, o questionário, realizando a leitura das questões e alternativas e marcação das respostas das entrevistadas. Essa estratégia estendeu o tempo de realização da coleta de dados. Após o preenchimento *online* dos questionários, os dados iriam, automaticamente, para uma base de dados. Existia uma falta de interesse das vereadoras em participar da pesquisa. Estes entraves foram os principais fatores para a obtenção de um número tão baixo de respondentes, que se resumiu a 49 entrevistas.

Nas seções seguintes, apresentar-se-á informações sobre o total de vereadores entrevistados bem como o seu perfil, além da relação dos municípios nos quais as vereadoras entrevistadas exerciam o mandato.

Tabela 10 – Dados dos municípios das vereadoras entrevistadas (2010).

Município	População total (2010)	Faixa	% de pobres (2010)	IDH (2010)
Abadia dos Dourados	6.704	até 20 mil	7,94	0,760
Acaiaca	3.920	até 20 mil	26,53	0,678
Águas Vermelhas	12.722	até 20 mil	33,19	0,628
Alto Rio Doce	12.159	até 20 mil	29,5	0,696
Araçuaí	36.013	mais de 20 a 100 mil	29,55	0,687
Barroso	19.599	até 20 mil	12,8	0,745
Bom Sucesso	17.243	até 20 mil	9,78	0,754
Buritizinho	26.922	mais de 20 a 100 mil	18,93	0,659
Caldas	13.633	até 20 mil	7,58	0,782
Campo Belo	51.544	mais de 20 a 100 mil	6,73	0,776
Carmo da Cachoeira	11.836	até 20 mil	9,56	0,745
Chácara	2.792	até 20 mil	14,64	0,724
Cláudio	25.771	mais de 20 a 100 mil	4,5	0,735
Congonhas	48.519	mais de 20 a 100 mil	6,67	0,788
Coronel Fabriciano	103.694	mais de 100 a 500 mil	7,92	0,789
Córrego Novo	3.127	até 20 mil	21,98	0,677
Cuparaque	4.680	até 20 mil	20,18	0,710
Delta	8.089	até 20 mil	5,63	0,750
Durandé	7.423	até 20 mil	18,62	0,675
Espírito Santo do Dourado	4.429	até 20 mil	8,25	0,742
Fronteira	14.041	até 20 mil	4,51	0,794
Itueta	5.830	até 20 mil	22,64	0,704
Monte Alegre de Minas	19.619	até 20 mil	6,63	0,759
Nova Módica	3.790	até 20 mil	28,74	0,659
Pedrinópolis	3.490	até 20 mil	4,43	0,789
Pouso Alegre	130.615	mais de 100 a 500 mil	4,1	0,826
Rio Novo	8.712	até 20 mil	11,98	0,766
Romaria	3.596	até 20 mil	2,5	0,775
Salinas	39.178	mais de 20 a 100 mil	23,1	0,699
São Domingos do Prata	17.357	até 20 mil	14,02	0,751
São Gonçalo do Sapucaí	23.906	mais de 20 a 100 mil	9,82	0,769
Setubinha	10.885	até 20 mil	50,45	0,568
Varjão de Minas	6.054	até 20 mil	7,68	0,736

Fonte: Elaboração própria. Censo 2010, IBGE/ Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Para garantir o anonimato das vereadoras não se associou o município às respostas, deste modo, o que se pode garantir é que as 49 vereadoras que responderam exerciam mandato nos 36 municípios da amostra, conforme apresentado na Tabela 10.

A seguir, apresenta-se, de forma mais clara, o número de vereadoras enquadradas nas devidas tipologias elaboradas neste trabalho de mestrado. Na proposta inicial tínhamos

somente dois tipos centrais, as *independentes* e as *herdeiras*, mas após a análise dos dados, percebeu-se a existência da tipologia *mista*, à qual caracteriza-se por vereadoras com vínculo familiar, ou seja, com capital político que a ajudou a ser eleita, porém, com experiência associativa prévia, destacando-se duas vereadoras *mistas* com vínculo familiar feminino.

Tabela 11 – Tipologia das vereadoras entrevistadas (2016)

Tipologia	Subtipo	Vínculo Familiar	Apoio foi importante para a eleição*	Engajamento**	N
Independentes	<i>Pura</i>	Não	Não	Sim	13
	<i>Servidora</i>	Não	Não	Sim	2
				Não	5
<i>Religiosa</i>	Não	Não	Sim	2	
Total					22
Herdeiras	<i>Pura</i>	Pai, marido e irmão	Sim	Não	3
	<i>Pura (baixo grau de parentesco)</i>	Tio, primo, sogro e avô.	Sim	Não	2
	<i>Pura (apoio não foi importante para a eleição)</i>	Pai, marido e irmão, tio, primo, sogro, cunhado e avô.	Não	Não	3
Total					8
Mistas	<i>Mista (apoio não foi importante para a eleição)</i>	Pai, irmão, avô, tio, cunhado e primo.	Não	Sim	5
	<i>Mista</i>	Pai, marido e irmão, tio, primo, sogro, cunhado e avô.	Sim	Sim	12
	<i>Mista (Capital político feminino)</i>	Mãe, tia e prima.	Não	Sim	2
Total					19
TOTAL GERAL					49

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

* O apoio foi importante ou mais ou menos importante para a sua vitória nas eleições de 2012.

** Tratamos o engajamento como experiência associativa prévia em movimentos sociais, grêmios, Associações de Bairro, Conselhos entre outros.

Na seção seguinte, apresentar-se-á o perfil das vereadoras eleitas em todo o território nacional com o objetivo de apresentar as semelhanças nos dados obtidos, apesar do número pequeno de respondentes.

6. PERFIL DAS VEREADORAS ELEITAS EM 2012 EM MINAS GERAIS

Este capítulo apresenta o perfil das vereadoras eleitas, em 2012, em Minas Gerais. Segundo dados do TSE, o estado elegeu 941 mulheres, (4,3 % do rol de candidatas) e 7.497 homens (16,7% dos candidatos). Um terço das 853 Câmaras Municipais de Minas, ou seja, 265 Legislativos irão funcionar sem representação feminina, pois nenhuma mulher se elegeu para o mandato 2013/2016. Em 330 Câmaras Municipais, haverá somente uma mulher em plenário. Em 185 Câmaras, apenas duas, em 56 Câmaras, três e em 12 cidades mineiras quatro mulheres conquistaram representação, dentre elas está a cidade de Uberlândia. As cinco cidades onde as mulheres alcançaram a maior representação para as Câmaras, ocupando cinco cadeiras, foram Silvianópolis, São João do Manhuaçu, Patrocínio, Ilícinea e Cajuru. Exceções à regra, em quatro câmaras, elas serão maioria em plenários de nove cadeiras. Com 14 cadeiras, a Câmara Municipal de Patrocínio terá um terço de mulheres.

Na Tabela 12, observa-se que mais de 80% das vereadoras têm, pelo menos, o Ensino Médio completo. Cerca de 40% delas têm curso superior completo. Esses dados corroboram com os aspectos destacados pela literatura, citada neste trabalho, enfatizando a maior escolaridade das mulheres que ingressam na política em comparação aos homens (MIGUEL & QUEIROZ, 2006). Dentre os vereadores eleitos em 2012, apenas 17% tinham curso superior completo, 20% a menos do que as vereadoras. Ao estabelecer comparação com as vereadoras desta pesquisa, pode-se verificar que os dados estão bem representativos na amostra, já que das vereadoras entrevistadas, 14,3% possuem Ensino Fundamental contra 55,1% com Ensino Superior (32,7%) e/ou Pós-graduação (22,4%).

Tabela 12 – Vereadoras eleitas em Minas Gerais por escolaridade (2012).

ESCOLARIDADE	Frequência	%
Lê e escreve	6	0,6
Ensino fundamental incompleto	95	10,1
Ensino fundamental completo	72	7,7
Ensino médio incompleto	23	2,4
Ensino médio completo	331	35,2
Superior incompleto	43	4,6
Superior completo	371	39,4
Total	941	100,0

Fonte: TSE

Miguel e Queiroz (2006), ao analisar os resultados das eleições municipais no Brasil, desde 1996 bem como o perfil das vereadoras eleitas, constataram o maior nível de

escolarização das mulheres em comparação aos homens. O maior nível de escolarização das mulheres, observado em outros espaços como universidades e mercado de trabalho, estaria presente também na política. Para os autores, isso ocorre porque a própria predisposição para disputar cargos públicos seria afetada, positivamente, pelo aumento da escolaridade.

A Tabela 13 traz informações acerca da ocupação das vereadoras, eleitas em 2012, em Minas Gerais. Nesta breve análise, as ocupações mais expressivas, quantitativamente, são “servidora público municipal” (15,1%), ou seja, mulheres que ocupam cargos públicos, seguidas pelas “vereadoras” (12,5%), mulheres que não estão no primeiro mandato, ou seja, já possuem carreira política anterior. Com 7,1%, temos as “donas de casa” e entre 7% e 5%, as professoras de Ensino Fundamental e as comerciantes. Na amostra da pesquisa, mais uma vez os dados são representativos, verificando-se a predominância das Funcionárias Públicas (49%).

Tabela 13 – Principais ocupações das vereadoras eleitas em Minas Gerais por ocupação (2012)

OCUPAÇÃO	Frequência	%
Servidora Pública	172	18,3%
Vereadora	118	12,5%
Professora/educadora	115	12,2%
Profissional da saúde	108	11,5%
Do lar	67	7%
Profissional da área rural	37	4%
Outras	324	35,5%
Total de vereadoras eleitas	941	100%

Fonte: Adaptado do TSE.

Em relação ao estado civil, 63% das vereadoras eleitas eram casadas e 21,4%, solteiras, como mostra a Tabela 14. Nos dados coletados, obtidos através da resposta das vereadoras da amostra desta pesquisa, observa-se que 55,1% das vereadoras são casadas e 16,3% são solteiras, seguindo o padrão dos dados do TRE.

Tabela 14 – Vereadoras eleitas em Minas Gerais por estado civil (2012).

ESTADO CIVIL	Frequência	%
Casada	593	63,0
Solteira	201	21,4
Divorciada	90	9,6
Viúva	36	3,8
Separada judicialmente	21	2,2
Total	941	100,0

Fonte: Adaptado TSE.

Percebe-se que o estado civil pode impactar na atuação política das vereadoras tendo em vista que as mulheres solteiras e/ou sem filhos, em comparação às casadas com filhos, teriam maior disponibilidade de tempo para dedicarem-se às atividades de cunho político e às experiências associativas, tendo, portanto, maiores chances de buscarem dar continuidade à carreira.

Para Araújo (2010), o estado civil é um fator de impacto no ingresso das mulheres na política. Em seu trabalho, avaliando a eficácia do caminho curto para o acesso das mulheres ao legislativo, os entrevistados tenderam a um padrão: um número maior de homens casados ocupando cargos eletivos que as mulheres. A autora também aponta para o fato de que a maior parte dos entrevistados, entre homens e mulheres, tinham filhos, contudo, o número de mulheres que não os possuía era maior, em comparação aos homens.

Os dados da Tabela 14 corroboram com a ideia de que as mulheres solteiras e sem filhos possuem mais tempo livre para dedicarem-se à vida política, facilitando, desde mais jovens, o ingresso em movimentos, associações, dentre outros movimentos de agendas políticas. Na tipologia desta pesquisa, pode-se pensar que as solteiras possam ter uma trajetória do tipo “independente”, haja vista que possuem mais tempo para se dedicarem às atividades de cunho político. Fato também detectado no trabalho citado de Araújo (2010), no que diz respeito às mulheres eleitas serem solteiras.

A Tabela 15 apresenta a filiação partidária das vereadoras eleitas em 2012. Os partidos que mais elegeram vereadoras foram o PMDB, o PSDB e o PT, os quais também elegeram o maior número de vereadores em todo o Brasil, nesta ordem. Ao agrupar os nove partidos que mais elegeram vereadoras por grupos ideológicos, observa-se que 31,4% das vereadoras eleitas eram filiadas a partidos de direita (DEM, PP, PR e PTB), 25,7% eram de partidos de Centro (PMDB e PSDB) e 20,3% vinham de partidos de esquerda (PT, PDT e PSB)¹⁵.

¹⁵ A classificação ideológica dos partidos brasileiros é um problema enfrentado por todos os pesquisadores do tema e pode ser problematizada, por diversas razões. Há a suposição de que os partidos sejam diferenciados por clivagens ideológicas consistentes. Destacando os argumentos contrários, há pesquisas de percepção e opinião com parlamentares e políticos brasileiros que apontam a existência de uma coesão entre os membros de um mesmo partido em relação a questões econômicas (presença do Estado e do mercado na economia) e de valores, assim como em relação à atitudes e comportamento (MELO, 2010; CASTRO, ANASTASIA e NUNES, 2009). Além de existir um grau razoável de coesão dentro de um mesmo partido, há diferenças expressivas entre eles. A origem e a história organizacional dos partidos também são elementos que reforçam a proposição de que eles são distintos, sendo possível, em muitos casos, associar os partidos a diferentes grupos ideológicos (GONÇALVES, 2015).

Tabela 15 – Vereadoras eleitas em Minas Gerais por partido político (2012).

PARTIDOS	Frequência	%
PMDB	134	14,2
PSDB	108	11,5
PT	93	9,9
DEM	76	8,1
PP	74	7,9
PR	72	7,7
PTB	72	7,7
PDT	61	6,5
PSB	37	3,9
PSD	33	3,5
PV	30	3,2
PPS	27	2,9
PSC	20	2,1
PRB	18	1,9
PSL	17	1,8
PHS	12	1,3
PT do B	12	1,3
PMN	10	1,1
PTC	9	1,0
PRTB	8	,9
PSDC	6	,6
PC do B	4	,4
PRP	3	,3
PPL	2	,2
PTN	2	,2
PSOL	1	,1
Total	941	100,0

Fonte: Adaptado TSE.

Araújo (2001), ao analisar os impactos da política de cotas no Brasil para a eleição de mulheres para os três níveis de governo (Câmara dos Deputados, assembleias estaduais e câmaras municipais) do Poder Legislativo, nos anos de 1996 e 2000, certifica que o perfil das mulheres eleitas pelos partidos de esquerda é diferente do das mulheres eleitas por partidos de direita, explicando o seu desempenho diferenciado nas diversas regiões do Brasil. Entre os partidos de direita e de centro, predomina a eleição de mulheres nas regiões Norte e Centro-Oeste, em geral, apoiadas em laços de parentesco. A esquerda elege, predominantemente, a partir de vínculos com movimentos associativos, sendo esse tipo de trajetória mais comum nos estados do Sudeste e do Sul. Essa distribuição, por sua vez, corresponde, a grosso modo, à disposição de forças dos partidos nas diversas regiões. Segundo ela, “a competitividade das candidatas está condicionada também pela força partidária nas respectivas regiões, assim

como pelas condições gerais que marcam o processo” (2001, p. 11). Miguel e Queiroz (2006), analisando o desempenho das mulheres nas eleições municipais no Brasil, observa o maior percentual de mulheres eleitas no Nordeste, em comparação às outras regiões. Também, para eles, a explicação passaria pela herança de capital político dos homens da família. Entre as respondentes, o PMDB (26,5%) também fica na frente, seguido do DEM (12,2 %), depois do PSDB (10,2%) e do PT (8,0%), concordando, também, com os dados gerais das 941 vereadoras eleitas em 2012.

6.1. ANÁLISE DOS DADOS DAS VEREADORAS ENTREVISTADAS

A presente seção objetiva descrever as trajetórias, percepções e comportamentos políticos de uma amostra de 49 vereadoras dos municípios de Minas Gerais, em exercício no ano de 2012. Justifica-se a escolha por este público haja vista que estudiosos (AVELAR, 1996; KUSCHMIR, 2000; ARAÚJO, 2010; MIGUEL, 2013) apontam a baixa participação feminina nas esferas do poder legislativo, de forma que a sub-representação política do gênero feminino culminou com a criação da Lei de Cotas (Lei nº 9.054 de 1997) que em que todas as eleições deveria reservar um mínimo de 30% de vagas das listas para cada um dos sexos¹⁶. No entanto, cabe pontuar, de acordo com Lúcia Avelar (1996), a cota pode ampliar o número de candidatas, mas não altera sua posição na competição.

É possível que a sub-representação de mulheres na vida político-partidária fragilize a identificação da sociedade com o sistema representativo vigente, pois ele não reflete, minimamente, o papel feminino na sociedade. As razões que explicam a sub-representação feminina no Parlamento e em outros espaços coletivos e de direção estão presentes na organização social, baseadas em estereótipos sexistas, que resultam em séculos de discriminação imposta ao gênero feminino. No caso das câmaras de vereadores, é importante frisar a ausência de dados estatísticos mais detalhados acerca das cadeiras ocupadas. Portanto, justifica-se assim, a apresentação desta amostra para melhor ampliar os estudos sobre o tema.

Deste modo, esta seção aponta dados sobre a trajetória política destas vereadoras entrevistadas, como se deu sua socialização política, o acesso ao poder, se há correlação destas com a herança familiar na política, o partido político que se filiaram e sua respectiva

¹⁶ A instituição de cotas que garantem vagas para as mulheres no sistema político é uma modalidade de ação afirmativa cujo objetivo é acelerar o processo de inserção das mulheres no mundo político partidário e, com isso, tornar a distribuição de gênero no parlamento mais próxima da distribuição verificada na sociedade.

ideologia, a agenda política que vêm construindo, e mesmo o seu perfil, como idade, escolarização, carreira, entre outros.

6.1.1. Perfil das entrevistadas

Neste tópico, apresentam-se alguns dados sobre as 49 vereadoras entrevistadas. Com relação à faixa etária, mais de 70% das entrevistadas encontram-se entre a faixa dos 40 aos 60 anos de idade, sendo que 25% estão entre os 50 e 54 anos de idade. No que se refere à religião, 84% são católicas, 14% protestantes e 2% espíritas. Em relação à cor, 58% se autodenominam brancas e 39% se consideram pardas, 2% se classificaram como amarela ou preta. No que tange a escolaridade, 30% possuem ensino médio, 32,7% têm curso superior e 22,4% possuem pós-graduação, enquanto que apenas 14% têm apenas o ensino fundamental. Já em relação ao estado civil, 55,1% são casadas, 18% são divorciadas, 16,3% são solteiras. No caso das vereadoras, mais uma vez pode-se detectar a hiperescolarização das mulheres, conforme detectado em diversos trabalhos, citados anteriormente. A grande maioria das vereadoras tem filhos, sendo o percentual de 86% delas. No que diz respeito à quantidade de filhos, 35% possuem 2 filhos, 20% têm até 3 filhos e 12% com até 4 filhos. Quando as entrevistadas foram questionadas, em relação a contar com alguma ajuda nas tarefas domésticas, verificou-se que 37% possuem ajuda de algum profissional remunerado, 20% contam com a ajuda dos filhos, e 22 % não contam com nenhuma ajuda.

Estes dados vão ao encontro com o perfil geral das 941 vereadoras, eleitas em 2012, em Minas Gerais, descritos anteriormente. No que diz respeito ao estado civil, é notório que a maioria seja casada, já no que tange à escolaridade, observa-se que a maioria possui Ensino Superior.

6.1.2. Trajetória e carreira das entrevistadas

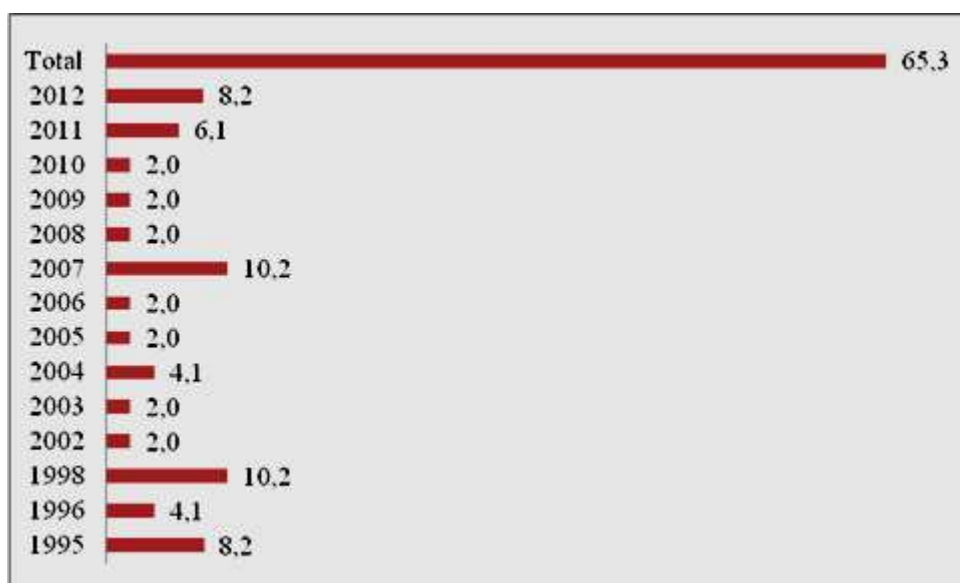
Como afirmado no final do primeiro capítulo, a questão que orienta essa investigação é se diferentes trajetórias e formas de ingresso das mulheres na política estão associadas a diferentes formas de atuação política. Importante observar que a variável independente, “tipo de trajetória”, remete ao momento *anterior à entrada na política* e à trajetória pessoal, social e ocupacional da vereadora, características que darão origem a um perfil específico.

Antes de se elegerem como vereadoras, a maioria tinha cargo público, atuando ou na área de saúde ou na área da educação: 49% das vereadoras eram Funcionárias Públicas

concuradas, 14% ocupavam cargos por indicação. De acordo com 39% das entrevistadas, o fato de terem ocupado tais cargos foi fundamental para serem eleitas. Pode-se, assim, classificar este percentual com a tipologia “servidora”, já que a mesma caracteriza-se pela experiência prévia em cargos públicos de prestação de serviços valorizados pela comunidade como professoras, diretoras de escolas, secretárias municipais, cargos públicos na área da saúde e educação, como a atendente do posto de saúde, o tipo simpática e solícita, experiências que poderiam ser convertidas em capital social para a sua campanha. Tal fato vai ao encontro com o perfil geral das 941 vereadoras, como pontuado na Tabela 13 da seção anterior, pois a maioria das eleitas ocupa ou já ocupou cargos na área da educação e da saúde.

Acerca da filiação partidária, a maioria das vereadoras se filiou após 1995, sendo que 65,0% tiveram a filiação realizada após 2002.

Gráfico 7 – Anos principais de filiação partidária (2016).



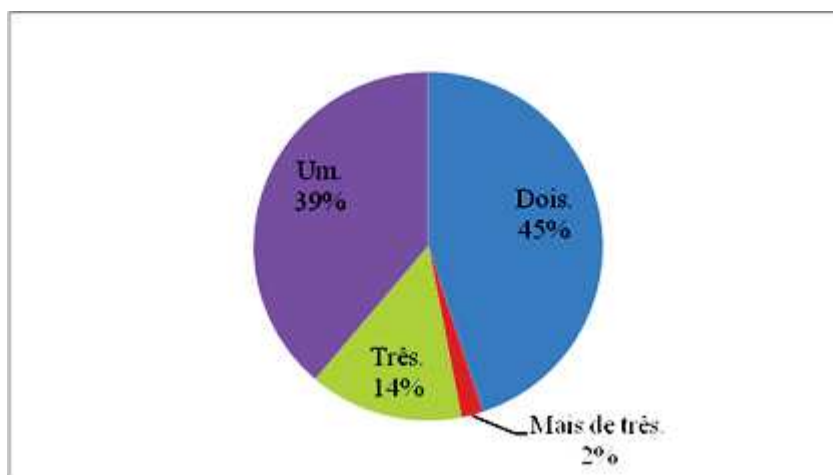
Fonte: Elaboração própria

No que se refere aos partidos filiados, verifica-se que a maioria filiou-se ao PMDB (26,5%) e ao antigo PFL (12,2%), atual DEM, seguido do PSDB (10,2%) e do PT (8,0%). No entanto, quando questionadas sobre qual partido estavam filiadas quando eleitas, notou-se que a maioria estava vinculada, primeiramente, ao PMDB (%), PSDB (%), e PT (%). Quando questionadas em qual ano foram eleitas pela primeira vez, cabe destacar que 65% das vereadoras (32 em 49 das entrevistadas) foram eleitas pela primeira vez no ano de 2012, enquanto algumas já foram eleitas em períodos eleitorais anteriores e exerciam um segundo ou terceiro mandato (em 1996 foram eleitas 4 vereadoras e 12 anos depois, em 2008, somente

6). Observa-se que 60% das entrevistadas tinham outra ocupação além de ser vereadora, em contraponto aos 40% daquelas que se dedicam exclusivamente à carreira. Antes de ser eleita vereadora, apenas uma delas havia ocupado um cargo eletivo, como prefeita, enquanto as demais não haviam ocupado nenhum outro cargo eletivo. A presença de muitas novatas pode estar relacionada à pequena ambição, como já constatado em outros estudos, como de Flávia Biroli, Carlos Machado e Cristina Monteiro de Queiroz (2012) e Clara Araújo (2010). Estes autores destacam as dificuldades das mulheres em dar continuidade na carreira política sem o apoio do partido, além das dificuldades enfrentadas nestes espaços masculinizados.

Ao serem questionadas no que se refere ao número de vezes que se filiaram a algum partido, verificou-se que o percentual de entrevistadas que se filiaram “apenas uma vez” foi de 39%, “duas vezes”, o total de 45%, “mais de três vezes”, 14% e “mais de três vezes”, somente 2%. As repetidas mudanças de partido, como se sabe, são uma estratégia para ampliar as chances eleitorais, através de coligações partidárias. Esta é uma questão para reflexão, visto que não se observou dados comprobatórios de tal hipótese dentro da presente pesquisa.

Gráfico 8 – Partidos a que já foram filiadas (2016)



Fonte: Elaboração própria

6.1.3. . A socialização política: o papel da herança familiar

Observou-se, ainda nos dados, que algumas das entrevistadas já possuíam cargo público, sendo que 6, das 49 respondentes, já haviam atuado como secretária municipal. Ao serem perguntadas se “tinham algum parente que ocupava ou que já tinha ocupado cargo público”, 55% disseram que sim, mas 45% afirmaram que não, sendo constatado que,

geralmente, este parente era pai, tio, primo e/ou irmão. Houve ainda aquelas que pontuaram ter marido ocupando cargo público.

Tabela 16 – Parente que ocupa/ocupou algum cargo público e/ou eletivo (2016)

Tipo de Parentesco	Frequência	Percentual (%)
Avô	1	2,0
Cunhado	1	2,0
Irmão	2	4,1
Irmão, Tio, Primo	1	2,0
Mãe, Irmã, Cunhado, Prima	1	2,0
Marido	4	8,2
Pai	2	4,1
Pai, Irmão	1	2,0
Pai, Irmão, Avô	1	2,0
Pai, Tio	1	2,0
Pai, Tio, Primo	1	2,0
Primos e Primas	1	2,0
Sogro	1	2,0
Tio	2	4,1
Tia	1	2,0

Fonte: Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

O tipo denominado *herdeiras puras* se caracteriza pelo fato de a vereadora ter marido, pai ou irmão que se dedicou ou se dedicava à política, quando ela se candidatou, ocupando ou tendo ocupado cargos políticos (eletivos ou não) no momento de sua candidatura, tendo sido esta participação/apoio das figuras masculinas à sua candidatura/campanha, o fator “mais importante para a sua vitória”. Além disso, ela não possui experiência associativa prévia. Contudo, no caso desta pesquisa pode-se pontuar, ainda, um tipo de herança de segundo e terceiro grau, no que tange à presença de primos/primas ou tios/tias na política, além de cunhados e sogros.

Em uma pesquisa realizada com Deputados Federais (nas eleições de 2002, 2004 e 2010), Machado, Biroli e Queiroz (2012) detectam que a presença de família na política é, de fato, maior entre as mulheres, todavia, este fator também é relevante para os homens. Além disso, a presença de capital familiar é um diferencial positivo na definição de uma candidatura, já que as mulheres encontram-se em uma posição desprivilegiada no que diz respeito ao ingresso no campo político. Neste caso, o capital político transferido é um diferencial importante que pode alavancar as candidaturas de mulheres. Para os homens, que

possuem outras formas de ingresso mais acessíveis, o peso do capital familiar não seria tão importante.

Ao serem questionadas sobre “qual cargo político que este parente ocupou”, 10, das 49 entrevistadas, responderam ter sido no Executivo (Prefeito) e 14 disseram ter sido no Legislativo (Vereador). Ao questioná-las com relação à “importância destes parentes para conseguirem votos ou apoiar a candidatura”, notou-se que das 55% que possuíam parentes em cargos públicos, 24% disseram ter sido a herança familiar um fator muito importante ao seu ingresso na carreira política. Contudo, se este parente não estivesse na política, 45% das entrevistadas disseram que teriam ganhado as eleições mesmo assim. Durante a realização das entrevistas, percebeu-se que muitas mulheres não se sentiam à vontade para responder a este item, provavelmente por se sentirem diminuídas com o fato da vinculação de sua vitória estar associada a um apoiador homem ou parente na política.

No caso das *herdeiras*, a opção por considerar o apoio do pai, marido ou irmão seguiu a sugestão dos trabalhos de Clara Araújo (2013), a qual realizou entrevistas com candidatas a cargos legislativos no Brasil e concluiu que existe uma forte relação das entrevistadas que possuíam algum parentesco com políticos homens: maridos e pai, sobretudo, mas também com irmãos, mãe e irmãs.

A novidade neste trabalho é que o apoio vai além do parentesco de primeiro grau, como já pontuado acima. Mais do que *herdeiras* propriamente, pode-se remeter à ideia de construção do capital político, nos termos de Bourdieu (2003), por meio do capital social familiar. Ou seja, ter alguém da família na política facilita não só a inserção nesta esfera, como também dá visibilidade para conquistar votos e se envolver com outros espaços de interação social, tais como cargos públicos, gerando ainda mais capital simbólico para se legitimar enquanto candidata.

6.1.4. Socialização Política: a participação cívica

As vereadoras classificadas como *independentes* se caracterizam por não terem marido, pai ou irmão que se dedicou ou se dedicava à política quando ela se candidatou (ou, no caso de possuírem, o apoio das figuras masculinas não foi o fator mais importante para a sua vitória). Nesta amostra, as independentes eram 23 das 49 entrevistadas. Além das duas grandes categorias centrais, que se diferenciam pela presença/ausência de capital político masculino como principal fator para a vitória da vereadora, foram incluídas no modelo três subtipos do tipo *independente*, quais sejam: vereadoras *puras*, as *religiosas* e as *servidoras*.

Como apresentado anteriormente, destas, nenhuma contou com o apoio de pais, maridos e/ou irmãos como principal fator para a sua vitória eleitoral. As *puras* caracterizam-se pela experiência associativa prévia de tipo político em sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, grêmios estudantis, associações, conselhos etc. As “religiosas” caracterizam-se por experiência associativa prévia de tipo religioso como principal capital mobilizado na campanha eleitoral. E as “servidoras” caracterizam-se pela experiência prévia em cargos da administração municipal.

Observa-se que com o cruzamento dos dados, foi detectado outro tipo: as *mistas*. Estas possuem algum tipo de capital político de origem familiar e ao mesmo tempo, sua carreira ou seu vínculo familiar possibilitou engajamento e experiência associativa prévia. Para melhor visualizar estas categorias, optou-se por fazer o cruzamento de alguns itens sobre engajamento e associação prévia com a questão de possuir ou não algum tipo de herança familiar na esfera política. A seguir apresentam-se estas tabelas e seus respectivos resultados.

Tabela 17 – Cargo público x Parente com cargo público (2016)

		A influência deste parente foi importante para a decisão de se candidatar a vereadora.					Total
		Não tinha parente	Foi mais ou menos importante.	Foi muito importante.	Foi pouco importante.	Não foi importante.	
Antes de se candidatar a vereadora pela PRIMEIRA VEZ era funcionária pública ou já tinha ocupado algum cargo público mesmo que por indicação.	Não tinha cargo público	<i>Independentes</i>	<i>Herdeiras</i>				
		8	1	6	0	3	18
		16,3%	2,0%	12,2%	0,0%	6,1%	36,7%
	Sim, era funcionária pública concursada.	12	0	6	0	6	24
		24,5%	0,0%	12,2%	0,0%	12,2%	49,0%
	Sim, ocupava cargo público por indicação.	2	0	4	1	0	7
4,1%		0,0%	8,2%	2,0%	0,0%	14,3%	
Total	Contagem	22	1	16	1	9	49
	% do Total	44,9%	2,0%	32,7%	2,0%	18,4%	100,0%

Fonte:Elaborado pelo próprio autor (2016).

Nota-se que daquelas que disseram ter ocupado cargo público antes de se candidatar e que ao mesmo tempo possuíam parentes, ou seja, a tipologia *Herdeira*, 24 afirmaram serem funcionárias públicas concursadas, 6 afirmaram que a influência do parente foi muito importante na decisão de candidatar e a mesma quantidade também comentou que não foi

relevante. Já aquelas que ocupavam cargos por indicação (7 das 49 entrevistadas), 4 afirmaram que o apoio do parente para candidatura foi muito importante. Já entre as *Independentes*, 8 delas não tinham cargo público e 12 eram funcionárias públicas concursadas.

Tabela 18 – Desenvolvia atividades junto ao parente x Parente que ocupava cargo público

			Antes de se eleger vereadora pela primeira vez, participava de atividades políticas junto de seu parente que ocupava ou já tinha ocupado cargo público.			Total
			Não tinha parente	Não.	Sim.	
Quando a vereadora se CANDIDATOU pela primeira vez, tinha algum parente que ocupava ou que já tinha ocupado cargo público.	Não.	<i>Independente</i>	22	0	0	22
			44,9%	0,0%	0,0%	44,9%
	Sim.	<i>Herdeira</i>	0	15	12	27
			0,0%	30,6%	24,5%	55,1%
Total		Contagem	22	15	12	49
		% do Total	44,9%	30,6%	24,5%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

Percebe-se, na tabela 18, que 44,9% das entrevistadas não tinham parente na política. Das que possuíam, 30,6% não participavam de atividades políticas junto ao seu parente, enquanto que 24,5%, participavam. Verifica-se que a maioria das vereadoras que respondeu “ter cargo público” (38,8%) já havia participado ou participa destas atividades ou tem algum envolvimento junto a grupos comunitários, associações e movimentos sociais. Contudo, observa-se que a maioria das vereadoras que responderam “não” com relação a ter parente ocupando cargo público (26,5%), ainda que em menor número que as que responderam “sim”, também tinham/tem este envolvimento.

Tabela 19 – Envolvimento com grupos comunitários, associações e movimentos sociais x Apoio de parente que ocupava cargo público.

			Quanto este parente foi importante para conseguir votos na sua primeira eleição.					Total
			Não tinha parente	Foi mais ou menos importante.	Foi muito importante.	Foi pouco importante.	Não foi importante.	
Q30. Antes de se eleger vereadora pela primeira vez, a senhora participava ou tinha envolvimento junto a grupos comunitários, associações e movimentos sociais?	Não.	<i>Independente</i>	9	1	5	0	2	17
			18,4%	2,0%	10,2%	0,0%	4,1%	34,7%
	Sim.	<i>Herdeira</i>	13	1	10	3	5	32
			26,5%	2,0%	20,4%	6,1%	10,2%	65,3%
Total		Contagem	22	2	15	3	7	49
		% do Total	44,9%	4,1%	30,6%	6,1%	14,3%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

No que se refere a participar ou ter algum envolvimento junto a grupos comunitários, associações e movimentos sociais, 32 das 49 entrevistadas responderam que sim, sendo que 13 não possuíam parentes na política, 19 delas tinham parentes que ocupavam/já tinham ocupado cargo público e 10 disseram que para conseguir votos na primeira eleição, eles foram muito importantes. E justamente estas 10 também participavam de atividades políticas junto ao parente, antes de se candidatarem ao cargo de vereadora. Entre as *herdeiras*, pode-se detectar diferentes graus de parentesco e de associação prévia, ou seja, vereadoras com capital político e com engajamento. Todavia, percebe-se que o diferente grau de parentesco pode estar relacionado a este fato. As vereadoras do tipo *mistas* possuem grau de parentesco diferente de pai, irmão e marido. Desta maneira, a reflexão, neste ponto, pode relacionar-se a um menor nível de capital político associado ao engajamento político.

Já a tipologia da *religiosa* caracteriza-se por experiência associativa prévia de tipo religioso e pela posição de liderança em Igrejas e grupos religiosos como principal capital mobilizado na campanha eleitoral. Foram encontrados 3 casos de envolvimento religioso, mas somente 2 consideraram este apoio relevante. Por este motivo, consideram-se, somente estes 2 casos, como confirmados do tipo religiosa. Na Tabela a seguir pode-se verificar que 3 citaram o envolvimento em grupo religioso. Observou-se, na tabela abaixo, que há pouca influência do aspecto religioso na vida política destas vereadoras, mas como o número de respondentes foi baixo, não há como fazer afirmações mais seguras.

Tabela 20 – Envolvimento com Igrejas e/ou grupos religiosos x Parente que ocupava cargo público.

			Ocupava uma posição de liderança no seu grupo, Igreja ou entidade religiosa quando se elegeu pela primeira vez.		Total
			Não.	Sim.	
Quando vereadora se CANDIDATOU pela primeira vez, tinha algum parente que ocupava ou que já tinha ocupado cargo público.	Não.	Contagem	19	3	22
		% do Total	38,7%	6,1%	44,9%
	Sim.	Contagem	21	6	27
		% do Total	42,8%	12,2%	55,1%
Total		Contagem	40	9	49
		% do Total	81,6%	18,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

Nota-se, ainda, que das 9 entrevistadas que disseram ter algum envolvimento junto à Igrejas e/ou grupos religiosos, apenas 3 afirmaram que a influência destes foi importante para a sua decisão de se candidatar a vereadora.

Pode-se observar, na Tabela 20, que há um percentual quase igual entre aquelas que “tinham parente ocupando cargo público” (18,3%) e as que “não tinham parente ocupando cargo público” (20,3%), no que diz respeito à participação em algum movimento de mulheres.

Tabela 21 – Envolvimento com algum movimento de mulheres x Parente que ocupava cargo público (2016).

			Quanto este parente foi importante para conseguir votos na sua primeira eleição.					Total
			Não tinha parente	Foi mais ou menos importante.	Foi muito importante.	Foi pouco importante.	Não foi importante.	
Antes de se eleger vereadora pela PRIMEIRA VEZ, já tinha participado de algum movimento ou grupo de defesa dos direitos das mulheres.	Não.	<i>Independente</i>	20	1	14	3	6	44
			40,8%	2,0%	28,6%	6,1%	12,2%	89,8%
	Sim.	<i>Herdeira</i>	2	1	1	0	1	5
			4,1%	2,0%	2,0%	0,0%	2,0%	10,2%
Total		Contagem	22	2	15	3	7	49
		% do Total	44,9%	4,1%	30,6%	6,1%	14,3%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

Notou-se, ainda, que foram poucas aquelas que já tinham participado de algum movimento ou grupo de defesa dos direitos das mulheres, apenas 5 das 49 entrevistadas, sem importância na relação de parentesco com este envolvimento.

Pode-se observar, nas Tabelas anteriores, que o fato de terem parentes ocupando cargos públicos impacta o comportamento das vereadoras, mesmo não levando em consideração o grau de importância. Utilizando os grandes tipos *independentes* e *herdeiras* de uma maneira global, sem os subtipos, fica claro o impacto do capital político familiar para a trajetória, percepções e o comportamento das vereadoras, conforme apresentado no decorrer do trabalho, embasado na literatura sobre o tema.

No aspecto geral, antes de se eleger vereadora pela primeira vez, 32 das entrevistadas participavam ou tinham envolvimento junto a grupos comunitários, associações e movimentos sociais. Este envolvimento abarcava Associações de Bairro ou Moradores, Igrejas e grupos religiosos (7 entrevistadas); Associações filantrópicas e/ou beneficentes (6 entrevistadas); Conselho Tutelar, Associações de Bairro ou Moradores, Grupos de Terceira Idade, Grupos da Saúde (8 entrevistadas); Movimento Estudantil ou Grêmios, Sindicato, Grupos Culturais (4 entrevistadas) e as demais participavam de outros tipos de associação.

Embora a baixa taxa de resposta nos limite quanto à possibilidade de fazer inferências mais conclusivas, a análise dos dados sugere a existência de um perfil misto, diferentemente do previsto em nossa tipologia. Em outras palavras, os dados sugerem que o capital familiar e o capital acumulado por meio de associativismo e envolvimento em empreendimentos coletivos não são excludentes. Isso pode indicar que a visão sobre as vereadoras herdeiras reproduz um estereótipo distante da realidade de suas trajetórias e percursos. Por outro lado, valeria investigar mais detidamente em trabalhos futuros o significado da experiência associativa prévia das vereadoras, denominadas, nesta pesquisa, como herdeiras. Seria seu envolvimento em projetos coletivos, associações e movimentos, também decorrentes da presença de familiares na política? Trata-se aqui de investigar a variável mais determinante, primeira, que auxiliaria a compreender os percursos e as rotas percorridas pelas vereadoras.

Foi perguntando, também, se antes de se eleger vereadora pela primeira vez, as entrevistadas já tinham participado de algum movimento ou grupo de defesa dos direitos das mulheres. Apenas 10% afirmaram que sim. Em sua maioria, estas vereadoras se encaixavam no tipo das *independentes* ou *mistas*. Já após terem sido eleitas vereadoras, houve um aumento significativo daquelas que passaram a se envolver com algum movimento de mulher, 33% afirmaram que participa e 6% que já participaram. Esse dado pode sugerir que o

alinhamento com as identidades, questões e problemas forjados no campo do feminismo seja, ele mesmo, fruto do próprio exercício da representação e não anterior a ele.

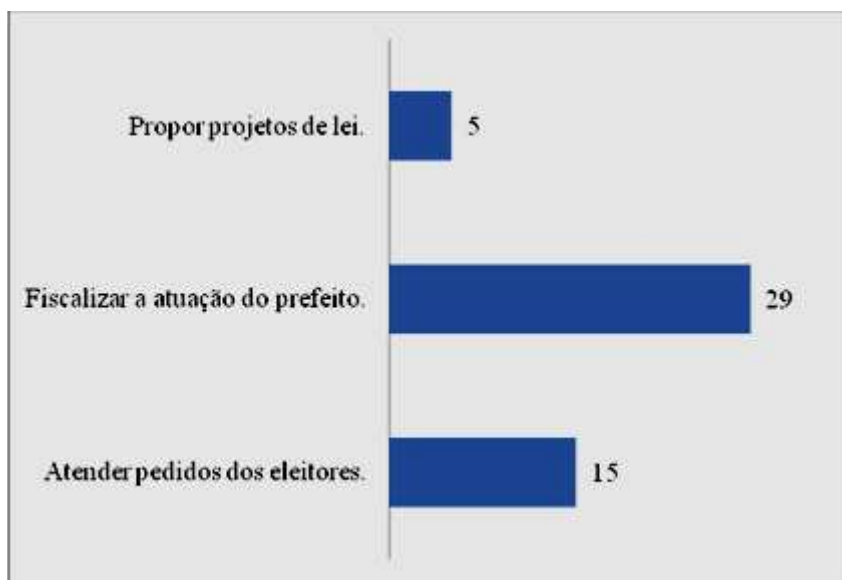
Por fim, quando questionadas se ao se candidatarem pela primeira vez possuíam parentes na política, daquelas que afirmaram que sim (55 % das entrevistadas), 31% disseram que para conseguir votos na primeira candidatura este parente foi muito importante. Boa parte delas (32%) afirmou, ainda, que a influência deste parente, que ocupava ou que já tinha ocupado cargo público, foi muito importante para a decisão de se candidatar a vereadora.

6.1.5. Capital político feminino

Um dos aspectos investigados, nesta pesquisa remete aos tipos de problemas e questões que mais sensibilizavam as entrevistadas e as funções às quais elas atribuíam mais importância. Quando solicitadas a apontar os três principais problemas dos municípios brasileiros, o desemprego apareceu em primeiro lugar, em segundo lugar, a violência contra a mulher e a má qualidade dos serviços públicos, como a saúde e a educação, em terceiro. Vale ressaltar que foram citados, de forma significativa, o tráfico de drogas e a criminalidade como problemas sérios presentes nestes municípios. E na atuação como vereadora, as entrevistadas consideram mais importante fiscalizar o prefeito (59%) e 31% consideram importante atender aos pedidos dos eleitores, enquanto apenas 10% pensam ser relevante propor projetos de leis.

Na literatura sobre a atuação dos vereadores, vários trabalhos apontam que atender pedidos dos eleitores seria a principal função dos vereadores. Neste caso, 29 das 49 entrevistadas responderam ser mais importante fiscalizar o Executivo. Apesar do baixo número de respondentes, pode-se pensar que este comportamento pode estar ligado a uma percepção mais qualificada da mulher em seu cargo, uma vez que, como visto anteriormente, elas são mais escolarizadas, mais experientes e possuem idade mais avançada. Refletindo sobre este dado, pode-se dizer que seria um indicativo de uma atuação diferenciada da mulher na vereança, conforme apontado nos estudos de Lúcia Avelar sobre as mulheres na elite política brasileira.

Gráfico 9 – Função à qual atribui mais importância como vereadora (2016)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

A principal área de atuação das vereadoras é primeiramente a saúde (59%), seguido da assistência social (18%) e depois a educação (8%). Com base no tipo *servidora*, pode-se estabelecer uma relação com o capital social acumulado, através de cargos relacionados aos serviços acessados pela comunidade, assim, em alguma medida, corroborando a hipótese de que ser servidora pode facilitar a eleição. Neste caso, afeta mais do que o capital político familiar, já que 59% de respondentes ocupam cargos na saúde, área de grande atuação das mulheres, como Conselhos, Postos de Saúde etc. É sabido também, que a área de saúde é a com maior visibilidade de atuação em qualquer município e que conta com o maior volume de recursos.

Gráfico 10 – Principal área de atuação como vereadora (%) (2016)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

Quando perguntadas se neste mandato, já havia proposto algum projeto de lei, voltado especificamente, para os interesses e os direitos das mulheres, 79% disseram que não e 20% disseram que sim. Dentre eles, pode-se citar maior atenção às mulheres no setor da saúde, extensão da licença maternidade e empregos para moradoras de rua. Contudo, por outro lado, 55% delas afirmaram que alguma vez pediram a palavra na Câmara Municipal para falar em nome dos interesses e dos direitos das mulheres, tratando de temas como empregos, acesso à esfera política, cuidado com a saúde e violência contra a mulher.

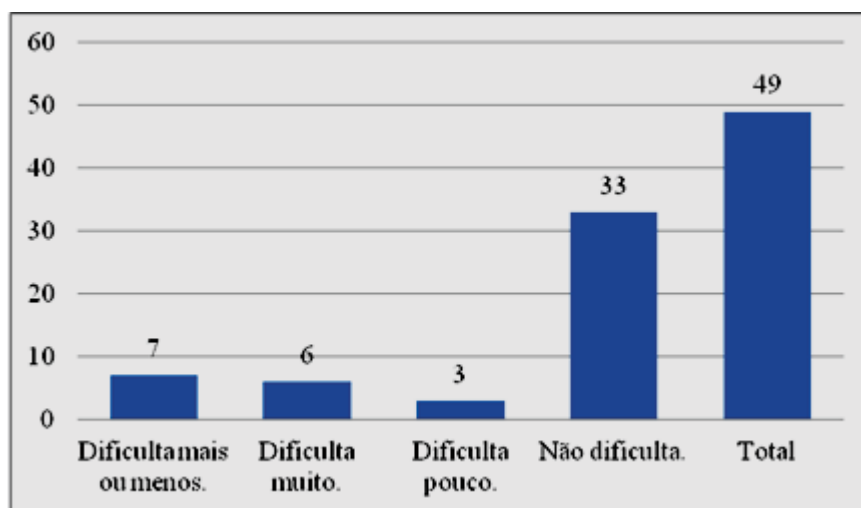
6.1.6. Carreira e ambição política

O ingresso na carreira política está condicionado a vários fatores, dentre eles, a vontade de participar da política institucional e o acesso aos recursos necessários, sejam eles materiais e/ou simbólicos, para efetivar a participação. O que rodeia estes dois fatores é a tendência de que os indivíduos adequem desejos e possibilidades. Quanto ao processo de recrutamento, ele se desenvolveria nas seguintes direções: o contexto social no qual a pessoa está inserida condiciona suas motivações (ou seja, a sua ambição política) e os recursos disponíveis para a construção de sua carreira, definindo os aspirantes à carreira política (MACHADO, BIROLI E QUEIROZ, 2012).

Como se sabe, em praticamente todas as culturas, homens são socializados para ver a política como uma área de atuação legítima, ao contrário das mulheres, o que os leva a

desenvolver mais interesse pela área que elas (e, assim, a terem mais ambição política). Além disso, eles costumam ter mais acesso a recursos materiais, novamente por sua posição de partida privilegiada (MATLAND, 2005). Durante as entrevistas, também foi detectado uma indisposição em responder a este item do questionário, talvez pela relutância das vereadoras em assumir que elas têm dificuldade de acesso pelo fato de serem mulheres.

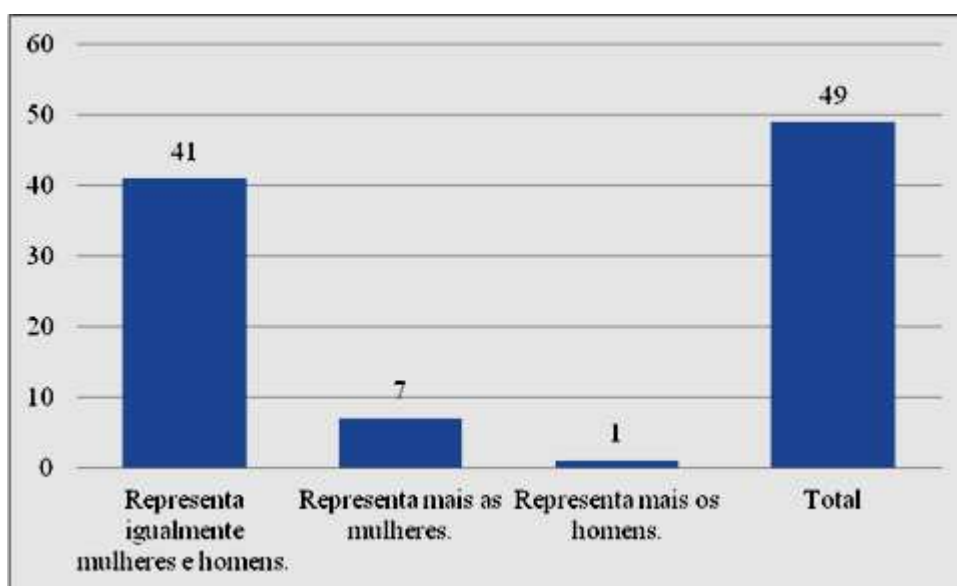
Gráfico 11 – Percepções sobre as barreiras de gênero no legislativo municipal (2016)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

Outro fato (visível no Gráfico 11) é que a grande maioria afirmou não enfrentar dificuldades por serem mulheres. Isso pode decorrer tanto do fato de que a maioria delas não tem experiências prévias junto a movimentos de mulheres e pouca consciência em torno das questões de gênero, a condição da mulher na sociedade e as discriminações de gênero, que surgem da própria tematização destas questões. Este dado não pode ser tratado como objetivo. Seria preciso elaborá-lo com mais cuidado, no contexto das lutas entre as mulheres e seus movimentos. Além disso, elas realmente podem não ver essas dificuldades nos ambientes que atuam devido ao fato de que certos comportamentos machistas e sexistas estejam naturalizados e arraigados em nossa sociedade.

Gráfico 12 – A quem representa como vereadora (2016)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

No Gráfico 12, verifica-se que, ao serem perguntadas sobre quem elas representariam mais em seu município, as vereadoras possuem um ideal de igualdade: 41 % responderam que representam igualmente homens e mulheres. Pode-se pensar na possibilidade deste percentual significar uma tendência a uma resposta “politicamente correta”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa realizada com uma amostra de vereadoras no estado de Minas Gerais. O objetivo foi compreender como as rotas de ingresso, as trajetórias, das vereadoras impactam seu comportamento, percepções e atitudes depois de eleitas. Também se intentou compreender a própria natureza da representação exercida pelas mulheres e problematizar o argumento de que a maior presença das mulheres na política contribuiria para a ampliação e a renovação da agenda pública, com a inserção de temas mais representativos para as mulheres.

A partir do enfoque na dinâmica da influência do capital político familiar, principalmente o masculino, e da experiência associativa prévia na atuação das vereadoras, deu-se a elaboração de uma tipologia com duas grandes categorias centrais, *independentes* e *herdeiras*. Estas, por sua vez, se diferenciam pela presença/ausência de capital político masculino como principal fator para a sua vitória. Foram incluídas no modelo três subtipos do tipo independente, as vereadoras “puras”, as “religiosas” e as “servidoras”. As “puras” caracterizam-se pela experiência associativa prévia em conselhos, movimentos sociais, grêmios estudantis, associações de bairro, etc. As “religiosas” caracterizam-se por experiência associativa prévia de tipo religioso como principal capital mobilizado na campanha eleitoral. E as “servidoras” caracterizam-se pela experiência prévia em cargos públicos. As três categorias foram encontradas dentre as respondentes.

A categoria das *herdeiras* também foi constatada, porém, durante a pesquisa deparou-se com três subtipos desta categoria. As “puras”, aquelas que têm marido, pai ou irmão atuante na política quando elas se candidataram (ocupando ou tendo ocupado cargos políticos eletivos ou não) e pela participação/apoio dessas figuras masculinas à sua candidatura/campanha ter sido o fator mais importante para a sua vitória, além de possuírem experiência associativa prévia. Verificaram-se, ainda, as “puras com baixo grau de parentesco” (primo, cunhado, tio e avô), e as “mistas”, as quais possuem vínculo familiar masculino e experiência associativa prévia. E dentro desta, ainda destacam-se aquelas vereadoras com experiência associativa, mas com vínculo familiar feminino (mãe, tia e prima).

Para analisar a tipologia apresentada, buscou-se questões e conceitos relativos à participação das mulheres na política, procurando na literatura e nas respostas das entrevistadas, questões relacionadas com as seguintes dimensões: 1) Percepções e opiniões; 2) Atitudes; 3) Comportamento: acesso a postos de poder, ambição e produção legislativa. Sobre

as percepções e opiniões, a hipótese seria de que as “*independentes*” em comparação com as “*herdeiras*” demonstrariam maior sensibilidade a temas da agenda pública mais diretamente associados às mulheres, o que foi confirmado entre as *independentes* e as *mistas*, ambas relataram como principais problemas temas voltados para os interesses das mulheres, como “mais creches” e “violência doméstica”. Alguns estudos apontam que este fato pode estar ligado a uma percepção mais qualificada da mulher em seu cargo, uma vez que elas são mais escolarizadas, mais experientes e possuem idade mais avançada. Pode-se dizer que este seria um indicativo de uma atuação diferenciada da mulher na vereança, conforme apontado nos estudos de Lúcia Avelar (1996). Sustenta-se uma expectativa de que a maior presença das mulheres na política contribuiria para a ampliação e a renovação da agenda pública

Sobre a dimensão relativa às atitudes, a hipótese era de que as *independentes*, comparativamente às *herdeiras* apresentariam um padrão mais universalista e menos particularista em suas atitudes, como levantado por Marlise Matos em alguns estudos. Tal conjectura foi confirmada a partir das análises das entrevistas, sendo referenciada no alto índice de entrevistadas enquadradas na categoria *independentes* que viam como sua principal atuação como vereadora “fiscalizar o executivo”, enquanto as *herdeiras* acreditam que sua principal função seja “atender eleitores”.

Sobre o comportamento político, a subdivisão entre “acesso a postos de poder e cargos de liderança”, a hipótese fundamentava-se que as vereadoras *herdeiras* teriam maior acesso a postos de poder no interior do Legislativo em relação às *independentes*. Teoria que não foi corroborada, pois se percebeu que *independentes* e *mistas* tinham mais acesso, devido, talvez, ao engajamento político. Referente à ambição política, confirmou-se a hipótese de que o desejo de dar continuidade à carreira em outro cargo eletivo ou mesmo como vereadora seria maior nas independentes em comparação as *herdeiras*. No que diz respeito à dimensão da produção legislativa, a hipótese era de que em sua atuação legislativa, a *independente*, em comparação com a *herdeira*, daria maior prioridade a temas associados a uma agenda feminina, apresentando Projetos de Lei voltados especificamente para o tema, o que se comprovou na análise, já que nenhuma *herdeira* apresentou Projetos de Lei com estas temáticas, diferentemente das *independentes* e *mistas*. Quando Araújo (2010) analisa as deputadas e senadoras em relação à ambição política encontra o mesmo tipo de comportamento das vereadoras entrevistadas neste trabalho, mulheres que se encontram no terceiro mandato. Percebe-se também que todas elas tiveram uma forte trajetória política nos municípios em que foram eleitas. Corroborando com a hipótese das independentes e mistas almejem dar continuidade a carreira política.

Algumas respostas das vereadoras não coadunaram com algumas de nossas expectativas. Verificou-se que algumas delas que possuíam capital político masculino também atuavam em movimentos sociais, quase todas tinham interesse em dar continuidade à carreira, encontramos alto percentual de vereadoras com nível superior e conhecimento da Lei de Cotas e das dinâmicas da esfera política, sem muita variação entre os tipos como se esperava. Deve-se refletir a relação que estes dados podem ter com o tipo de vereadora que daria importância para uma pesquisa como esta, devido ao fato de que as vereadoras responderam, voluntariamente, este ponto poderia significar um viés na amostra.

Pode-se considerar a validade dessa tipologia e que os diferentes tipos de trajetórias corresponderiam a diferentes padrões de percepções e comportamento. Apesar do baixo número de respondentes, o que tornou inviável inferência para o universo, foi possível corroborar algumas hipóteses e verificar certas tendências já esperadas no que se refere ao acesso à política, ao comportamento político, à natureza da produção legislativa, à sensibilização em relação a temas da agenda feminina, à ambição e, principalmente, ao capital político relacionado com a sua vitória ou derrota nas eleições municipais.

Para as próximas pesquisas, vale verificar com mais eficácia a influência dos partidos nas candidaturas, principalmente no que tange às regras do Sistema Eleitoral e das instituições envolvidas para a construção da trajetória das futuras candidatas ao Legislativo Municipal. Além de verificar como os partidos funcionam como mediadores dessas trajetórias e como esses pontos se transformam em capital político é importante aprofundar conceito de “socialização diferenciada das mulheres” e realizar uma análise mais ampla sobre a produção legislativa durante o pleito.

Esta pesquisa trouxe informações relevantes sobre as rotas de ingresso das vereadoras, assim como a sua trajetória política de ingresso pode impactar em sua atuação como legisladora. A tipologia apresentada possui um caráter novo, pois relaciona a forma de ingresso com a sua atuação política, que quem alguma medida se mostrou tocante ao que diz respeito a defasa dos interesses das mulheres, um comportamento mais universalista e uma possível atuação diferenciada.

Para, além disso, esperava-se lançar novas luzes sobre o tema investigado de modo a formular novas hipóteses que pudessem subsidiar novos estudos. Pensando em como as relações entre mulheres e homens ocorrem dentro das Câmaras Municipais, investigando a possibilidade de que CM com presença de mulheres tenha uma atuação diferenciada em comparação a uma CM com ausência completa de mulheres. Utilizando teorias e pesquisas no campo da Antropologia da Política, através de métodos etnográficos e acompanhar de perto as

possíveis diferenças de temas, projetos, comportamentos e interações entre os atores no Legislativo Municipal. Com o objetivo de comprovar que a maior participação da mulher na esfera municipal pode corroborar para uma agenda mais sensível a temas importantes para a população como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio D. (Org.); II. PINTO, Céli Regina Jardim (Org.); JORDÃO, Fátima (Org.). **As mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. Disponível em:

<http://nupps.usp.br/downloads/livros/mulheresnaseleicoes.pdf>. Acesso Janeiro de 2016.

ARAÚJO, Clara Maria de O; BORGES, Doriam. **Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010**. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio D.. **Eleições e suas interações com as Cotas**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535 – 577. 2007.

ARAÚJO, Clara. **As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais**. Dados, v. 44, n. 1, p. 155 - 194, 2001.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

_____. **As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais**. Dados, v. 44, n. 1, 2001. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/1683_Cached.pdf.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung. 1996.

ÁVILA, Maria Betânia (org); SILVA, Carmen (org).. **Mulher e Trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. Disponível em: http://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_Mulher_e_-Trabalho_MIOLO.pdf#page=49. Acesso em Janeiro de 2016.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. 2003. Disponível em: www.eurozine.com/articles/2003-11-03-santos-pt.html. Acesso em Janeiro de 2016.

AVRITZER, Leonardo. **Reforma Política e Participação no Brasil**. In: AVRITZER, Leonardo ANASTASIA, Fátima (org). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte. Editora UFMG, p. 35-44, 2006.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D.. **Democracia, Participação e Instituições Híbridas. Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, nº. esp. Instituições Híbridas e Participação no Brasil e na França, p. 16-39, março 2005.

BEZERRA, M. O. **Nome das Bases: política, favor e dependência pessoa**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1999.

BIROLI, Flávia. **Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política.** 2007. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1765>.

BLAY, Eva A. **As prefeitas.** Rio de Janeiro: Avenir, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003,

CASTILHOS, M. N. C. M. N.; BRITO, B. S. B. S.. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos.** Estudos feministas: 291, 2001.

COSAC, Astrid S.. **Democracia deliberativa: as dificuldades do exercício e da participação feminina.** Artigo (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciência Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2012.

COSTA, Ana A. A.. **As donas no poder: mulher e política na Bahia. Vol. 2. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher,** FFCH/UFBA, 1998.

DEBERT, Guita. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral.** In: CARDOSO, Ruth (org.) *Aventura antropológica, teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DRORY, A.; ROMM, T. **The Definition of Organizational Politics: a Review.** Human Relations, 43 (11), 1133-1154, 1990.

FUKS, Mario. **Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens.** Opinião pública, vol.18 n°1 Campinas, junho, 2012.

GOMES, Alessandra S. M.. **Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas e autopercepção identitária das deputadas federais.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgcom/files/2015/05/GOMES-Alessandra-Soares-M.-Meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-representa%C3%A7%C3%A3o-das-mulheres-na-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em Janeiro de 2016.

GONÇALVES, Raquel. **Juventude e educação cidadã: estudo sobre os impactos do Parlamento Jovem de Minas Gerais.** 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciência Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora. 2011.

GONÇALVES, Raquel. **Coligações eleitorais no nível municipal: atores, racionalidade, estratégias e recursos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciência Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora. 2015.

GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Sônia. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas.** v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8609.pdf>.

KUSCHINER, Karina. **O cotidiano da Política.** Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

LAVALLE, Adrian G. e ARAÚJO, Cicero. **O debate sobre a representação política no Brasil: nota introdutória**. Cad. CRH[online]. ISSN 0103-4979. vol. 21, n.52, p. 9-12, 2008.

MATOS, Marlise. **Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010**. Em Debate - Opinião Pública e Conjuntura Política, vol. 2, 2010, pp.31-59. Versão também disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>. Acesso Janeiro de 2016.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008. 16(2): 440, mai/ago. p. 333-357, 2008.

_____. **Relatório Bianual do Unifem** (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009.

_____. Projeto de pesquisa. **A política na ausência das mulheres: um estudo sobre recrutamento político, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres**. Elaborada no Departamento de Ciência Política Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG coordenado pela Prof^a. Dr^a. Marlise Matos, 2006.

MATLAND, Richard E.. **“How The Electoral System has Helped Women Close the Representation Gap in Norway”**. IN: KARVONEN, Laura & SELLE Per. Closing the Gap: Women in Nordic Politics. London Dartmouth Press, (1995).

MANSBRIDGE, Jane. **Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent “yes”**. The Journal of politics, v. 61, n. 03, p. 628-657, 1999.

MELO, Carlos R.. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 4, pp. 13-41. 2010.

MIGUEL, Luis F; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Revista Opinião Pública**, ISSN 0104-6276, vol.15, no.1, p.55-81. junho 2009.

MIGUEL, Luis Felipe e QUEIROZ, Cristina M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, pp. 363-385, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto**. Paper apresentado no II Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Cidade do México, 29 de setembro a 2 de outubro, 2004.

_____. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**. ISSN 0104-4478, vol.18, no.36, p.25-49, junho 2010.

_____. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, ISSN 0102-6909, vol.15, no.44, p.91-102, Outubro 2000.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, ISSN 0104-026X, vol.9, no.1, p.253-267. 2001.

MORIN, Tânia M.. Revolução Francesa e Feminina: Mulheres lutaram ao lado dos homens pelos ideais revolucionários, enfrentando também o preconceito. **Revista de História.com.br**. 8/01/2010. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-francesa-e-feminina>. Acesso em Janeiro de 2016.

NORRIS, P. Conclusion. In: NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. (eds.). **Gender and Party Politics**. Londres: Sage, 1993.

OKIN, Susan. **Gender, the Public and the Private**, in D. Held (org.), *Political Theory Today*. Cambridge, Polity Press, 1995.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993

PINTO, Céli, R.J. Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista de Estudos Feministas**. UFSC, Ano 2, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16109/14652>. Acesso em Janeiro de 2016.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, História e Poder. Recebido em 13 de julho de 2009. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23, junho 2010. Aprovado em 10 de dez. de 2009.

PINTO, Celi Regina J. A Sociedade Civil Institucionalizada. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 5, p. 99-116, 2004

PINHEIRO, Luana S. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PITKIN, Hanna F. **Representação: palavras, instituições e ideias**. *Lua Nova*, v. 67, p. 15-47, 2006.

_____. **The concept of representation**. California: University of California, Press, 1967.

_____. **O conceito de representação**. In: CARDOSO, F.H.; MARTINS, C.E. (orgs.). *Política e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

_____. **The Effect of Legislative Diversity on Agenda Setting: Evidence from Six State Legislatures** *American Politics Research*. March 2002 30:115-142, 2002.

PHILLIPS, Anne. **Must Feminists Give up on Liberal Democracy?** In: HELD, David (ed.). *Prospects for Democracy: North, South, East, West*. Stanford: Stanford University Press. P. 93-111. 1993.

POWER, Timothy J.; ZUCCO, Cesar JR. (orgs.). **O Congresso por ele mesmo: Auto percepções da classe política brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, ISBN:978-85-7041-916-3, p. 319, 2011.

RANGEL, Patrícia Duarte. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil.** 223f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília. 2012.

RIBEIRO, Uriella Coelho. **Participação, Inclusão e Gênero: Um estudo sobre Conselhos Municipais de Saúde.** Monografia (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte. 2007.

RODRIGUES, F. **Gênero e antecipação de comportamento político: um estudo em contexto organizacional.** *Análise Psicológica*, 21(4), 499-518, 2003.

ROCHA, Marta Mendes.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. **De banca de jornal a palácio imperial: uma análise do perfil das câmaras municipais no Brasil.** Trabalho apresentado na 2ª Reunião do Grupo de Estudos Legislativos da ALACIP. Rio de Janeiro. 2014.

SABINO, Costa Maria J.; LIMA Patrícia Verônica P. S.. **Igualdade de gênero no exercício do poder.** *UFSC*, v. 23, n. 3 (2015). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/16109>. Acesso em Janeiro de 2016.

SANTOS, André Marenco dos e Miguel Serna. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, nº 64, 2007.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revistas Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012.

SOUZA, Celina. **Governos locais e gestão de políticas sociais universais.** São Paulo em Perspectiva v.18 n.2 São Paulo, 2004.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. **Mulher e Política.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny. **O perfil da vereadora brasileira.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1987.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa.** 2.ed. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 1999.

WESTIN, Ricardo. **Apesar de ter uma mulher na Presidência, o Brasil ainda exhibe um dos piores índices mundiais de presença feminina no Parlamento.** Disponível em:

<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/03/05/mulheres-ainda-buscam-espaco-na-politica>

OLIVEIRA, Kamila. **A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras.** Disponível em:

<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2013/6-a-trajetoria-da-mulher-na-politica-brasileiraas-conquistas-e-a-persistencia-de-barreiras/file>. Acesso em Janeiro de 2016.

SOW, M.M. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação.** Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em Janeiro de 2016.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas.** Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados, 2008.

SITES CONSULTADOS

http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_Mulher.htm.

<http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=1001>

http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_Mulher.htm.

<http://teen.ibge.gov.br>

http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/10/14/interna_politica,323344/cai-o-numero-de-mulheres-eleitas-vereadoras-no-brasil.shtml

ANEXOS**ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO****PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE VEREADORAS
ELEITAS EM 2012 NO ESTADO DE MINAS GERAIS****Bloco 1 - Perfil****1. Qual é a sua idade?**

- A) Até 24 anos.
- B) de 25 a 29 anos.
- C) de 30 a 34 anos.
- D) de 35 a 39 anos.
- E) de 40 a 44 anos.
- F) de 45 a 49 anos.
- G) de 50 a 54 anos.
- H) de 55 a 59 anos.
- I) de 60 a 64 anos.
- J) 65 ou mais.

2. Qual é a sua religião ou culto? _____**3. Em relação à sua cor ou raça, a senhora se considera:**

- A) Branca.
- B) Preta.
- C) Amarela.
- D) Parda.
- E) Indígena.

4. Qual é o seu maior nível de escolaridade completo?

- A) Nenhum.
- B) Ensino Fundamental.
- C) Ensino Médio.
- D) Ensino Superior.
- E) Pós-graduação.

05. Qual é seu estado civil?

- A) Solteira.
- B) Casada.
- C) União estável.
- D) Desquitada/Divorciada.
- E) Viúva.

06. A senhora tem filhos(as)?

- A) Sim.
- B) Não. (Pulo - VÁ PARA A 09)

07. Quantos(as) filhos(as) a senhora têm?

- A) Um(a).
- B) Dois.
- C) Três.
- D) Quatro.
- E) Mais de quatro.

08. Qual é a idade do seu filho(a) mais novo? _____

09. A senhora conta com alguma ajuda nas tarefas domésticas?

- A) Eu e meu marido dividimos as funções igualmente.
- B) Conto com a ajuda dos filhos(as).
- C) Conto com a ajuda de um(a) profissional remunerado(a).
- D) Conto com a ajuda de outro(a) familiar.
- E) Não conto com nenhuma ajuda.

Bloco 2 – Trajetória política

10. Antes de se eleger vereadora pela primeira vez qual era a sua principal ocupação? _____

11. Em que ano a senhora se filiou a um partido político pela primeira vez?

--	--	--	--

12. Qual foi o primeiro partido a que a senhora se filiou? _____

13. Em qual partido político a senhora foi eleita pela primeira vez? _____

14. A quantos partidos políticos a senhora já se filiou?

- A) Um.
- B) Dois.
- C) Três.
- D) Mais de três.

15. Em que ano a senhora foi eleita para um cargo público pela primeira vez?

--	--	--	--

16. Atualmente a senhora se dedica apenas ao mandato como vereadora ou possui outra ocupação?

- A) Dedico-me apenas à função de vereadora.
- B) Além de ser vereadora, possuo outra ocupação.

17. É a primeira vez que a senhora se elege vereadora?

- A) Sim.
- B) Não.

18. Como vereadora, em que mandato a senhora está atualmente?

- A) Primeiro.
- B) Segundo.
- C) Terceiro.
- D) Quarto.
- E) Quinto.
- F) Sexto ou mais.

19. Antes de se eleger vereadora, a senhora já tinha sido eleita para outro cargo eletivo?

- A) Não ocupei nenhum cargo.
- B) Deputada Estadual.
- C) Deputada Federal.
- D) Governadora.
- E) Senadora.
- F) Prefeita.

20. Antes de se eleger vereadora, a senhora já ocupou algum cargo NÃO eletivo?

- A) Não ocupei nenhum cargo.
- B) Secretária Municipal.
- C) Secretária Estadual.
- D) Diretora ou Presidente de empresa pública/estatal.
- E) Outro. Qual? _____

ATENÇÃO: TODAS AS PERGUNTAS A SEGUIR SÃO SOBRE QUANDO A SENHORA SE CANDIDATOU E SE ELEGEU VEREADORA PELA PRIMEIRA VEZ.

21. Quando a senhora se CANDIDATOU a vereadora pela primeira vez, tinha algum parente que ocupava ou que já tinha ocupado cargo público?

- A) Sim.
- B) Não. (Pulo - VÁ PARA A 30)

22. Qual era a relação de parentesco? (MARQUE QUANTAS OPÇÕES FOREM NECESSÁRIAS) - Múltipla resposta

- A) Pai.
- B) Mãe.
- C) Irmão.
- D) Irmã.
- E) Marido.
- F) Filho.
- G) Avô.
- H) Avó.
- I) Tio.
- J) Tia.
- K) Outro. Qual? _____

23. De todos esses parentes, qual tinha mais influência, ou mais experiência ou tinha ocupado cargos mais importantes? (ESCOLHER APENAS UM)

- A) Pai.
- B) Mãe.
- C) Irmão.
- D) Irmã.
- E) Marido.
- F) Filho.
- G) Avô.
- H) Avó.
- I) Tio.
- J) Tia.
- K) Outro. Qual? _____

A PARTIR DE AGORA VAMOS FALAR SOBRE ESTE PARENTE MAIS IMPORTANTE.

24. Qual cargo este parente ocupou ou ocupava quando a senhora se candidatou a vereadora pela primeira vez?

- A) Vereador(a).
- B) Deputado(a) Estadual.
- C) Deputado(a) Federal.
- D) Senador(a).
- E) Prefeito(a).
- F) Governador(a).
- G) Secretário(a) Municipal.
- H) Secretário(a) Estadual.
- I) Diretor(a) ou Presidente de empresa pública/estatal.
- J) Outro. Qual? _____

25. A influência deste parente foi importante para a sua decisão de se candidatar a vereadora?

- A) Foi muito importante.
- B) Foi mais ou menos importante.
- C) Foi pouco importante.
- D) Não foi importante.

26. Para conseguir votos na sua primeira eleição, o quanto esse parente foi importante?

- A) Não foi importante.
- B) Foi mais ou menos importante.
- C) Foi muito importante.

27. Se a senhora não tivesse este parente na política, a senhora acha que teria ganhado a eleição mesmo assim?

- A) Sim.
- B) Não.

28. Qual foi a importância do apoio desse parente para a senhora conseguir votos na sua primeira eleição?

- A) Muito importante.

- B) Mais ou menos importante.
- C) Pouco importante.
- D) Nada importante.

29. Antes de se eleger vereadora pela primeira vez, a senhora participava de atividades políticas junto de seu parente que ocupava ou já tinha ocupado cargo público?

- A) Sim.
- B) Não.

Bloco 3 - Associativismo

30. Antes de se eleger vereadora pela primeira vez, a senhora participava ou tinha envolvimento junto a grupos comunitários, associações e movimentos sociais?

- A) Sim.
- B) Não. (Pulo - VÁ PARA A 32)

31. De quais atividades a senhora participava antes de se eleger vereadora pela primeira vez? (MARQUE QUANTAS OPÇÕES FOREM NECESSÁRIAS) - Múltipla resposta

- A) Movimento estudantil ou grêmios.
- B) Conselho Municipal ou Estadual
- C) Conselho Tutelar.
- D) Sindicato.
- E) Grupos Empresariais.
- F) Associações de Bairro ou Moradores.
- G) Movimentos de minorias (negros, gays, mulheres, deficientes, índios, sem terra etc).
- H) Associações filantrópicas e/ou beneficentes.
- I) Entidade de classe. (OAB, CREA etc).
- J) Grupos culturais.
- K) Grupos esportivos.
- L) Igrejas e grupos religiosos.
- M) Outros. Quais? _____

32. Por que antes de se eleger vereadora pela PRIMEIRA VEZ a senhora nunca tinha participado de grupos comunitários, associações e movimentos sociais?

- A) Não tinha interesse/vontade.
- B) Não tinha tempo.
- C) Não conhecia nenhum.
- D) Outra razão. Qual? _____

33. Antes de se eleger vereadora pela PRIMEIRA VEZ, a senhora já tinha participado de algum movimento ou grupo de defesa dos direitos das mulheres?

- A) Sim.
- B) Não.

34. Quando a senhora se elegeu vereadora pela PRIMEIRA VEZ, a senhora tinha envolvimento junto à Igrejas e/ou grupos religiosos, pode me dizer se ocupava uma posição de liderança no seu grupo, Igreja ou entidade religiosa?

- A) Sim.
- B) Não.

C) Não participava de Igreja ou grupo religioso.

35. Depois de se eleger vereadora a senhora participou ou participa de algum movimento de mulheres?

- A) Sim, participo.
- B) Sim, já participei.
- C) Não, nunca participei.

36. Antes de se candidatar a vereadora pela primeira vez a senhora era funcionária pública ou já tinha ocupado algum cargo público mesmo que por indicação?

- A) Sim, era funcionária pública concursada.
- B) Sim, ocupava cargo público por indicação .
- C) Não. (pulo - VÁ PARA A 39)

37. Que cargo público a senhora ocupava? _____

38. A senhora acha que ter ocupado esse cargo foi importante para a senhora conseguir votos na primeira vez em que se elegeu vereadora?

- A) Foi muito importante.
- B) Foi mais ou menos importante.
- C) Foi pouco importante.
- D) Não foi importante.

Bloco 3 – Sensibilidade a temas da agenda feminina

39. Dentre uma série de problemas comuns a muitos municípios brasileiros, por favor, MARQUE OS TRÊS que a senhora considera mais importantes. (Múltipla resposta)

- A) Desemprego.
- B) Violência contra a mulher.
- C) Falta de moradia.
- D) Má qualidade dos serviços de saúde.
- E) Violações dos direitos da criança e do adolescente.
- F) Má qualidade da educação.
- G) Falta de creches.
- H) Precariedade da rede viária (urbanas ou rurais).
- I) Tráfico de drogas e criminalidade.
- J) Diferenças salariais entre homens e mulheres.
- K) Má qualidade do transporte público.
- L) Poluição.
- M) Assédio sexual contra mulheres no trabalho.
- N) Problemas na coleta e no tratamento do lixo.
- O) Problemas com água tratada e rede de esgoto.
- P) Conflitos de terra.
- Q) Falta de opções de cultura e lazer.
- R) Outro. Qual? _____

40. A senhora acha que a questão do direito da mulher interromper a gravidez deveria ser mais discutida no Brasil?

- A) Sim.
- B) Não.

41. A senhora já ouviu falar na Lei Maria da Penha?

- A) Sim.
- B) Não. (Pulo - VÁ PARA A 43)

42. A senhora acredita que a Lei Maria da Penha tem sido eficaz para reduzir a violência contra a mulher no Brasil?

- A) Muito eficaz.
- B) Mais ou menos eficaz.
- C) Pouco eficaz.
- D) Nada eficaz.
- E) Não sei dizer.

43. A senhora já ouviu falar da Lei de Cotas que deve ser observada pelos partidos políticos no momento da definição das candidaturas?

- A) Sim.
- B) Não. (Pulo - VÁ PARA A 45)

44. A senhora acredita que a Lei de Cotas tem sido eficaz para ampliar a presença da mulher na política?

- A) Muito eficaz.
- B) Mais ou menos.
- C) Pouco eficaz.
- D) Nada eficaz.
- E) Não sei dizer.

Bloco 4 – Representação, comportamento e produção legislativa

45. Em sua atuação como vereadora a qual função a senhora considera mais importante?

- A) Fiscalizar a atuação do prefeito.
- B) Atender pedidos dos eleitores.
- C) Propor projetos de lei.

46. Qual é a principal área de atuação da senhora como vereadora?

- A) Saúde.
- B) Educação.
- C) Assistência Social.
- D) Desenvolvimento Econômico.
- E) Direitos Humanos.
- F) Infância e Adolescência.
- G) Infraestrutura: saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, obras públicas.
- H) Segurança Pública.
- I) Transporte Público.
- J) Meio Ambiente.
- K) Agricultura e Pecuária.
- L) Indústria e Comércio.
- M) Cultura e Lazer.
- N) Direitos de minorias (LGBT, negros, mulheres, portadores de deficiência etc).

- O) Defesa do Consumidor.
- P) Esporte.
- Q) Turismo.
- R) Outra. Qual?

46.1 E em segundo lugar?**46. Qual é a principal área de atuação da senhora como vereadora?**

- A) Saúde.
 - B) Educação.
 - C) Assistência Social.
 - D) Desenvolvimento Econômico.
 - E) Direitos Humanos.
 - F) Infância e Adolescência.
 - G) Infraestrutura: saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, obras públicas.
 - H) Segurança Pública.
 - I) Transporte Público.
 - J) Meio Ambiente.
 - K) Agricultura e Pecuária.
 - L) Indústria e Comércio.
 - M) Cultura e Lazer.
 - N) Direitos de minorias (LGBT, negros, mulheres, portadores de deficiência etc).
 - O) Defesa do Consumidor.
 - P) Esporte.
 - Q) Turismo.
 - R) Outra. Qual?
-

46.2 E em terceiro lugar?**46. Qual é a principal área de atuação da senhora como vereadora?**

- A) Saúde.
 - B) Educação.
 - C) Assistência Social.
 - D) Desenvolvimento Econômico.
 - E) Direitos Humanos.
 - F) Infância e Adolescência.
 - G) Infraestrutura: saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, obras públicas.
 - H) Segurança Pública.
 - I) Transporte Público.
 - J) Meio Ambiente.
 - K) Agricultura e Pecuária.
 - L) Indústria e Comércio.
 - M) Cultura e Lazer.
 - N) Direitos de minorias (LGBT, negros, mulheres, portadores de deficiência etc).
 - O) Defesa do Consumidor.
 - P) Esporte.
 - Q) Turismo.
 - R) Outra. Qual?
-

47. Neste mandato, a senhora já propôs algum projeto de lei VOLTADO ESPECIFICAMENTE para os interesses e os direitos das mulheres?

- A) Sim. Quantos, mais ou menos? _____
- B) Não (Pulo - VÁ PARA A 49)

48. A senhora poderia citar um projeto de lei proposto em sua atuação VOLTADO ESPECIFICAMENTE para os interesses e direitos das mulheres? _____**49. No atual mandato, alguma vez a senhora pediu a palavra em sessão da Câmara Municipal para falar em nome dos interesses e dos direitos das mulheres?**

- A) Sim.
- B) Não. (Pulo - VÁ PARA A 51)

50. A senhora poderia dizer qual era o assunto/problema discutido? _____**51. Em geral, a senhora é MAIS procurada por eleitores homens ou mulheres?**

- A) Mais por homens.
- B) Mais por mulheres.
- C) Igualmente por homens e mulheres.

52. Na sua atuação como vereadora, a senhora:

- A) Representa mais as mulheres.
- B) Representa mais os homens.
- C) Representa igualmente mulheres e homens.

53. No seu caso específico, a senhora acha que por ser mulher, a senhora representa melhor os interesses das mulheres?

- A) Sim. B) Não.

54. A senhora acha que o fato de ser mulher faz com que a senhora seja tratada de forma diferente pelos outros vereadores na Câmara Municipal?

- A) Sim, sou tratada com MAIS respeito e consideração.
- B) Sim, sou tratada com MENOS respeito e consideração.
- C) Não recebo tratamento diferenciado.

Bloco 5 - Acesso

55. Desde a primeira vez que se elegeu vereadora, a senhora já ocupou cargo na Mesa Diretora da Câmara Municipal?

- A) Sim.
- B) Não.

56. Desde a primeira vez que se elegeu vereadora, a senhora já ocupou cargo de liderança dentro da Câmara Municipal?

- A) Sim.
- B) Não.

57. A senhora se considera do governo ou da oposição?

- A) Governo.
- B) Oposição.

58. Neste mandato, quantas vezes a senhora solicitou uma reunião com o prefeito e foi atendida? _____

59. Neste mandato, quantas vezes a senhora solicitou reuniões com secretários municipais e foi atendida? _____

60. Desde a primeira vez que se elegeu vereadora, a senhora já ocupou cargo na direção de seu partido?

- A) Sim.
- B) Não.

61. Na opinião da senhora, a forma atual como são eleitos os vereadores e vereadores no Brasil:

- A) Favorece as mulheres.
- B) Favorece os homens.
- C) Favorece igualmente homens e mulheres.

62. Quanto a senhora acredita que o fato de ser mulher dificulta o desenvolvimento de suas atividades parlamentares na Câmara?

- A) Dificulta muito.
- B) Dificulta mais ou menos.
- C) Dificulta pouco.
- D) Não dificulta.

Bloco 6 - Ambição

63. Ao final do atual mandato o que a senhora pretende fazer?

- A) Candidatar-se novamente a vereadora. (Pulo - VÁ PARA A 65)
- B) Candidatar-se a outro cargo.
- C) Assumir um cargo não-eletivo. (Pulo - VÁ PARA A 65)
- D) Encerrar a minha carreira política. (Pulo - VÁ PARA A 65)
- E) Pretendo fazer outra coisa. Qual? _____

64. Qual cargo?

- A) Prefeita.
- B) Deputada Estadual.
- C) Deputada Federal.
- D) Senadora.
- E) Governadora.

67. Para finalizar esta entrevista, a senhora poderia me indicar em qual das categorias a seguir está sua renda mensal TOTAL? (VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO EM OUTUBRO DE 2015, R\$ 788,00).

- A) De 1 a 3 salários mínimos.
- B) De 3 a 5 salários mínimos.
- C) De 5 a 10 salários mínimos.
- D) De 10 a 15 salários mínimos.
- E) Mais de 15 salários mínimos.

Obrigada por participar! Suas respostas irão contribuir para estudos sobre a qualidade da participação política das mulheres no legislativo municipal.

ANEXO 2 – APÊNDICE

Leis Relativas às Cotas			
	Lei nº 9.100, de 29 de Setembro de 1995	Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997	Lei nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009
Percentual de candidaturas reservado para mulheres	20%, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres (Art. 11, § 3º).	Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (Art. 10, § 5º).	Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (Art. 10, § 3º).
Punição para o descumprimento da cota	Não há.	Não há.	Não há.
Percentual do Fundo Partidário reservado para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres	Não há.	Não há.	Mínimo de 5%. *O partido que não cumprir o disposto deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa.
Percentual do tempo de Propaganda Partidária reservado para a promoção e difusão da participação política das mulheres	Não há.	Não há.	Mínimo de 10%.

Quadro 1 - Principais pontos das Leis relativas às cotas para mulheres em listas partidárias na Lei Eleitoral (2014). Fonte: CFEMEA¹⁷.

¹⁷ Dados gentilmente cedidos pela Prof^a. Dr^a. Patrícia Rangel do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).

OCUPAÇÃO	Frequência	%
Servidora pública municipal	142	15,1
Vereadora	118	12,5
Outros	77	8,2
Dona de casa (Do lar)	67	7,1
Professora de ensino fundamental	58	6,2
Comerciante	53	5,6
Professora de ensino médio	41	4,4
Técnico de enfermagem e assemelhados (exceto enfermeira)	35	3,7
Enfermeira	32	3,4
Servidora pública estadual	30	3,2
Aposentada (exceto servidora pública)	24	2,6
Empresária	22	2,3
Agente de saúde e sanitaria	19	2,0
Agricultora	18	1,9
Auxiliar de escritório e assemelhados	16	1,7
Advogada	15	1,6
Agente administrativo	15	1,6
Trabalhadora rural	13	1,4
Assistente social	12	1,3
Pedagoga	11	1,2
Servidora pública civil aposentado	9	0,9
Administradora	8	0,8
Estudante, bolsista, estagiário e assemelhados	8	0,8
Farmacêutica	7	0,7
Produtor agropecuário	6	0,6
Secretária e datilógrafa	6	0,6
Fisioterapeuta e terapeuta ocupacional	5	0,5
Médica	5	0,5
Odontóloga	5	0,5
Artesã	4	0,4
Comerciária	4	0,4
Contadora	4	0,4
Gerente	4	0,4
Vendedora de comércio varejista e atacadista	4	0,4
Bancária e economiária	3	0,3
Cabeleireira e barbeira	3	0,3
Diretora de estabelecimento de ensino	3	0,3
Professora de ensino superior	3	0,3
Alfaiate e costureira	2	0,2
Auxiliar de laboratório	2	0,2
Empregada doméstico	2	0,2
Jornalista e redatora	2	0,2
Professora e instrutora de formação profissional	2	0,2
Técnico contabilidade, estatística, economia doméstica e administração.	2	0,2
Atleta profissional e técnico em desportos	1	0,1
Bibliotecária	1	0,1
Corretora de imóveis, seguros, títulos e valores	1	0,1
Engenheira	1	0,1
Faxineira	1	0,1
Garçom	1	0,1
Gari ou lixeira	1	0,1
Locutora /Comentarista/ radialista	1	0,1
Manicure e maquiladora	1	0,1
Total	941	100,0

Quadro 2 – Vereadoras eleitas em Minas Gerais por ocupação (2012). Fonte: Adaptado TSE.

ANEXO 3 – MODELO DO LAYOUT DO QUESTIONÁRIO ONLINE



PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DE VEREADORAS ELEITAS EM 2012 NO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Continuar »

3% concluído

Powered by
 Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DE VEREADORAS ELEITAS EM 2012 NO
ESTADO DE MINAS GERAIS

*Obrigatório

Bloco 1 - Perfil

1. Qual é a sua idade? *

- Até 24 anos.
- de 25 a 29 anos
- de 30 a 34 anos.
- de 35 a 39 anos.
- de 40 a 44 anos
- de 45 a 49 anos.
- de 50 a 54 anos.
- de 55 a 59 anos.
- de 60 a 64 anos.
- 65 ou mais.

2. Qual é a sua religião ou culto? *